

ISSN 1414-6304

Revista

# MÚTIPLA

NÚMERO 28 – ANO XV – JUNHO 2010

## EDITORA

Mercedes G. Kothe

## CONSELHO

Ana Luiza Setti Reckziegel

Alcides Costa Vaz

José Flávio Sombra Saraiva

Marcos Ferreira da Costa Lima

Manoel Moacir C. Macêdo

Pio Penna Filho



Faculdades Integradas

**Diretor-Presidente**

**Diretor Administrativo**

**Diretor Financeiro**

**Diretora de Relações Públicas**

**Diretor de Ensino**

**Diretor de Pós-Graduação**

**Diretora de Avaliação**

**Diretor de Ensino a Distância**

Vicente Nogueira Filho

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ruy Montenegro

Ana Cristina Morado Nascimento

Benito Nino Bisio

Sebastião Fontinele França

Andrezza Rodrigues Filizzola Bentes

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

---

**Revista Múltipla** – Ano XV - vol. 22 - nº 28, junho de 2010.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

176 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

**CDU**

**301(05)**

Internet: <http://www.upis.br>

---

### **Revisão dos Originais**

Antônio Carlos Simões e

Geraldo Ananias Pinheiro

### **Capa**

Ton Vieira

### **Diagramação, editoração eletrônica e impressão**

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

# SUMÁRIO

## **5** Apresentação

*ENSAIOS*

## **9** Pombalismo: política indigenista, o problema jesuíta e a ação reformista

*Anderson Batista de Melo*

## **29** Santa Dica e a República dos Anjos: um paraíso no Cerrado

*Rafael Jacob de Paiva*

*Rubens de Oliveira Martins*

## **55** Sacerdotes e maridos: a crise do celibato e a formação do Movimento de Padres Casados no Brasil contemporâneo

*Edlene Oliveira Silva*

*OPINIÃO*

## **81** Reforma do ensino superior brasileiro: uma discussão que não quer calar

*Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro*

*INFORMAÇÃO*

## **109** Educação de jovens e adultos, e educação profissional técnica de nível médio: o caso do Mato Grosso do Sul

*Rubens de Oliveira Martins*

## **133** Desenvolvimento sustentável: a estratégia para os pequenos produtores rurais

*Sebastião Fontinele França*

## **171** América Latina e Caribe: um intrigante mosaico (resenha)

*Francisco José Lyra Silva*

## **175** Normas para colaboradores

# SUMMARY

## **5** Foreword

### *ESSAYS*

## **9** Pombalism: indian policy, the Jesuit challenge and reformist action

*Anderson Batista de Melo*

## **29** Santa Dica and the Republic of Angels: a paradise in the brazilian savannah

*Rafael Jacob de Paiva*

*Rubens de Oliveira Martins*

## **55** Priests and husbands: the crisis of celibacy and the formation of the Movement of Married Priests in contemporary Brazil

*Edlene Oliveira Silva*

### *OPINION*

## **81** The reform of superior education in Brazil: an ongoing debate

*Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro*

### *INFORMATION*

## **109** Education for young adults and technical professional education at High School: the case of Mato Grosso do Sul

*Rubens de Oliveira Martins*

## **133** Sustainable development: a strategy for small land owners

*Sebastião Fontinele França*

## **171** Latin America and the Caribbean: an intriguing mosaic (book review)

*Francisco José Lyra Silva*

## **175** Norms for contributors

# APRESENTAÇÃO

A edição da **Revista Múltipla** que estamos entregando ao nosso público contempla diversas temáticas. Traz dois artigos sobre sistema de ensino no Brasil: o primeiro analisa as possibilidades de modelos para a educação de jovens e adultos, abordando de forma lógica a educação profissional técnica de nível médio, no Estado do Mato Grosso do Sul. O segundo tece considerações sobre a reforma do ensino superior no Brasil, destacando os aspectos históricos e as principais controvérsias nos últimos anos.

Pertinente à história, há texto sobre políticas indigenistas de Estado no reino português e seus domínios na segunda metade do século XVIII, mais precisamente durante o governo de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

No domínio religioso, há texto sobre o processo de formação do Movimento de Padres Casados, institucionalizado no Brasil na década de 1980, mostrando como os egressos brasileiros construíram suas representações articuladas por várias vertentes que traduzem a força simbólica do imaginário religioso.

Santa Dica no Estado de Goiás é tema de outro artigo no qual se ressalva, sobretudo, as melhorias sociais do sertanejo goiano desde as ações da referida personagem. Nesse ínterim, se avalia também o papel do coronelismo e da Igreja durante o período da República Velha.

Finalmente apresenta estudo que avalia modelos de desenvolvimento sustentável aplicáveis em pequenas propriedades rurais; atividades relativas ao turismo ecológico, turismo de aventura e uso de energias alternativas. Complementa a edição, resenha da obra de José del Pozo, sobre os processos de independência da América Latina e do Caribe.

Com essa edição esperamos fomentar a reflexão e o debate entre as diversas áreas das ciências sociais.



# ENSAIOS



## **Introdução**

No século XVIII, observamos no reino português a ascensão da noção de administração racionalizante do Estado, que incorporou parâmetros do Absolutismo Ilustrado e, conforme sua conveniência, os utilizou como instrumentos de governança. Essa nova prática agia a despeito, e em substituição, da gestão improvisada<sup>1</sup>, que movia Portugal pelo peso das clientelas, interesses clericais e de famílias entremeadas no poder.

É possível definir que essa nova noção de governo estava fundamentada na superlativização do poder ligado ao trono e ocasionou mudanças nos grupos de comando, por meio de novas estratégias para controle político e socioeconômico. Isso, no intuito de eliminar tudo o que fosse capaz de obliterar o poder régio.

Sebastião José de Carvalho e Melo – registrado em nossos memoriais historiográficos com seu título nobiliárquico de Marquês de Pombal – foi o promotor de política reformista (1755-1777), estrategicamente juntada ao legal e laico como justificantes da ação de governança. Homem de confiança do rei D. José I (1750-1777), dedicou sua carreira pública ao objetivo de sanar o Estado português de suas mazelas materiais e morais.

A queda das rendas advindas da América, o domínio outrora pujante na Ásia, a tradição nobiliárquico-jesuítica e a pesada interferência do “braço” imperialista britânico, foram problemas matriciais enfrentados pelo Valido<sup>2</sup> de sua majestade ao aplicar essa política.

Pombal tratou dos vários âmbitos da nação portuguesa, fossem na esfera econômica, política ou social, para empreender sua reforma regalista. Entre todos os obstáculos considerados por ele foi dada atenção especial à desestruturação da Companhia de Jesus, tanto no Reino como nas colônias. O interesse inaciano atuava proeminente desde a “Restauração”, em 1640, como nos indica Kenneth Maxwell: “Os jesuítas, desde o tempo de Vieira até a década de 1750, tiveram um papel-chave como confessores e como conselheiros e agentes especiais da coroa”.<sup>3</sup>

Presentes desde a organização da educação até aos tribunais, notadamente no Santo Ofício, a Companhia de Jesus foi varrida por Sebastião de Carvalho a fortiori da sociedade portuguesa. O momento e a ocasião eram favoráveis para expulsá-los do Brasil e do Reino; em outras partes da Europa, como na Espanha, sob o comando de Aranda, e na França de Luís XV e até mesmo na Santa Sé, comandada por Clemente XIV, ecoavam os libelos e acusações contra essa Sociedade.

As prisões de jesuítas em Portugal e pela Europa continham essa verve do espírito setecentista, que via nessa ordem religiosa a ameaça a tudo que representava lógica, razão e aspirações ilustradas. Com os auspícios dessa rede de governantes europeus, compartilhantes do veio antijesuítico, as posições foram se solidificando e a situação desses regulares ficou insustentável. Em 21 de julho de 1759, foi ordenada a prisão e expulsão dos jesuítas no Brasil. As autoridades cumpriram as ordens e, no ano seguinte, em efetivo, foram embarcados 119 padres no Rio de Janeiro, 117 em Salvador e 119 no porto de Recife. Por assim dizer, foram “desinfetados” da colônia. Em 1760, saía no navio Nossa Senhora de Arrábida o último jesuíta da América portuguesa.<sup>4</sup>

O alvará real de 3 de setembro desse mesmo ano declarou os jesuítas “rebeldes contra a coroa” e, conseqüentemente, quedaram proscritos, no Reino e no Ultramar com seus bens e propriedades confiscados pelo Estado. Desse modo, a confraria jesuíta perdeu o chão que garantia sua força e capacidade de atuação. Esses regulares amargaram nas masmorras do reino até sua expulsão sistemática para Roma, de 1760 a 1764.<sup>5</sup> Os padres da outrora inabalável ordem fundada por Ignácio de Loyola permaneceriam em ostracismo protegidos por poucos.<sup>6</sup>

Exultava, o Valido de sua majestade ante o fim do suposto “entrave” para seus ambiciosos projetos reformistas. Esse êxodo para *Civita-Vechia* foi registrado por Sebastião de Carvalho, ao encomendar um quadro do pintor franco-batavo Van Loo. A pintura retrata o Marquês de Pombal sentado, em ar majestático, apontando para o Tejo com navios de Ragusa (Sicília) em partida com os jesuítas a bordo.<sup>7</sup>

As reformas pombalinas, conforme a retirada desses supostos entraves, eram aplicadas, imbuídas de lógica e cronometria. Elas montavam um novo modelo de funcionamento, com novas e velhas instituições que serviam de trilho a esse projeto de Estado. Tudo operado em nome da autoridade real. Consolidada, a dinastia de Bragança controlava o poder de ação estatal como nunca antes havia feito, como explica Maxwell:

Uma consequência imediata das medidas drásticas de Pombal foi desembaraçar o caminho para ações governamentais em várias frentes. Assim, a década de 1760 marcou um período de consolidação e amplificação das reformas iniciadas durante a década anterior. Estas incluíram a estruturação de um novo sistema de educação pública para substituir o dos jesuítas, a afirmação da autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica, o estímulo a empreendimentos industriais e a atividades empresariais e a consolidação da autoridade para lançar impostos, das capacidades militares e da estrutura de segurança do Estado.<sup>8</sup>

A América portuguesa e sua sociedade também estavam incluídas nesse projeto reformista e a questão indígena era ponto fundamental para conter o poder e a influência jesuítica. O *Diretório dos Índios* (1755/1758) foi o documento que explicitou essa política pombalina e sua prática em terras do Novo Mundo. Era, nesse momento imperativo, para o Estado e suas estratégias coloniais, a questão indígena, como parte integrante desse processo de reestruturação.

## **1. O Diretório dos índios e as novas estratégias para a colônia**

### **1.1 O Diretório**

O Alvará de 17 de agosto de 1758 autenticava o “*Directório*”, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão” para todo o território americano de domínio português. Os ditames jurídicos, aplicados desde 1755 na região amazônica<sup>9</sup> passaram a partir daí a valer para todo o Brasil.<sup>10</sup> Documentos não eram novidade no quesito gentio;<sup>11</sup> entretanto, agora, a materialização dele e seu conteúdo era a mola mestra da vontade jurídica reinol. O Diretório, como o documento fundamental desse artigo, foi fonte primária que permitiu angular a época de sua elaboração e suas motivações políticas.

Quando foi estendido para toda a América portuguesa, após a experiência no Pará, comandado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão fidelíssimo de Pombal), revelava o ambicioso projeto de Estado para os ameríndios e eliminava a tutela desses aos jesuítas.<sup>12</sup> Podemos dizer que o Diretório foi a regulação jurídica que reordenou, em automático, a política indigenista em concomitância com a expulsão dos inicianos.

Em sua proposta e aplicação, tem a têmpera do momento em que o pombalismo vigoroso encetava esforços na América portuguesa para manter e fazer prosperar a mais importante colônia portuguesa. Como diz Mattoso: “... podemos dizer

que as receitas globais da coroa se dividem, primeiro, em duas grandes fatias: as brasileiras, que excedem francamente a metade, e as do Reino.”<sup>13</sup>

Nesse documento, a estratégia de Estado é perceptível em seu constitutivo, na medida em que dirige uma nova política para as populações indígenas, antes aos cuidados dos jesuítas. Povoar, defender, fazer funcionar as engrenagens coloniais era tarefa demasiado pesada para o reino e suas parcas reservas materiais e populacionais. Não seriam homens do Douro ou Trás dos Montes, ou de qualquer outro lugar de Portugal, que fariam esse empreendimento medrar. As tarefas demandavam novos colaboradores, novas possibilidades de gerir a dinâmica humana, o que justificava a necessidade de uma política estatal que envolvesse o elemento indígena.

Essa política racial do pombalismo foi instrumento de governança aplicado em várias partes do domínio português: em 1773, foram promulgados dois decretos que aboliram a exigência de pureza de sangue como pré-requisito para ocupar cargos públicos e, também, quedaram suprimidas todas as formas de discriminação entre cristãos-velhos e cristãos-novos.<sup>14</sup> Isso demonstra o esforço administrativo para maximizar a reforma tentando recrutar elemento humano que amalgamasse esse processo de reestruturação dos projetos governamentais.

## **1.2 O Diretório como instrumento da estratégia colonial**

O aporte legal pombalino proibiu o trabalho compulsório indígena e retirou da Companhia de Jesus o controle dos aldeamentos, passando-os a diretores funcionários do Estado. Os aldeamentos eram povoações que, desde o século XVI, eram formadas para concentrar, por motivos variados, as populações indígenas. Agora, seriam, pragmaticamente, utilizados como instrumentos governativos. A administração laica era indicada pela nova estratégia, que descartava completamente os jesuítas e sua política indigenista, que era oposta aos intentos do Estado pombalista, como nos diz Maxwell:

A política dos jesuítas com relação aos índios, além de tudo, ia de encontro ao desejo de povoar e europeizar o interior através da assimilação, e o índio, segundo acreditavam Mendonça Furtado e Pombal, deveria ser levado a constituir a força e a riqueza principal para a defesa das fronteiras.<sup>15</sup>

O Diretório, em seus 95 parágrafos, exhibe o modelo matricial explicativo da política portuguesa desse momento, indicando os novos parâmetros adotados e as

influências da Europa ilustrada acerca da institucionalização civil para a população autóctone. O Diretório, entre outras medidas, estabelecia<sup>16</sup>:

- a) introdução da língua portuguesa, em detrimento das línguas nativas e língua geral;
- b) escolha de nomes e sobrenomes cristãos para os gentios;
- c) persuasão do uso da vestimenta;
- d) organização urbana dos aldeamentos semelhantes ao modelo europeu;
- e) reconhecimento da condição de súdito de Sua Majestade ao gentio devidamente cristianizado;
- f) a proibição da punição a casamentos mistos;
- g) incentivo à lavoura e ao comércio;
- h) proibição de referir-se ao índio utilizando a alcunha de “negro”;
- i) postos públicos e honoríficos poderiam ser delegados aos indígenas.

Os aldeamentos se transformaram em espaços especializados para a confirmação dessas diretrizes; agora, entregues a um diretor designado regimentalmente pela coroa e com obrigações diretivas, jamais coercitivas: a palavra “persuasão” é utilizada mais de trinta vezes ao longo do documento. A apropriação do silvícola era precedida de contato amistoso e pacífico; era expressa a advertência de orientação para trato cooptativo. Seu efeito de confiança e durabilidade era fundamento no trabalho de aldear e civilizar o índio.

O diretor tinha responsabilidades autárquicas sobre a administração da produção, organização política e judiciária dos aldeados. Competia ao capitão geral (governador) da capitania, fazer a escolha do diretor e, após esse ato, o escolhido assumia, quase em plenipotência, o comando dos índios. Era ele quem cuidava de separar as glebas para o cultivo, organizava as escolas de meninos e meninas, controlava e incentivava o comércio entre os moradores das áreas colonizadas e os índios, além de cuidar do pagamento dos “salários” aos indígenas.

O diretor, ainda, recebia e distribuía o dinheiro arrecadado com a venda dos produtos, indicava os postos honoríficos a serem exercidos pelos índios e deveria prestar, anualmente, contas e relatórios da produção e seu progresso ao capitão geral. A companhia dos pedestres, homens brancos armados, era o destacamento militar que auxiliava o diretor na defesa e manutenção da ordem nos aldeamentos.<sup>17</sup>

Ficava instruído, nesse documento, o engenhoso intento de replicar no âmbito econômico e político os instrumentos institucionais e sociais de modelo europeu. A tarefa disciplinadora, quase um adestramento, era o principal atributo

do diretor. O Diretório, em seu parágrafo nono, mandava organizar as povoações e poderes conforme as práticas de hierarquização desse modelo:

[...] e tendo consideração a que nas Povoações civis deve precisamente haver diversa graduação de Pessoas á proporção dos ministérios que exercitaõ, as quaes pede razão, que sejaõ tratadas com aquellas honras que se devem aos seus empregos: Recõmendandoos Directores, que assim em pùblico, como em particular, honrem, e estimem a todos aquellos Indios, que forem Juizes Ordinários, Vereadores Principaes, ou occuparem outro qualquer posto honorifico; e tambem as suas familias; dando-lhes assento na sua presença; e tratando-os com aquella distincão, que lhes for devida [...].<sup>18</sup>

Esse trecho do Diretório deixa explícita a orientação para reproduzir o funcionamento social de trato europeizante, com o claro interesse de preparar o índio aldeado para integrar, em situação macro, a sociedade colonial como ente catequizado e civilizado. A réplica tinha funções multiplicadoras. Nessa mesma motivação, minuciosas instruções quanto ao estruturamento espacial do aldeamento eram dadas: deveria ser abandonado o modelo arquitetônico indígena (típico da época do controle jesuíta) o traçado deveria seguir, daí para frente, o molde urbanístico europeu, com casas de alvenaria, telhamento, praça central e ruas. Desse modo, educa e incorpora o índio na prática e vivência do espaço da cidade colonial. A construção de praças, hospitais, cadeia, escolas, oficinas eram a “imitação” para a inclusão. O Diretório dá as instruções a esse respeito em seu artigo número 12: “...persuadindo aos Indios que fabriquem as suas casas à imitação dos Brancos...”.<sup>19</sup>

Como salienta Neiva Coelho, esse modelo segue as ordenações urbanas de cunho filipino marcado por praça e quadrícula:

O modelo de praça desenvolvido pelos espanhóis só será encontrado no Brasil nos núcleos desenvolvidos com base nos projetos de engenheiros militares, principalmente naqueles implantados com o objetivo de aldear os índios, como a aldeia Maria e a aldeia de São José de Mossâmedes, ou os núcleos destinados a manter apoio e segurança junto às fronteiras, como é o caso de Casalvasco e Corumbá, no Mato Grosso.<sup>20</sup>

Clara é a evidência do projeto: engrossar o número de almas envolvidas no empreendimento mercantil colonial e atividades econômicas de seu meandro. Essa é lembrada amiúde nas páginas do documento: a palavra “comercio” é citada 67

vezes. A economia colonial, como vimos, carecia de incremento e, notadamente em áreas mineradoras, eram escassos os produtos e víveres que, muitas vezes, vinham de fora. Obstinado, o documento detalha claramente a necessidade da organização econômica dos aldeamentos e deixa antever que privados dessa atividade esses povos não tem acesso às “...conveniências Temporáes, que só se podem conseguir pelos meios da Civilidade, da Cultura, e do Commercio...”<sup>21</sup>

A terra e sua conquista tinham agora plano complexo e sagaz que, fundamentalmente, transformava o índio em instrumento de primeira necessidade para o progresso da colônia. A população branca na colônia sempre foi minoria e “com a decadência da mineração essa minoria se tornou cada vez mais exígua. Ao acentuar-se a decadência muitas famílias brancas migraram para outras regiões.”<sup>22</sup> Palacín continua apresentando esse quadro de esvaziamento ao dizer que “segundo testemunhos da época, havia lugares em que não se encontrava um só branco.”<sup>23</sup> Cabia ao diretor organizar a economia do aldeamento e integrá-la com o restante da colônia, fornecendo os índios como trabalhadores nas povoações próximas, bem como cuidando do recebimento de seus salários e do rendimento do comércio das lavouras. O diretor em última instância cumpria a função de “educador” social, pois tutelava pontualmente a vida econômica do aldeamento. Os ditames dessa política indigenista consideravam os autóctones como incapazes, originalmente, para a tarefa das finanças, como o próprio documento recomenda:

Finalmente como, supposta a rusticidade, e ignorancia dos mesmos Índios, entregar a cada hum o dinheiro, que lhe compete, seria offender não só as Leys da Caridade, mas da Justiça, pela notoria incapacidade, que tem ainda agora de o administrarem ao seu arbítrio, será obrigado o Thesoureiro geral a comprar com o dinheiro, que lhes pertencer na presença dos mesmos Indios aquellas fazendas de que elles necessitam...<sup>24</sup>.

Proposta ousada, o Diretório dos Índios continha os predicativos legais de estratégia cooptativo dos silvícolas ao mundo europeu. Eles, os indígenas, eram a mais nova ferramenta do Estado para reorganizar e adequar o império português em momento de transformações: o século XVIII, época de mudanças radicais na organização da produção e nas relações geopolíticas. A eficácia do Estado, segundo o Marquês de Pombal e sua política de reformas, implicava o remanejamento de forças no reino e seus domínios, não para alcançar um retorno ao passado glorioso do século XVI – também inexistia a visibilidade próxima de um ressurgimento aurífero ou diamantífero – mas para estabelecer de forma prática e lógica, o Portugal

mercantil em situação adequada e lucrativa nesse período de mudanças. O documento não possui pudores para aplicar a aritmética administrativa e, alertava para os perigos da estagnação da economia colonial, como vemos neste trecho:

Ensinando pois a experiencia, e a razão, que assim como nos Exercitos faltos de pão não pôde haver obediencia, e disciplina; assim nos Paízes, que experimentaõ esta sensível falta, tudo He confusão, e desordem; vendo-se obrigados os habitantes delles a buscar nas Regioens estranhas, e remotas, o mantimento preciso com irrepárravel detrimento das manufacturas, das lavouras, dos traficós, e do louvável e virtuoso trabalho da Agricultura.<sup>25</sup>

A aplicação do Diretório revela essa moral econômica da administração portuguesa que tentava, primeiramente, tornar o indígena elemento de seu funcionamento material ao incluí-lo como força de trabalho no mecanismo dos aldeamentos. Em segundo lugar, buscava garantir a ocupação e permanência de seu poder nas terras da América do Sul. Conforme Marivone Chaim,<sup>26</sup> “[...] Pombal objetivava transformá-los em cidadãos ativos na tarefa de povoamento, através da sua integração na comunidade”. Cabia ao indígena papel novo e precioso, já que as instruções vindas da metrópole frisavam de forma acentuada o valor desses colonos compulsórios. Podemos observar essa tendência de inclusão do indígena no projeto colonizador, analisando o trecho seguinte, encontrado em instrução real ao governador da capitania de Goyaz, José de Almeida Vasconcelos, o Barão de Mossamedes:

[...] achando-se todo o sertão daquele vasto continente coberto de índios, estes deviam ser principalmente os que povoassem os lugares, as vilas e as cidades que se fossem formando... nenhum dos ditos vassalós poude até hoje bem compreender que a civilidade dos índios, era objeto muito mais importante pelas suas consequências, que todas as outras riquezas... viu que a extensão do ouro, diamante e mais gêneros preciosos, se não faz sem consideráveis despesas, trabalhos e ainda perigos, e que a civilização dos índios, se pode facilmente conseguir, logo que se acertem no método de a preticar.<sup>27</sup>

Portugal, na segunda metade dos setecentos, era a própria indicação dessa polaridade invertida no trato administrativo do indígena: o poder de Estado ressonava em direção ao “bom gerir”. A busca de racionalidade governativa, como meta das reformas, oportunizaria a hegemonia da coroa em seus territórios coloniais da

América. Era projetado no índio, o novo braço que tanta falta fazia para ocupação e produção nos espaços estratégicos, vários ainda em litígio.

A população de sangue europeu era insuficiente para tal demanda e a mudança do estatuto racial era a ordem do dia para reforçar o poder de Estado, que emergia em meio às necessidades recorrentes. As medidas raciais pombalinas incluíam, em quase todas as áreas de domínio da coroa, alguma novidade quanto ao trato dos povos vassallos de *el rey*. Nas terras da América de domínio português a multiplicação de colonos indígenas poderia ser a solução para desenvolver o empreendimento colonial, como nos diz Maxwell:

[...] esse número e multiplicação de pessoas é mais indispensável agora nas fronteiras do Brasil, para suas defesas. Mesmo assim, como não era “humanamente possível” obter o número de pessoas necessárias do próprio Portugal ou das ilhas adjacentes (Açores e Madeira) sem convertê-los “completamente em desertos”, era essencial abolir “todas as diferenças entre índios e portugueses” [...] e encorajar o casamento deles com os europeus.<sup>28</sup>

Esses povos eram, agora, fundamentais para revitalizar as engrenagens da máquina colonial. Na América portuguesa, o indígena era a possibilidade de alcançar esses objetivos. Novos soldados, lavradores, tropeiros, artesãos, comerciantes estavam ali, ao alcance das mãos: os gentios da terra. A miscigenação, marca do mundo colonial brasílico, foi institucionalizada pelo documento pombalino como estratégia para o novo tempo. O incentivo ao casamento misto era explicitamente tratado no Diretório:

Entre os meios, mais proporcionados para se conseguir tão virtuoso, útil, e santo fim, nenhum He mais efficaz, que procurar por via de casamentos, esta importantissima união. Pelo que recomendo ao Directores, que apliquem incessante cuidade em facilitar, e promover pela sua parte os matrimônios entre os Brancos, e os Indios...<sup>29</sup>

Explicar essas diretrizes indigenistas que são, em si mesmas, tão claras na sua proposta é de grande valia para a análise da estratégia de Estado: ao propor, de forma institucional, o casamento misto, dá avanço original e, como engenharia populacional estatal, direciona a formação de uma população “cabocla.”<sup>30</sup> Um “exército” inteiro de homens e mulheres seria preparado para funcionar como massa humana dinâmica no projeto colonial.

Uma proposta tão impactante como essa não poderia contar com a aprovação inaciana. Assim como no reino, na colônia os jesuítas eram também considerados entrave aos projetos de reordenamento estatal e fortalecimento real. O poder jesuítico era imenso, pois as diretrizes legais instituídas anteriormente<sup>31</sup> davam aos inacianos o controle completo sobre as comunidades aldeadas. Eram autarquias indígenas de comando corporativo e exclusivo da *Societa Jesus*. Os poderes desses regulares, para gerir os aldeamentos, eram quase ilimitados e, por projeto ou princípio, impunham o gentio em seu micro universo inaciano. Os atritos com autoridades e colonos acerca dos poderes jurisdicionais sobre o gentio eram frequentes. A dimensão subjetiva do indígena, defendida pelos jesuítas, não importava ao Estado. Isso impedia o avanço do projeto estatal, como observa M. Chaim: a obra dessas missões não atendia aos objetivos da colonização portuguesa no Brasil [...] para qual o indígena se apresentava apenas numa dimensão biológica e econômica.<sup>32</sup>

Notadamente no Pará, cujo governador era Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a tensão do poder estatal contra os jesuítas estava no auge. As cismas com o governador tinham fundamento em acusações como contrabando, sonegação e querelas dos regulares contra os colonos pela utilização dos índios como trabalhadores. É igualmente importante lembrar duas variáveis que faziam urgir medidas sobre o gentio da terra: a escravidão e as atrocidades cometidas nas guerras, as quais, “justas” na prática, impediam o bom funcionamento de qualquer política que englobasse o índio como ponto de alavancagem. Proteger e potencializar as capacidades econômicas da América portuguesa eram alta prioridade do pombalismo. Os braços que continuariam a obra de interesse do Estado deveriam abranger novos homens, com tarefas de reordenação e crescimento.

As necessidades de afirmação do poder régio em Portugal e o planejamento estratégico incluíam o ensino língua portuguesa como obrigatória nesses aldeamentos. Essa ação demonstra a perspectiva de controle e centralização do absolutismo lógico pombalino, o Diretório em seus trechos clarifica essa posição:

...hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoaçoes o uso da Lingua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma, que sua Mgestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaraõ com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado.<sup>33</sup>

O uso da língua geral<sup>34</sup> (e *nhegatu* na região amazônica) tem sua origem no século XVI nas missões jesuíticas, mistura entre línguas ibéricas e tupi ocidentalizado; e foi importante artifício para catequização e contato entre os vários grupos que viviam na colônia. A língua geral era falada nas comunidades coloniais, inclusive por brancos e mestiços; em muitos lugares na colônia substituíva completamente o português<sup>35</sup>. Durante o controle jesuíta essa era uma estratégia linguística de identidade, catequização e fluxo de domínio. Para o Estado metropolitano, tratava-se de incômodo, pois não demarcava a pertença ao reino. Suprimi-la foi, para o poder pombalino, fundamental reforço da presença do comando estatal. A diretiz enceta o fortalecimento do poder régio como o próprio Diretório nos diz: “... e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica também o affecto, a veneração, e a obediencia ao mesmo Principe”.<sup>36</sup>

Pombal sabia da importância dessa terra e o espírito governativo funcionava em direção à afirmação do Estado e do poder régio nele estabelecido. No Pará e no Brasil, as duas unidades administrativas da América portuguesa na época, a necessidade indicava esse movimento ordenado e lógico e seus eixos estratégicos: “O espírito [...] pode ser reduzido a três pontos principais: primeiro, defender as fronteiras; segundo, povoá-la para que possa defender-se por si mesma; e, terceiro, tornar lucrativo o uso das minas e dos benefícios que venham a ser descobertos neste vasto continente.”<sup>37</sup>

Os povos indígenas não eram, para esse novo espírito, um entrevero que deveria ser eliminado ou expulso das áreas de interesse econômico e territorial. Os índios da América portuguesa eram para aquele momento parte imprescindível das necessidades do engenho colonizador. O ineditismo desse momento era, na verdade, fundamentado na mudança de política e eixo programático das metas para a colônia. O Barão de Mossâmedes, exemplo dessa política na capitania de Goyaz, demonstrava, em seu diário de viagens, como era importante a participação do silvícola nessa nova etapa da empresa colonial:

Viu igualmente o mesmo senhor a impraticabilidade de se povoar a dita capitania, nem outra qualquer parte da América portuguesa, senão com os nacionais da mesma América: e que, achando-se todo o sertão daquele vasto continente coberto de índios, estes deviam ser principalmente os que povoadassem os lugares, as vilas e as cidades, que se fossem formando; na certeza de que sem eles nem poderia haver cultura, nem comércio, nem opulência, nem segurança, que não fosse precária no Brasil.<sup>38</sup>

Desse modo, persuadir o gentio nos aldeamentos foi a solução apresentada para esse momento, em que, apesar das particularidades, não ficaram no âmbito da retórica as instruções dada pelo Diretório. Os atos de governança pombalinos contabilizaram mudanças significativas durante e imediatamente após seu governo. A pacificação do gentio promoveu na colônia uma “normalidade e tranquilidade”, antes inexistentes.

Em carta régia de 12 de maio de 1798, o Diretório foi abolido nessa data, quando a frouxidão já tinha tomado o lugar dos outrora esmerados atos governativos. Voltou como lei em 1808, mas sem os mesmos efeitos e, como observa M. Chaim:

Sáimos, deste modo, de uma política pacifista no século XVIII, encetada pela Coroa Portuguesa, para a do extermínio do silvícola no início do século XIX, extermínio este que já vinha se efetuando, mesmo mediante as severas medidas tomadas por parte da Metrópole.<sup>39</sup>

Embora os conflitos entre colonos e indígenas não tenham de todo acabado, sua permanência como marca da sociedade colonial é inegável, seja na miscigenação, seja em cidades que originalmente eram aldeamentos e existem até hoje. Os embates ao longo do século XIX retornaram ao padrão predatório anterior ao Diretório, levando à extinção de tribos e os restantes quedaram acuados em mínimo território. Entretanto, a marca desse documento e suas aplicações em nossa história ficam como produto do tempo e de seus eventos como registro para reflexão e referência.

### **1.3 Motivações estratégicas da defesa e posse territorial**

As disputas pela região do Rio da Prata e suas zonas contíguas foram frequentes ao longo da história colonial, envolvendo questões fronteiriças e de limites. O Tratado de Tordesilhas, em 1494, foi o primeiro de uma série de acordos de limites que, ao longo do tempo, foram mudados por interesses estratégicos e pela dinâmica de ocupação humana. Ao assumir, Pombal herdara o Tratado de Madri, assinado em 1750, que teve como negociadores Alexandre de Gusmão e Guilherme de Carvajal. No tratado, o Mato Grosso, o Rio Grande do Sul, Amazônia e vasta área situada a oeste da linha de Tordesilhas foram por direito incorporados aos domínios portugueses, como já o eram de fato.

Sebastião de Carvalho, preocupado com o Brasil, tinha não só temor pelos espanhóis, mas também pelos ingleses. As devidas garantias de alianças

e tratados com os mesmos eram fundamentais para a defesa da terra. O aliado britânico deveria ser cerceado de perto para evitar que ambições latentes aflorassem. Pois “era que a Grã Bretanha, entrando pelo Prata, se fosse estabelecer nos fundos dos nossos domínios, e dali nos apertasse, até de todo nos encerrar nas cidades da costa...”<sup>40</sup>. Era delicado o momento e os interesses pelas terras e riquezas da América portuguesa provocavam tentação nas as potências européias: espanhóis, ingleses e franceses<sup>41</sup> eram os “candidatos” a tomá-las.

As alianças entre o Estado português e a Inglaterra<sup>42</sup> lançaram Pombal no contexto do conflito bélico que envolveu várias regiões do globo e que mudaria a dinâmica da política internacional no século XVIII. A Guerra dos Sete Anos, iniciada em 1756, fez com que as posições portuguesas na América e Europa fossem ameaçadas pelo interesse do inimigo espanhol. Em agosto de 1761, Carlos III da Espanha assinou com a França o Pacto da Terceira Família. Os objetivos franceses incluíam a Península Ibérica como área estratégica para atingir os interesses comerciais britânicos. Debalde, as questões limítrofes entre domínios de Espanha e Portugal<sup>43</sup> permaneceram em novas disputas e descumprimentos, provocando a anulação do Tratado de Madri, em 1761.

Em 1762, em decorrência dessas beligerâncias, Portugal foi invadido pela Espanha. A tensão chegou ao clímax e a necessidade do auxílio militar britânico foi imprescindível para acirrar ânimos e expulsar o invasor.

A tomada de Sacramento e Rio Grande, no sul do Brasil, pela Espanha, foi um duro golpe em terras americanas. Essa nação invasora enviou exército e armada, em 1760, com 116 navios, incluídos vinte navios de guerra, 10.000 soldados e 8.500 marinheiros. Esta era, até aquela época, a maior força jamais deslocada por esse país através do Atlântico<sup>44</sup>. Isso ampliou os temores de Sebastião de Carvalho quanto à manutenção do poder português na América.

Sobrou para o ministro português equilibrar-se no governo e na diplomacia, enquanto silenciosamente cumpria a tarefa de reforçar seus domínios na sua colônia preciosa. O empreendimento da defesa da terra foi necessário, visto o suporte econômico dado pelos domínios coloniais para as finanças da metrópole. Como uma das soluções viáveis, as comunidades indígenas deveriam formar corpos militares e de colonizadores que garantiriam a manutenção e prosperidade da terra.

A dependência de Portugal em relação ao Brasil e a interconexão com o sistema de interesses britânicos era premente. Nesse contexto, no clímax da Guerra Global, salienta João Lúcio de Azevedo:

A Espanha ameaçava o Brasil, cujo ouro alimentava as manufaturas e o crédito público da Inglaterra. Perdida esta colônia, nenhum laço mais, nenhum interesse unia Portugal ao seu aliado. Sabiam isso os Governos de Paris e Madri, e por esse motivo pretendiam esbulhar-nos da possessão para desfazer a aliança.<sup>45</sup>

Até mesmo a transferência do aparato estatal e Corte portuguesa para o Brasil, era aventada no apócrifo *Punch's Politik*, produzido em Londres. O *Punch's Politik* era engenho boateiro que foi lido em ruas e mercados lisboetas, causando desconforto entre a corte e seus súditos. Conforme Maxwell:

[...] no panfleto, Punch avisava que, se a Espanha e a França assumissem o controle de Lisboa, os ingleses poderiam satisfazer-se mediante a concessão do acesso direto ao Brasil, devendo o monarca português ser transferido com toda a segurança para o outro lado do Atlântico. Desse modo, “o primeiro passo a ser dado por Sua Majestade de Portugal” seria “uma retirada imediata a bordo da frota britânica com seus tesouros, toda a sua família e vassalos fiéis [...] para os Brasis.” [...] dizia Punch ao rei de Portugal, “*adieu* à liberdade de vosso país.”<sup>46</sup>

Sebastião de Carvalho, trabalhou para evitar ao máximo atritos com os domínios da América pois, até mesmo, a possibilidade da transferência da corte para o Brasil não era mera fantasia do Panfleto *Punch*. Naquela época, mesmo para os sentidos mais comuns, vigorava a percepção da necessidade de manutenção do Brasil como área estratégica e talvez derradeira para a estabilidade do reino português no cenário mundial. Como apoio a essa hipótese, cabe a leitura deste trecho de Maxwell:

Por isso eles trataram os brasileiros com cuidado, com respeito conveniente e cautela. Pombal, em particular, conquanto se mostrasse feroz ao defender os privilégios e a autoridade reais no próprio Portugal, aspirava a cooptar e integrar os brasileiros ao mecanismo do governo tanto no Brasil quanto em Portugal. Mas Portugal era, em última análise, um país pequeno com um império grande, e a ideia de que o Brasil, no final, ultrapassaria Portugal em população e riqueza levou muitos líderes, Dom Luís da Cunha entre eles, a prever a mudança da sede do governo para o outro lado do Atlântico.<sup>47</sup>

É nesse contexto que o Diretório dos Índios é viva indicação de seu momento, em que Portugal, ameaçado em vários conjuntos de situações, viu nas popula-

ções indígenas a solução para seguir em frente no projeto colonial. O pombalismo, como prática de absolutismo ilustrado, não teve a menor dúvida em lançar mão dessa nova política racial como ato pragmático de governo.

### **Considerações finais**

A dinastia de Bragança em processo de cristalização no poder de Estado, enfrentava seu desafio mais veemente, ao suplantar as antigas amarras do aporte jurídico de caráter feudal, fundamentadas nas clientelas, prerrogativas familiares e proeminência clerical. O momento exigia respostas do Estado. As alianças internacionais, a Guerra Global, o bom funcionamento da economia mercantil e as garantias territoriais eram tarefas que deveriam ser tratadas pelo Estado forte, orientado pela lógica pragmática de governança. As amarras particularistas embasadas na compreensão jurídica de cunho consuetudinário e religioso precisavam ser extirpadas. Essas situações e necessidades demandavam um governo capaz de solucionar este desafio: posicionar Portugal diante de seus problemas.

Pombal agiu autocraticamente: ignorou os meandros clientelistas e solapou as oposições sempre que foi necessário. Agiu pessoalmente na defesa do Estado e, como absolutista que era, não deixou de usar a destruição física de qualquer barreira a sua política. Procurou, concomitante, reformar o aparato estatal em modelo lógico e funcional. Agiu o pombalismo de forma criteriosa e eletiva e utilizava os elementos e propostas ilustradas de sua época conforme os argumentos as necessitassem. Esse utilitarismo não era engajamento ou projeto revolucionário; muito ao contrário era ocupado no fundamento exclusivo da gestão do Estado e de suas carências e, esse, era o limite útil. Durante seu governo, enfrentou guerras, rebeliões e infensas nobiliárquico-clericais. Apesar disso, com o apoio de D. José I, Pombal prosseguiu incólume. Agiu como absolutista lógico que retirava das propostas ilustradas apenas o que era prático aos seus intentos. Os autores consultados ofereceram clareza desse absolutismo lógico utilitarista, capacitando o entendimento histórico da política reformista pombalina.

Defender e empreender o desenvolvimento econômico na América portuguesa era fundamental para Portugal como tarefa inadiável na ordem do dia. O Diretório dos Índios, como documento e gestão, foi efetivamente aplicado e representa esse complexo de eventos inserço nesse momento da história portuguesa e seus domínios. Ao lançar mão do indígena como colono em novos parâmetros jurídicos e civis, podemos claramente adequar e encadeá-lo com o momento histórico vivido. Os aldeamentos, a persuasão do silvícola e a supressão dos jesuítas

são elementos indicadores da estratégia de Estado e, quando comparados às políticas e ações governamentais anteriores, demarcam o estatuto pombalino e suas peculiaridades.

## Notas

<sup>1</sup> MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) et al. *História de Portugal: o antigo regime*. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998. v. 4, p. 410.

<sup>2</sup> A figura do valimento é própria do Antigo Regime das nações ibéricas. Posto de maior confiança do monarca em questões temporais, com funções de máximo nível. Inexistia oficialmente no reino português o cargo de primeiro ministro. AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004, pp. 108, 131 e 181.

<sup>3</sup> MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. DENESI, Antônio de Pádua. (trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 175.

<sup>4</sup> MAXWELL, op.cit. pp. 91-94.

<sup>5</sup> LOPES, António. *Enigma Pombal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: 2002, pp. 138-139.

<sup>6</sup> Frederico, o Grande e Catarina da Rússia protegeram em seu território os jesuítas. Foram restabelecidos e novamente reconhecidos pela Santa Sé, no pontificado de Pio VII, em 1814. Sua glória e poder nunca mais foram as mesmas.

<sup>7</sup> Idem, pp. 140-141.

<sup>8</sup> MAXWELL, op. cit. p. 96.

<sup>9</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 168.

<sup>10</sup> Idem, p. 168.

<sup>11</sup> O Alvará de 30 de julho de 1609 e a lei de 1º de abril de 1680 já tratavam do fim da escravidão indígena. CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983, p. 68.

<sup>12</sup> O primeiro grande movimento de Pombal, nesse sentido, foi a campanha de Sete Povos (1754-1756) na região sul da América: 3.700 homens, em força conjunta de Portugal e Espanha, com dezenove peças de artilharia esmagaram as missões guaraníticas promovidas pelos jesuítas. O idílio de uma utopia ameríndia inaciana no cone sul caiu, defendido efetivamente por, não mais do que dois mil guaranis armados, ante as ordens de destruição total. MAXWELL, op. cit. pp. 54-55.

<sup>13</sup> MATTOSO, HESPANHA, op.cit. p. 202.

<sup>14</sup> BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 283.

<sup>15</sup> Maxwell, op. cit. p. 72.

- <sup>16</sup> Arquivo Histórico do Estado de Goiás. Caixa Arquivo número 0002. Pacote 1. Documento número 10. *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*.
- <sup>17</sup> CHAIM, op. cit. p. 37.
- <sup>18</sup> *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 9.
- <sup>19</sup> *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 12.
- <sup>20</sup> COELHO, Gustavo Neiva. *O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular*. Goiânia: Editora da UCG, 2001, p. 197.
- <sup>21</sup> *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 3.
- <sup>22</sup> PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. 6.<sup>a</sup> ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994, p. 38.
- <sup>23</sup> Id. *ibid*.
- <sup>24</sup> *Directório dos índios*, 1758. AHEG. Artigo 58.
- <sup>25</sup> *Directório dos índios*, 1758. AHEG. Artigo 22.
- <sup>26</sup> CHAIM, op. cit. p. 76.
- <sup>27</sup> Idem, p. 91.
- <sup>28</sup> MAXWELL, op.cit. p. 53.
- <sup>29</sup> *Directório dos Índios*, 1758. AHEG. Artigo 88.
- <sup>30</sup> M. Chaim nos lembra que o parágrafo 80 do *Directorio*, que trata dos casamentos mistos, foi dificultado devido à exígua população branca da capitania. CHAIM, op. cit. p. 141.
- <sup>31</sup> CHAIM, op. cit. 69.
- <sup>32</sup> Idem, p. 67.
- <sup>33</sup> *Directório do índios*, 1758. AHEG. Artigo 6.
- <sup>34</sup> VAINFAS, op. cit. pp. 346-348.
- <sup>35</sup> Id. *ibid*.
- <sup>36</sup> *Directório dos índios*, 1758. AHEG. Artigo 6.
- <sup>37</sup> MAXWELL, op. cit. pp. 126-127.
- <sup>38</sup> PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (orgs). *O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006, p. 10.
- <sup>39</sup> CHAIM, op. cit. p. 95.

<sup>40</sup> AZEVEDO, op. cit. p. 48.

<sup>41</sup> João Lucio de Azevedo fala do receio de Pombal pelo interesse francês na região amazônica: “Mas também desta banda Carvalho nutria receios. Conjeturava que a França não tinha abandonado as pretensões ao Amazonas, e nos atacaria do norte, pela Guiana, quando os Espanhóis ao sul penetrassem no Brasil”. AZEVEDO, op. cit. p. 255.

<sup>42</sup> “Renegar o País as tradições da sua política, voltando-se contra a Inglaterra, seria perder na contenda a melhor parte do seu império colonial, se não todo ele. Mas a recusa punha-o a braços com o hereditário inimigo, o castelhano, e com o novo adversário, em cujo temor o Governo português desde há três anos vivia. Contra a França e a Espanha unidas, era imprescindível o socorro da Inglaterra”. AZEVEDO, op. cit. p. 243.

<sup>43</sup> Na América o terreno das hostilidades não ficara circunscrito ao Rio Grande: em outros pontos da fronteira meridional, em Mato Grosso e até no extremo Norte, na região distante do Rio Branco, se davam reencontros à disputa dos postos. AZEVEDO, op. cit. p. 266.

<sup>44</sup> Idem, p. 136.

<sup>45</sup> AZEVEDO, op. cit. p. 262.

<sup>46</sup> MAXWELL, op. cit. p. 120.

<sup>47</sup> MAXWELL, op. cit. p. 175.

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Nobel, 1983.

COELHO, Gustavo Neiva. *O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular*. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. *Atlas histórico mundial*. 2.<sup>a</sup> ed. Madrid: Ed. ISTMO, 1973.

LOPES, António. *Enigma Pombal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Ed. Roma, 2002.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. DENESI, Antônio de Pádua. (trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, António Manuel (coord.) et al. *História de Portugal: o antigo regime*. Rio de Janeiro: Editorial Estampa. v. 4, 1998<sup>a</sup>.  
PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant' Anna. *História de Goiás*. 6.<sup>a</sup> ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.  
PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (orgs). *O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.  
VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. 1.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA, 2000.

### **Fonte Primária**

*Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*.  
AHEG (Arquivo Histórico do Estado de Goiás). Caixa Arquivo número 0002.  
Pacote 1. Documento número 10.

### **Abreviaturas**

**AHEG** – Arquivo Histórico do Estado de Goiás

**AN** – Arquivo Nacional

**RIHGB** – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

### **Resumo**

O artigo trata das políticas de Estado no reino português e seus domínios na segunda metade do século XVIII. O governo de Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, considerava o poder jesuíta ameaça aos seus projetos reformistas tanto na Metrópole como nas colônias. A aplicação do conjunto legal definido como o Diretório dos Índios foi a expressão clara desse novo projeto que incluía o indígena como parceiro do Estado e os afastava da tutela jesuítica. A reforma indigenista pombalina tinha claros interesses na defesa e ocupação da América portuguesa.

Palavras-chave: Pombal; Diretório dos Índios; Política anti-jesuítica

### **Abstract**

The text deals with Portuguese colonial politics in the mid-seventeenth century. During the rule of Sebastiao de Carvalho e Melo, known as Marques de Pombal,

the power of the Jesuits was regarded as a threat to his reformist projects both in the metropoly and in the Portuguese colonies. The enforcement of the Directorate for the Indians was the clear expression of those projects that regarded the Indians as partners of the State thus rejecting the tutelage of the Jesuits upon them. The reform carried out by Pombal clearly aimed at defending and occupying the Portuguese America.

Key words: Pombal; Indian Directorate; Anti-jesuitic policy

### **Resumen**

El texto trata de las políticas del reino portugues y sus domínios en la segunda mitad del siglo XVII. El gobierno de Sebastiao de Carvalho e Melo, el Marques de Pombal, consideraba el poder de los Jesuítas una amenaza a sus proyectos reformistas tanto en la Metrópole como en las colonias. La aplicación del Diretório de los Indígenas fue la clara expresión del nuevo proyecto que incluía a los indígenas como socios del Estado y los apartaba de la tutela de los Jesuítas. La reforma indigenista pombalina tenía claros intereses en la defensa y ocupación de la América Portuguesa.

Palabras clave: Pombal; Directorio Indígena; Política anti-jesuítica

**Rafael Jacob de Paiva**

*Graduado em História pela UPIS. Pós-Graduando em Filosofia no Instituto Claretiano - Taguatinga-DF.*

**Rubens de Oliveira Martins**

*Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pesquisador da CAPES junto ao CERLIS da Université René Descartes - Sorbonne/Paris V. Professor da UPIS. Assessor do Ministério da Ciência e Tecnologia.*

## ***Santa Dica e a República dos Anjos: um paraíso no Cerrado***

### **Considerações Preliminares**

Ao abordar os movimentos sociais de cunho religioso fez-se necessário refletir sobre seus diferentes aspectos, analisando tanto os fatores que contribuem para sua ocorrência quanto o porquê de serem capazes de atrair tantos seguidores.

No interior do Brasil, no estado do Goiás, mais precisamente no distrito de Lagolândia, a 40 km da cidade de Pirenópolis, nasceu a menina chamada Benedicta Cypriano Gomes que, anos mais tarde, seria chamada Santa Dica e considerada, assim como Antônio Conselheiro foi em Canudos, a “representante dos Céus na Terra”, capaz de trazer melhoria às condições de vida dos pobres e sofredores.

O presente artigo pretende demonstrar alguns fatores que tornam esses movimentos possíveis, tentando compreender sua dinâmica. Têm-se também a precaução de se analisar alguns episódios sociais religiosos análogos ao caso ocorrido no Goiás, a fim de se estabelecer critérios de comparação com Santa Dica, e refletir sobre os impactos de tais ocorrências sobre seus seguidores, em termos de melhorias sociais ou de perspectivas utópicas.

Considerando a visão utópica de que o reduto de Santa Dica seria o Paraíso na Terra, torna-se necessário analisar conceitualmente as teorias que tratam da construção de utopias sociais, o desenvolvimento dos movimentos sociais, bem como os conceitos de “mito” e messianismo, além de procurar compreender as discussões acerca da liderança carismática.

Para tanto serão analisados alguns trabalhos acadêmicos que trataram do messianismo de Santa Dica sob diferentes perspectivas, mas com um ponto em comum: o relato dos que conviveram com Santa Dica e viram as transformações que ela proporcionou ao sertanejo.

O objeto de estudo pode ser inserido na História de Goiás na República Velha, no âmbito da História das Mentalidades e na História das Religiões e Religiosidades, por trazer em seu conteúdo uma visão da dualidade entre o real e o

imaginário, analisando as circunstâncias em que o imaginário é construído, geralmente associado a situações de crise, tanto política quanto econômicas e sociais.

O desenvolvimento de questões relativas à História das Mentalidades será de suma importância para que o objeto de estudo possa ser inserido no contexto histórico, em que se ampliará o conceito de documento, projetando-se para a compreensão dos mecanismos sócio-históricos existentes no caso Santa Dica.

Não se trata de discussão acerca da mentalidade do sertanejo de forma individual, mas de uma tentativa de compreender a visão original de cultura popular na qual seja possível identificar o conjunto de situações e crenças que se consolidam em oposição à cultura letrada dominante, resultando em análise sobre o “coletivo” e da reflexão sobre movimentos de teor análogo.

Dessa forma, a análise do messianismo presente no caso de Santa Dica, pretende esclarecer e apresentar o complexo sistema social no qual o sertanejo está inserido, e tentar explicar como a utopia e o mito podem definir mudanças na sociedade.

Concordando com Weber, que afirma que toda religião é na verdade uma forma entre tantas outras de os seres humanos se organizarem socialmente, o presente trabalho está inserido na História das Religiões e Religiosidades, e se inicia com análise da estrutura política e econômica de Goiás no século XIX e XX, buscando analisar também o fenômeno do “coronelismo”, que certamente pode contribuir para a explicação das causas do surgimento de líderes messiânicos.

Num segundo momento, a história de Pirenópolis é relatada de forma singular, a fim de estruturar ambiente em que mais tarde ocorreu o fenômeno de Santa Dica, a partir da descrição da trajetória de Benedicta Cypriano Gomes, relatando sua vida e seus feitos.

Por fim, serão analisados os conceitos de “mito”, messianismo, escatologia, “Idade do Ouro”, liderança carismática e movimento social, entre outros, necessários para a compreensão do movimento de Santa Dica e sua capacidade de ser considerado como “a República dos Anjos”, tornando-se análogo ao “Paraíso na Terra”.

### **Onde a história começa: Goiás**

Goiás, durante a República Velha não tem grande expressão nacional. Pequeno orçamento, população escassa, força pública diminuta e economia quase insignificante, Goiás não desperta a atenção do governo central para os seus problemas como observa Vasconcellos: “O orçamento de Goiás atinge seu máximo em 1930, com o valor de 6:069:073\$700. Comparando-o ao de outros estados de Fede-

ração, vê-se que ele só tem similar no do Piauí, sendo igual a 1,6% do de São Paulo, o maior do País”.<sup>1</sup>

Em Goiás, nenhuma cidade ou vila apresenta população que ultrapassasse a casa dos dez mil habitantes na década de 20, nem mesmo a Capital.

Observa-se também que a política estadual de venda de terras era pouco utilizada devido à baixa cotação, não interessando ao Estado entregar terras a preços insignificantes. As terras do Goiás não alcançavam o mesmo preço que as de outros Estados. A localização delas era motivo também para os baixos valores.

Essa pouca valorização das terras goianas tem como uma de suas causas a falta de rede de comunicações entre os vários municípios que, em sua maioria, viviam isolados. Além da falta de uma rede telegráfica, o isolamento se fazia pelo precário serviço de transportes.

Se por um lado, a proclamação da República trouxe descentralização do poder das mãos do imperador, por outro, ela consolidou a liderança da burguesia agrária no poder. Como consequência, coube aos Estados a criação de novos impostos e a possibilidade de procura de empréstimos no exterior. Ao lado dessa política estadual formou-se uma dominância de alguns poucos estados, ficando os demais na periferia desse poder.

Junto ao poder estadual, e servindo de base para ele, os coronéis-fazendeiros custeavam as despesas com o alistamento e a eleição e recebiam em troca a nomeação de seus afilhados ou mesmo benefícios para o município em que exerciam chefia.

Maria de Lourdes Janotti observa a ligação entre o eleitorado, o coronel e os poderes municipal, estadual e federal. Para ela:

O Coronelismo se expressa num encadeamento rígido de tráfico de influência. Sua prática política está muito bem estruturada num sistema eleitoral, onde é possível reconhecer todos os seus passos localizando-os no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, poder municipal, o poder estadual e o poder federal.<sup>2</sup>

As oligarquias em Goiás se sucediam no poder. Ora lá estava o Bulhonismo (Chefiados por José Leopoldo de Bulhões Jardim); ora o Xavierismo (grupo ligado a José Xavier de Almeida); ora o Caiadismo (oligarquia dominada por Antônio (Totó) Ramos Caiado). Bastava que os interesses de uma facção fossem contrariados para que esta rompesse com a ordem dominante e criasse ou se aliasse a outra, tornando-se oposição.

No Estado de Goiás, diferente de todo o restante do País, não é apenas na propriedade da terra que repousa o poder político. Segundo Thaís Moraes “os coronéis não são proprietários de terra; eles se destacam não por suas posses, mas pela capacidade de articular o mando com a violência e brabeza física”.<sup>3</sup>

Na pirâmide social goiana, temos no topo os grandes proprietários de terras e os capitalistas que viviam de renda na obtenção de lucros através dos empréstimos a juros. Juntos, representavam cerca de 0,23% da população de Goiás.

Como afirma Vasconcellos: “Este pequeno segmento da sociedade é que participava do mesmo processo econômico, dominava o cenário político e fazia desligar pelos demais segmentos da sociedade suas ideias a respeito das coisas e do mundo”.<sup>4</sup>

Além desse grupo, existia também a classe média, composta por comerciantes, profissionais liberais e ocupados na administração pública e privada. Essa classe estava ligada diretamente à classe dominante, o que lhes trazia boa reputação. Mas a grande maioria da população era composta por trabalhadores rurais e pelos sem profissão.

Assim, temos como estrutura social em Goiás durante a República Velha a pirâmide formada pelos proprietários e capitalistas no topo, no meio temos os comerciantes e profissionais liberais e na base os trabalhadores rurais e os sem profissão.

## **Pirenópolis**

A História de Pirenópolis se inicia com a vinda do filho do grande desbravador das primeiras expedições do Ananguera, Bartolomeu da Silva Filho, quando ele foi expulso das Minas Gerais por ocasião da Guerra dos Emboabas.

Em 1718, Ananguera Filho remete uma carta de um local denominado Minas de Meia Ponte, destinada ao Conde de Sarzedas, em São Paulo, a fim de solicitar autorização para demarcar e explorar o território dos gentios em, Goiás.

Bartolomeu da Silva Filho despacha o guia Urbano do Couto Menezes para conduzir as Minas de Meia Ponte. Porém, mesmo sendo ele o “descobridor” das Minas, ele não é considerado o fundador do arraial, ficando o crédito para Manuel Rodrigues Tomar. Oficialmente, o arraial foi fundado em 7 de outubro de 1727, um domingo, dia de Nossa Senhora do Rosário. Como era de costume dos portugueses batizarem os arraiais com o nome dos santos, o arraial passa a se chamar Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte.

Pirenópolis, durante o período colonial, passa a se destacar no cenário e na atenção dos governantes. O ouro abundava às margens do Rio das Almas.

Com essa riqueza, os portugueses ergueram uma suntuosa igreja que, para a região, mais parecia uma catedral. Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte era muito mais rica e movimentada que Vila Boa e só não se tornou Capital da Província de Goiás devido à dificuldade de relacionamento entre portugueses e paulistas.

Apesar de ter sido abundante a extração de ouro durante todo o período colonial, no início do século XIX o ouro se esgotou, expulsando muitos aventureiros e trazendo à falência muitos mineradores. Restou à Meia Ponte o comércio e a lavoura. Joaquim Alves de Oliveira se aproveitou de tal fato e montou um engenho, uma casa de comércio e criava em suas terras, uma tropa de mulas, o que lhe deu poder para comandar a cidade durante quase todo o século.

Com novas rotas surgindo, as tropas e contingentes passaram a desviar da cidade. Além disso, a construção da via férrea em Anápolis e a criação da nova Capital, Goiânia, fez com que Meia Ponte perdesse expressão no início do séc. XX. Com seu passado glorioso já quase esquecido, Meia Ponte resolve mudar seu nome para Pirenópolis, a Cidade dos Pireneus.

Pirenópolis manteve suas atividades econômicas voltadas para o comércio e a produção agrícola. Essa produção, porém, não teve grande representação no total do País. Junto das plantações de algodão, a agricultura de Pirenópolis produzia arroz, milho, feijão, mandioca e café, apenas para sua subsistência.

Segundo Vasconcelos: “Entre os 49 municípios de que se compunha o Estado de Goiás até 1930, o de Pirenópolis não se encontra entre os vinte maiores produtores agrícolas. Sua produção era de subsistência e o excedente que havia para a comercialização não ultrapassava os limites regionais”.<sup>5</sup>

Próximo à cidade de Pirenópolis, nasceu no início do séc. XX a menina que mais tarde se tornaria a mulher que conduziria um exército de sertanejos e que lhes daria em troca de sua lealdade o direito de viver um sonho.

### **A menina que virou Santa**

A 36 km de Pirenópolis, na Fazenda Mozondó, que mais tarde passaria a se chamar Lagolândia, nasceu numa terça-feira, 13 de abril de 1909, Benedicta Cypriano Gomes, também conhecida por Dica, filha mais velha de uma família de oito irmãos. Seu pai, Benedicto Cypriano Gomes, era proprietário de pequena parcela de terra naquela fazenda. Tinha ali um pequeno engenho de cana, onde produzia rapadura, e ainda trabalhava como trançador de laços de rédeas para ajudar nas finanças da família.

Ainda cedo, Dica foi viver em companhia de sua avó paterna, que fora sua professora nas tarefas do lar e nos ensinamentos religiosos. De acordo com Vasconcellos: “[...] Com sua avó e uma tia, Leocárdia – sua madrinha, Dica cresceu aprendendo as lides domésticas e a prática da religião católica. Esta fora sua escola, que não lhe ensinava, entretanto, a ler ou escrever”.<sup>6</sup>

Aos 16 anos de idade, Dica ficou enferma e tida como morta, num provável caso de catalepsia. Porém, passados três dias, ao lhe ser dado o tradicional *banho dos defuntos*, Dica “ressuscitou”, espalhando a notícia de um milagre pelo município, Estado e País.

Aos 18 anos, Dica era muito conhecida na região. Reuniu aproximadamente 500 pessoas formando uma pequena comunidade onde a utilização da terra era dada de forma coletiva.

A adesão de trabalhadores das fazendas vizinhas ao movimento de Dica trouxe incômodo aos coronéis da região, que alertaram ao Estado para que não se reproduzisse ali, o mesmo episódio de Canudos. Dica, já curandeira, milagreira, profetiza e santa, teve em seu reduto um número cada vez maior de seguidores, que a ela tinham obediência total. Como afirma Vasconcellos: “Acreditando ser ela capaz de realizar a missão que lhe foi confiada, seus seguidores, ou fanáticos como querem outros, passam a obedecê-la, reconhecendo nela o chefe e guia.”<sup>7</sup>

Esse fanatismo por parte dos seguidores da então Santa fez nascer na região um novo grupo: os Diqueiros. Os Diqueiros eram, na verdade, homens e mulheres sertanejos que, buscando liberdade e vida melhor, seguem Santa Dica de forma fervorosa. O sertanejo viu no reduto criado por Dica uma forma de fugir dos coronéis da região.

O coronelismo fez-se presente por todo o Brasil e de certo modo era a única forma de participação política do trabalhador rural, a partir do momento em que ele aceitava a ideia de submissão e dependência.

Jeane Silva faz afirmações sobre o coronelismo, dizendo que:

Esta questão [o coronelismo] refere-se à participação política da população e o seu envolvimento nas decisões políticas, mantendo uma relação quase que de submissão aos que pertencem à elite, em troca de outros interesses que a favoreçam. [...] Pode-se dizer que é a população, que apesar de excluída das decisões políticas e sem acesso aos benefícios advindo do poder público, sustenta esse poder no sentido de permitir sua continuidade.<sup>8</sup>

Além do coronelismo, a Igreja Católica exercia também o controle pregando a tolerância e a concórdia entre a população, mantendo, assim, a calma na população e a ordem pública, alegando que as dificuldades que o povo enfrentava eram na verdade uma dádiva de Deus e que deveriam agradecer por terem pessoas que os acolheram, e que lhes deram trabalho e proteção.

Na comunidade de Dica, porém, não se pagavam impostos. Lá, o sertanejo tinha o direito de trabalhar na terra, pois: “assim sendo, propriedade de Deus, deveria ser empregada para o trabalho coletivo daqueles que vivem como irmãos. Seu produto deverá pertencer a todos, recebendo cada um segundo a sua necessidade”.<sup>9</sup>

Dessa forma, os sertanejos começaram a perceber as injustiças que viviam na relação com o coronel.

Segundo Jeane Silva:

[...] Muitos foram percebendo a relação injusta e massacrante a que ficaram durante anos, seguindo um coronel, um proprietário de terras e tendo na Igreja, uma forma de continuação dessas idéias de mandonismo. E dessa forma, buscaram a Comunidade para se juntar à Benedicta Cypriano em busca de uma autonomia, de uma divisão de trabalho mais justa, sem relações tão expressas de poder e submissão.<sup>10</sup>

A divisão da terra e dos produtos nela produzidos é um primeiro elemento que trouxe ao reduto um número cada vez maior de sertanejos. O sertanejo, carente das necessidades básicas de todo cidadão como habitação, saúde, segurança, igualdade, educação, via na *Corte dos Anjos*<sup>11</sup> uma forma de conquistar essas necessidades. Com isso iniciou-se a migração para o reduto que Dica afirmava ser o local escolhido pelos anjos para aqueles que buscavam a salvação. Vasconcellos aponta para essa migração dizendo que: “[...] A fama e a crença em seus poderes sobrenaturais – espírita que conferencia com uma legião de anjos – faz com que a Lagoa se torne habitação permanente de um grande número de pessoas”.<sup>12</sup>

O jornal *O Democrata* também mostrou o início de uma cidade construída em propriedade alheia dizendo que: “Ela mora em um rancho de capim, à margem do Rio do Peixe, ultimamente cognominado Jordão. Ali, pela inspiração dos seus exploradores, está se fundando uma cidade chamada CALAMITA DOS ANJOS, em terras alheias”.<sup>13</sup>

A organização do reduto dava-se pelas leis enviadas pelo conselho espiritual, constituído por anjos pertencentes à falange de anjos que vinham conferenciar com a *santa*. O Sertanejo, ao mudar-se para ali, buscava uma forma de viver em segurança e paz.

Os que ali permaneciam buscavam, junto a Santa Dica, segurança, para que pudessem viver em paz e concórdia, o que para eles significava liberdade. No reduto não haveria malquerer nem discórdia e ali estaria proibida a ingestão de bebidas alcoólicas, pois seu excesso poderia provocar desavenças.<sup>14</sup>

Além disso, a participação na política do local é de responsabilidade de todos, apesar de ser a Santa a única a receber as leis dos anjos. Os Diqueiros não criticavam essas leis e as obedeciam dando à Santa a legitimação da nova liderança. Dica tornou-se além de milagreira, curandeira, profetiza e Santa, agora líder de um aglomerado de gente que a obedecia e a seguia sem questionamentos. Sua liderança, porém, trouxe à tona a ira da classe que exercia a dominância do sertanejo. Isso iniciou um processo hostil contra o reduto por parte dos Coronéis, do Estado e da Igreja.

Para Vasconcellos, Dica passou a ser uma ameaça à liderança tradicional do município e do Estado, sendo considerada um risco à tranquilidade e à ordem pública. Os donos de terra, por sua vez, buscaram no Estado e na Igreja um órgão para repreender o reduto para não se repetir o caso de Canudos. Zicari apresenta transcrição do Jornal *O Democrata* com a preocupação em mostrar o “perigo” que aquele reduto se tornou:

[...] Se não se tomar providências a questão se complicará e nos veremos em um beco sem saída. E não será por falta de aviso; nós, os da imprensa cumprimos com o nosso dever, dando o alarme. Compete agora à polícia pôr cobro a essas baboseiras que impressionavam os ignorantes e simples. A nossa historia e a de outros paizes está cheia de taes factos tristes e de suas consequências perniciosas, basta lembrar a historia de Canudos, na Bahia, com seu Antonio Conselheiro e dos Muckers, no Rio Grande do Sul, com seu João Maurer. [...]<sup>15</sup>

O “perigo” que Dica apresentava foi mais uma vez apresentado em dez de outubro de 1924 no jornal *O Democrata*, chegando ela a ser comparada a Lênin e mais uma vez lembrando o caso Canudos:

[...] Dica se tornou uma espécie de Lenine de sexo diferente. Prega a partilha equitativa das terras pelo povo. [...] É preciso que lembremos de que um homem suggestionado, crente, vale por dez. É sobre humana a sua força. Canudos é de ontem, e nós sabemos o que foi Canudos.<sup>16</sup>

Quando o discurso de Dica e seus atos afetaram o interesse dos fazendeiros, que são aqueles que “promovem” o trabalho, ela está na verdade afetando

muito mais que isso. Está indo contra toda uma estrutura social que não aceita de maneira alguma a “novidade”, pois só pode funcionar pela ausência de oposição. O perigo se dá pelo simples fato de os fazendeiros estarem perdendo mão de obra e por consequência poder.

A Igreja também tem seu poder ameaçado pelo fato de Santa Dica realizar em seu reduto casamentos, além de batizados no Rio Jordão<sup>17</sup> e crismas por conta própria. O jornal *O Santuário de Trindade* mostra a preocupação da Igreja, pelo fato de Dica estar a celebrar casamentos:

[...] Agora está ministrando o Baptismo e promete para breve a celebração de casamentos e dado o grau elevado de cousas que tem praticado livremente sem correção por parte da justiça é mesmo de se suppor que venha a fazer casamentos, cujas consequências muito virão affectar a vida social.<sup>18</sup>

Para os seguidores de Dica, porém, esses rituais cristãos eram bem mais bonitos que os realizados na Igreja. Herculano Flores, um dos auxiliares, testemunha do processo contra Benedicta, disse:

[...] Que o casamento, baptismo e chrisma Dica realizava em sessão, naquelle estado de insensibilidade a que se referiu e que as cerimônias são como as da Igreja Catholica, achando elle(...) até mais bonitas as celebradas por Dica[...]

...Que Dica também celebrava missas por almas de defuntos, missas essas cujo ritual, mais ou menos semelhante ao da Igreja levava-lhe entretanto, vantagem na sua parte tocante [...].<sup>19</sup>

A República dos Anjos, reduto de Dica e seus Diqueiros, passou a ser o paraíso na terra. Dica era vista como a pessoa que os libertou do trabalho escravo, da opressão e da marginalização. Na Corte dos Anjos, residiam os escolhidos por Deus para serem salvos quando chegasse o fim do mundo.

Segundo Antônio José de Moura, autor do romance *Sete Léguas de Paraíso*, Dica dizia que em seu reduto:

Não se sentirá fome, tanta é a fortuna de viveres, nem vontade de dormir, posto que os seus moradores desconhecirão cansaço, sono e preguiça, vivendo tal plenitude de êxtase que entre eles não se encontrarão vestígios, sequer memória das coisas tristes da terra: dor, desgosto, solidão, deixarão de existir, inclusive nas palavras.<sup>20</sup>

Para Dica, a vivência plena desse paraíso estava por vir, mas não havia tempo determinado. A plenitude só seria alcançada quando não houvesse mais diferenças entre os seres humanos.

As leis advindas dos Anjos passaram a ser transmitidas também através de um jornal manuscrito, intitulado *Estrela do Jordão da Corte de Santa Dica*, distribuído entre o grupo de Lagolândia e outras regiões. Isso dava à Dica ainda mais poder, pois ela conseguiu agora atingir mais pessoas com seus discursos e ideais.

Para o jornal *O Santuário de Trindade*, entretanto, esse manuscrito mostrava a ignorância da Santa e dos que a seguiam.

[...] Temos nas mãos um papelucho que se intitula jornal, ao serviço da tal romaria do Rio Jordão, escripto miseravelmente a mão, cheio de erros de portuguez e de asneiras, custando 105000 por anno, muito apto para os beocios e os exploradores do tal novo methodo de cavar a vi a (sic) sem trabalho [...].<sup>21</sup>

Pirenópolis naquele momento temia por sua integridade, sendo esse temor apenas reflexo das crises existentes pelo estado. As crises políticas e econômicas se avolumavam cada vez mais. O líder estadual passou a agir com medidas protectionistas para os amigos e com rigor da lei para seus opositores.

Como se não bastassem essas crises, a presença dos revoltosos da Coluna Prestes repercutiu intensamente. A propaganda que o governo fazia desses revoltosos espalhava pelo Estado o terror entre a população do sertão goiano, chegando alguns a abandonar suas cidades temendo assassinatos e saques, que supostamente seriam efetuados.

Dica e seus adeptos foram convidados pelo coronel Francisco José de Sá a emprestar sua colaboração à Coluna Caiado, liderada pelo senador Ramos Caiado, com o objetivo de barrar a Coluna Prestes, que seguia Goiás adentro. Dica reuniu então, fiéis e voluntários pirenopolinos e marchou para a Capital.

Sua presença foi testemunhada pela imprensa local e nacional e por todos aqueles que participaram do aliciamento de voluntários: “Afirmam pessoas que a viagem na Capital durante os dias da revolta (...que) as homenagens prestadas à Dica (...), são verdadeiramente desconcertantes e humilhantes para os foros cultos de Goiás”.<sup>22</sup>

A Coluna Caiado não entrou em combate contra a Coluna Prestes, porém, Dica começou a perceber sua força. Sua ajuda era necessária, seu braço era importante nos momentos em que o grupo dominante corria perigo, mas o seu destino era feito por ela própria.

Sobre o fato de Dica e seus seguidores lutarem ao lado das forças que a oprimiam, Eleonora Zicari afirma que isso não ocorreu para ajudar o Estado, mas sim isto teria sido uma tentativa de quebrar a oposição frente a essas forças, o que significava esvaziar o discurso de seus opositores.<sup>23</sup> Com isso ela mostrou que não havia sumido ou aquietado, como afirmava o jornal *O Santuário de Trindade* em quatro de julho de 1925.

E a Santa Dica? Sumiu-se ou antes aquietou-se. Ora, pois agora Ella poderia fazer uma boa obra: fazer cair sobre os revoltosos que estão ameaçando o nosso Estado aquella celebre chuva de machadinhos que promettera para os que nela não acreditavam; com isso prestaria um bom serviço aos goyanos.<sup>24</sup>

Mas o episódio Coluna Prestes não pode ser visto como o causador da eclosão ao reduto de Dica. Os argumentos de prática de magia, espiritismo ou sortilégios não poderiam ser usados para se acabar com aquele arraial. A solução então encontrada pelo governo foi a de afirmar que, através da religião, Dica atentava contra a saúde pública prometendo curas e com isso iludindo a boa fé pública, explorando-a, crime este previsto no artigo 157 do Código Penal Brasileiro.<sup>25</sup>

Em 14 de outubro de 1925, os pedidos da Igreja e dos fazendeiros seriam finalmente atendidos. Nesse dia, 79 homens da força do Estado tomaram a Comunidade da Corte dos Anjos. Bem armados, e com um mandato de prisão para Benedita, os policiais foram recebidos a bala pelos Diqueiros, mostrando que eles defenderiam sua líder até o fim.

Segundo relatos oficiais, essa guerra durou pouco mais de trinta minutos, em que seis pessoas morreram baleadas, cinco afogadas durante a fuga pelo Rio Jordão e mais cinco ficaram gravemente feridas. O evento ficou conhecido como O Dia do Fogo.

Para os seguidores de Dica, porém, o combate seguiu-se por mais de duas horas e poucos foram os mortos. Segundo os Diqueiros, Dica e os Anjos criaram uma espécie de escudo celestial em que os projéteis metralhados pela polícia ricocheteavam não atingindo a nenhum deles. Ao seguirem pelo rio Jordão mesmo os que não sabiam nadar podiam ser salvos se segurassem nos cabelos da santa.

O jornal *O Santuário da Trindade* relata O Dia do Fogo da seguinte forma:

E a Dica dos Anjos? Quem tinha razão? O que previnimos succedeu tim tim por tim tim. A polícia teve que intervir e prender a tal milagreira. Isso porem não se deu sem derramamento de sangue. Eis o que diz o “Democrata”: ‘Muitos crimes foram com-

metidos pelos que exploravam a ignorância do povo. A santa depois de conversar com os Anjos declarava que alguns indivíduos morreriam em certo dia. E essas pessoas apreciavam mortas em certo tempo determinado assassinadas pelos seus comparsas. Os soldados de polícia (enviados contra Ella e caterva) foram recebidos à bala pelos fanáticos. Assim foram presos 83 devotos, morrendo diversos afogados no rio do Peixe ou Jordão para onde correram a conselho da santa Dica'. Se tivessem sido atendidas as nossas reclamações ter-se-ia evitado essa mancha na história de Goyaz.<sup>26</sup>

Temos então um grupo reprimido pelo Estado, marginalizado pela Igreja, odiado pelos fazendeiros. Isso dá a Dica maior legitimidade em sua liderança, pois se antes ela já era vista como esperança, agora nasceu nos Diqueiros a ideia de que Dica é a Salvação.

Após O Dia do Fogo, Dica se entregou com alguns seguidores à polícia e foi julgada e condenada a um ano e dois meses de prisão. Segundo o processo judicial, a própria Benedicta Cypriano afirmou não mais conferenciar com os Anjos. Segundo o relato:

Que depois da noite que presumi ter sido deshonestada por Manuel José Tores, vulgo Coxeado, facto esse que ocorreu a uns dez dias, mais ou menos, não teve mais manifestação nenhuma daquelles phenomenos de que era possuída e não pode mais realizar suas conferencias e nem mais entrou naquelles tranzes (...) Em tempo – A declarante disse ainda que o facto a que acabou de se referir no tocante a sua virgindade, ocorreu quando Ella estava dormindo e contra a sua vontade...<sup>27</sup>

Apesar de ter declarado categoricamente que havia sido estuprada, seu discurso não teve valor. Sua mensagem não foi ouvida. Isso se institui, entre tantas outras coisas, porque ela era: “a única mulher a falar em todo o processo, sua voz é apagada pelo simples fato de não encontrar sentido numa rede discursiva, onde o mundo da razão positivista, essencialmente “masculino”, é o que prevalece”.<sup>28</sup>

Eleonora Zicari Brito, diz ainda que: “[...] enquanto portadora de uma mensagem simbólica, sua fala é criadora e possui um sentido. Quando tenta entrar no discurso positivista que marca a cultura ocidental, seu discurso é redutor, sem sentido [...]”.<sup>29</sup>

Em 1926, o Superior Tribunal de Justiça julgou improcedente a denúncia apresentada contra os réus e os libertaram. Dica foi exilada do Estado de Goiás e

seguiu com alguns adeptos para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo, onde se casou com o jornalista Mário Mendes.

Somente em 1927, Dica retornou à Lagolândia, refazendo a comunidade e com ela os sonhos e as benfeitorias. A mudança dos objetivos – de curas e milagres para o combate aos dominantes – nem sempre ficava clara para os que seguiam as ordens da Santa, mas, no entanto, eles a obedeciam.

Dica formou exército composto por cerca de 400 homens que ficaram conhecidos como *Pés com Palha e Pés sem Palha* (método usado para distinguir entre esquerda e direita) e foi patenteada como Cabo do Exército Brasileiro, incorporada ao batalhão de Siqueira Campos para lutar ao lado dos legalistas na Revolução Constitucionalista de São Paulo, travando combates na Ponte do Jaraguá, Itajobi e Chapadão. Dica levou 150 *pés com palha* para o combate e voltou sem nenhuma baixa, mesmo durante a travessia da Ponte do Jaraguá, que estava completamente minada, sendo o fato ligado a mais um caso de milagre.

Segundo Jeane Silva: “Ela ordenou que um de seus soldados a atravessasse de olhos vendados, e como nenhuma bomba detonou, toda a tropa também atravessou a ponte com os olhos tapados, sendo que a ponte veio a ruir após passar o último soldado.”<sup>30</sup>

Dica passou a exercer forte influência política na região e aquele que a tinha ao seu lado, era eleito com grande maioria. Em 1934, Mário Mendes foi eleito prefeito de Pirenópolis, graças à ajuda de Dica. Dica foi presa pela segunda vez ainda em 1934, e seu reduto foi desfeito. Dessa forma também terminava o sonho do paraíso que fora criado por ela e seus seguidores.

Benedicta Cypriano terminou seus dias efetuando curas e rezas; faleceu em Goiânia em 9 de novembro de 1970 sendo sepultada conforme seu desejo. O túmulo de Santa Dica encontra-se hoje em Lagolândia, sob uma gameleira que fica em frente à sua velha casa.

## **Um paraíso no Cerrado**

A carência das necessidades básicas do povo numa sociedade altamente elitista foi a principal causa que fez seguir a Santa. A expectativa em se conseguir a cura para seus sofrimentos faz de homens sofridos, guerreiros lutando por um ideal. Isso se dá quando o sertanejo busca o primitivo desejo humano de atingir um lugar em que a morte e o mal sejam abolidos ou anulados. Vasconcelos diz que: “todos queriam participar da vida da sociedade e não ficar à margem dela.”<sup>31</sup>

Assim, o Diqueiro participou ativamente da política dentro de seu reduto. Talvez não consciente, o sertanejo marginalizado pela sociedade, tornou-se cidadão da República dos Anjos e passou a ter um pouco mais de dignidade podendo trabalhar e se alimentar por conta própria. Santa Dica deu aos seus seguidores também a saúde e a segurança, que há muito estava esquecida. Como já foi afirmado, a República dos Anjos passou a ser o Paraíso na Terra.

Estudado o caminho que Santa Dica percorreu em sua história de fé e guerra, de curas e de histerias, deve-se atentar para o motivo que impulsionou tantas pessoas a seguir suas ordens, seus conselhos.

Para isso é necessário percorrer um caminho de análises para encontrar nas interpretações de conceitos o entendimento do caso de Dica. O primeiro passo, então, é entender o que são os movimentos sociais religiosos e o porquê de seus surgimentos.

Entende-se por movimento social religioso aquele que aparece em momentos de mudança, quer econômica, quer política, ou mesmo em ambas mobilizando a população, a fim de se estabelecer uma nova ordem e que tem como elemento propiciador, a religião.

Para Queiroz, esses movimentos podem ser divididos em movimentos tribais e movimentos rústicos em que as caracteriza são os locais onde ocorrem e a população que participa. Tais movimentos ocorrem, segundo ela, devido a crises organizacionais e estruturais. Porém a autora tem um ponto de vista apenas cultural, não se preocupando com as transformações operadas no sistema social ou político. Para Lauro de Vasconcellos, entretanto, os movimentos sociais surgem em momentos de inquietações e insatisfações, pois a vida grupal deixa de seguir regras e definições culturais existentes. Para ele: “o movimento social se apresenta, assim, como um elemento capaz de reequilibrar a sociedade e com ele surge uma nova ordem de vida.”<sup>32</sup>

Ainda, segundo Vasconcellos: “os movimentos sociais são o resultado de conflitos e não de crises, pois visa à dominação, e se dá pela conjugação de três princípios: Identidade, Oposição e Totalidade”.<sup>33</sup> Um segundo ponto importante ao desenvolvimento deste trabalho é o de entender como um mito age e como é formado numa sociedade.

Um sentido mais comum de mito, é que se trata de uma história de autoria coletiva ocorrida com seres divinos ou homens heróicos. Os mitos são manifestações da alma humana e por isso são identificados em quase todas as culturas. Alguns fatores tornam-se comuns entre os mitos. Porém, um destes pode ser considerado como um dos fatores mais importantes para que o mito surja: o sofrimento. É no sofrimento que o ser humano busca alternativas.<sup>34</sup>

Para Mircea Eliade:

O mito conta uma história sagrada, quer dizer, um acontecimento primordial que teve lugar no começo do Tempo, *ab initio*. Mas contar uma história sagrada equivale a revelar um mistério, pois as personagens do mito não são seres humanos: São Deuses ou Heróis civilizadores. Por esta razão suas gestas constituem mistérios: o homem não poderia conhecê-los se não fossem revelados. O mito é pois a história do que se passou *in illo tempore*, a narração daquilo que os deuses ou os Seres divinos fizeram no começo do Tempo.<sup>35</sup>

Girardet sugere a concepção do mito como: “um revelador ideológico, o reflexo de um sistema de valores ou de um tipo de mentalidade.”<sup>36</sup>

O momento crucial é aquele onde a verdadeira mensagem divina está prestes a surgir. É o momento em que surgirá o messias, no caso do messianismo, levando seus seguidores ao paraíso através de suas mensagens. Este messias é o herói, o grande representante da humanidade junto ao divino.

Rossi afirma que a possibilidade em se criar um lugar sem sofrimento na Terra só se faz possível através do mito e do messianismo. Segundo o autor:

É manifesta a impossibilidade de desvincular do messianismo uma característica que também está presente no mito. Seria a crença de que neste mundo é perfeitamente possível organizar uma sociedade perfeita, onde não prevaleçam as manifestações das injustiças, sofrimentos, doenças ou ainda da morte.<sup>37</sup>

Entende-se por messianismo um movimento de um grupo chefiado por um messias visando alcançar ou construir um paraíso terrestre. O conceito de messias foi mencionado pela primeira vez pelo profeta Isaías, embora essa ideia já se encontrasse entre os discípulos de Zoroastro, na Pérsia. A busca pelo paraíso torna-se o grande objetivo daqueles que de certa forma são excluídos do sistema econômico, social e político.

Sobre o paraíso, Rossi afirma que:

A busca pelo paraíso é um sonho não alcançado das civilizações e, principalmente, dos pobres. No entanto, a experiência de pobreza e opressão não conduz à desintegração dos laços sociais e da esperança, ao contrário, elabora movimentos de libertação e de um renascimento religioso com o objetivo de se procurar e construir seu próprio paraíso.<sup>38</sup>

No Brasil os movimentos sociais religiosos permaneceram por muito tempo distante dos principais temas de estudos acadêmicos e quando eles eram citados em sua quase totalidade eram acompanhados por adjetivos como *revoltosos*, *sanguinários* ou *fratricidas*. Aqui o messianismo está presente nos movimentos do Contestado em Santa Catarina e Paraná, sob a liderança dos monges João e José Maria, que defendiam o retorno do império; no Rio Grande do Sul, com os Muckers; e em Canudos, na Bahia, sob a liderança de Antônio Conselheiro.

O movimento Muckers, teve como líder também uma mulher, Jacobina Maurer, que no século XIX formou um grupo que também teria sido resultado dos problemas sociais vividos pelo povo do Rio Grande do Sul. No caso Muckers há também um caráter religioso e social. Muito semelhante ao de Santa Dica, Jacobina Maurer viveu numa época em que a mulher era afastada quase completamente dos assuntos políticos e sociais.

Em Canudos, sob a liderança de Antônio Conselheiro, o que se via era um líder que se mostrava como profeta do apocalipse. Quando chegou à Bahia, reuniu em torno de si desafortunados, ex-escravos, gente perseguida por coronéis, e formou ali uma comunidade que chegou aos 30 mil habitantes e que viviam em um sistema comunitário. Em Belo Monte, assim como na República dos Anjos, não se pagavam impostos e tudo o que fosse produzido era dividido entre todos.

No Contestado, com a liderança de João Maria e José Maria, houve o clamor à volta de um imperador. José Maria reativava o mito do imperador dos últimos dias.

Em todas essas comunidades, assim como na República dos Anjos, o sonho se confirmava com a ideia do paraíso terreal. Porém, em todos eles, o Estado, os proprietários de terras e a Igreja moveram-se de forma violenta, a fim de massacrar os redutos e seus seguidores.

Essas mobilizações sócio-espirituais, assim como o caso de Santa Dica, também estão marcadas pelas características do Sebastianismo, movimento que surgiu com a morte do rei D. Sebastião, na Batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, e que deu a Felipe II o trono português, mesmo sendo ele de linhagem espanhola. O messianismo português nasceu devido ao inconformismo do povo luso com o contexto político que se encontrava Portugal, principalmente por estar com estrangeiros no comando. Assim acredita-se que o retorno de D. Sebastião seria a única solução para seus problemas.

Entendido o valor do mito do messias, deve-se atentar para o pensamento escatológico que carrega em seu discurso uma visão pessimista do seu momento histórico e otimista quanto a uma Nova Era que está por se iniciar. A utopia de uma

sociedade perfeita seria, portanto, o instrumento de superação das dificuldades e carências da realidade vivida.

Segundo Le Goff, o termo escatologia significa um corpo de crenças relativas ao destino final dos homens e do universo. Milenarismos e messianismos adquiriram, na escatologia, uma importância de primeiro plano.

Le Goff apresenta ainda a visão de Desroche que afirma: "... se a tradição escatológica tem por objetivo o fim do mundo, a tradição messiânico-milenarista visa apenas o fim de um mundo no momento do grande dia, o Millennial Day, que será ao mesmo tempo o início de uma nova Era, de uma nova Idade, de um novo Mundo."<sup>39</sup>

No caso de Santa Dica parece haver uma grande dualidade em que se vê o uso do mito, que está sempre voltado para o passado, e a escatologia que olha para o futuro e tem uma visão profética. Mas essa dualidade desfaz-se quando Le Goff apresenta a afirmação de Ricoeur dizendo que mito e escatologia:

Aliaram-se para darem, por um lado, a idéia de uma criação entendida como primeiro ato de libertação e, por outro, a idéia de libertação como ato criador. A escatologia, sobretudo na literatura tardia do cânon hebraico, projeta uma forma profética que é suscetível de fazer um novo pacto com o mito.<sup>40</sup>

O messias vem para completar as dificuldades. Somente através de suas palavras e suas ordens, o seguidor pode deixar de sofrer. Um messiânico é, antes de qualquer coisa, um líder carismático, que consegue conglomerar em torno de si grupos significativos de pessoas que passam a crer nele e no que este diz por demonstrar suas capacidades sobre-humanas.

Para Rossi:

O messias, seja qual for, vem cumprir a plenitude da expectativa das pessoas. Realiza de modo pleno o conceito transcendental do seu momento. Às vezes pensa-se que todos os messiânicos estão rompidos (políticos, sociais, eclesiásticos) e, assim, o ser humano atual não teria onde encontrar a satisfação de suas necessidades.<sup>41</sup>

Para Queiroz, os movimentos messiânicos têm muitas semelhanças. Principalmente por terem como líder um indivíduo que acredita e faz-se acreditar possuidor de atributos sobrenaturais, e que somente aqueles que os seguirem serão salvos.

Outra característica comum a esses movimentos é a fundação de um reino ou cidade santa, onde não existiriam doenças e nem maldades, e que ali todos seriam plenamente felizes.

Nas cidades santas não haveria distinções sociais por não haver posse de bens. Em geral, pode-se notar um sistema comunal em que o trabalho é distribuído entre todos e a produção de subsistência era dividida conforme as necessidades de cada indivíduo.

Em geral, os adeptos são pequenos proprietários de terras, moradores urbanos mais carentes, vaqueiros, lavradores diversos, mas com um ponto em comum: todos levavam uma existência modesta.<sup>42</sup>

Diversas religiões e culturas criaram histórias que estabelecem esses lugares privilegiados, acima ou para além da história profana. Os gregos nomearam como a Idade de Ouro, lugar de harmonia e abundância. Os cristãos assumiram a ideia do Jardim do Paraíso, inocência perdida pela queda de Adão e Eva. Para os viajantes renascentistas, materializou-se nas Ilhas Afortunadas, ou nos El-dorados, parapeiros finais de suas travessias.

Para Le Goff a Idade do Ouro é em algumas religiões, anterior à criação, em que, para ele, o tempo ainda não existia. Segundo Le Goff:

O Paraíso ou a Idade do Ouro, diga-se a Idade do Ouro paradisíaca, tem caráter essencialmente rural. Há tendência para a colheita, a nudez, a alimentação crua, existindo, no entanto, nos Gregos, o mito rival da tecnologia, o de Prometeu, inventor do fogo. Não há comércio, nem indústria (exploração mineira), nem dinheiro, nem pesos, nem medidas. Reina a paz e a juventude, a própria imortalidade. Tudo é abundante; a necessidade, e sobretudo, a fome são banidas.<sup>43</sup>

Quanto ao Mito da Idade do Ouro, Raymond Willians, diz que: “o ideal natural é a recriação de uma casta de pequenos proprietários, e é isto que vamos encontrar na ilha de utopia”.<sup>44</sup>

A promessa do paraíso na terra, ou a Idade do Ouro, pode ser considerada como um dos fatores para que tantos seguissem Santa Dica. Porém, a questão social em que se encontram tais seguidores pode ser considerada a força motriz para que acreditem numa vida melhor que ela oferecia. O seguidor tem sua vida social precária. Seus direitos não o atingem. O seguidor, em geral, é um indivíduo insatisfeito com sua condição social. Seguir esses movimentos era a garantia de um enriquecimento futuro.<sup>45</sup>

Para Queiroz: “não se trata, pois, de simples movimentos religiosos, mas de atividades que se apresentam como soluções para situações de crise social, – soluções consideradas legítimas por trazerem a chancela religiosa”.<sup>46</sup>

Dobroruka, porém, concorda com Euclides da Cunha ao afirmar que a ignorância do povo é um dos principais motivos que os faria seguir um messiânico ou milenarista. Essa ignorância segundo ele se dá pela forma de colonização existente no Brasil, que se concentrou nos litorais. Ele afirma que: tal ignorância por parte do jagunço se explica facilmente para o autor de *Os Sertões*: é o resultado de uma colonização eminentemente litorânea, que manteve nas trevas da ignorância o Sertão [...].<sup>47</sup>

Outro ponto de extrema importância é o fato de que os movimentos messiânicos não garantem a salvação individual. O que se vê é uma salvação coletiva que será dada aos indivíduos que seguirem as ordens divinas repassadas pelo líder. Assim, não é qualquer salvador que pode se apresentar como messias e sim aquele que traz a salvação coletiva.

Santa Dica buscava junto com os anjos com quem ela conferenciava uma resposta a cada problema que se apresentava em sua comunidade. Assim ela estabelece um carisma que nada mais é que uma força revolucionária em um período de grande valorização à tradição. Ela surge então como uma esperança aos que viviam dominados.

Vasconcellos afirma:

Não há um momento exato em que Dica se transformou em líder carismático. A qualidade primeira que lhe foi atribuída acompanhou durante toda sua existência. Assumiu, no entanto, a chefia de seu povo, quando sentiu que não só existiam ali necessidades espirituais, mas necessidades terrenas para as quais precisava buscar soluções.<sup>48</sup>

Além da liderança carismática de Santa Dica, deve-se atentar também para as ações religiosas que eram repletas de simbologias, rituais e mitos sagrados. O que Dica fez é extraordinário e magnífico para seus seguidores, pois seus atos despertavam o imaginário coletivo de seu povo.

Temos então, no caso Santa Dica e sua República dos Anjos, um movimento Social Religioso Utópico que levou aos seguidores não apenas o melhoramento físico e social, mas principalmente a crença de que sua vida melhorou. O sonho era de que somente na República dos Anjos sua vida seria melhor. Vasconcellos afirma: “dessa forma foi o movimento de Santa Dica um movimento social religioso utópi-

co, pois que as ideias disseminadas pela dominação foram buscadas na prática pelos que ali se achavam.”<sup>49</sup>

Para Jeane Silva, Santa Dica vivia dentro de cada seguidor e dava a eles sentido a tudo o que acontecia. Segunda ela: “Dica irrompe na vida de cada um, sem mais nem menos, gratuitamente, arriscam alguns a dizer, parece coisa que vem de longe, muito longe, mas que impulsiona e dá vida.”<sup>50</sup>

Girardet demonstra isso afirmando que o líder só exerce sua liderança se seus seguidores viverem suas verdades. Para ele o mito deveria ser vivido com fé.

Encontramo-nos em um domínio onde o único verdadeiro conhecimento seria de ordem existencial: apenas aqueles que vivem o mito na adesão de sua fé, no impulso de seu coração e no empenho de sua sensibilidade se encontrariam em condições de exprimir sua realidade profunda.<sup>51</sup>

Santa Dica aqui é considerada pelos Diqueiros a heroína divina que traria o alívio que tanto careciam. Passaram a crer, então, que “A República dos Anjos” é a Terra sem males, o Paraíso no Cerrado.

### **Considerações finais**

A grande desigualdade existente no interior de Goiás, onde de um lado havia uma oligarquia com posses e grandes riquezas, e do outro lado o povo roceiro que pouco ou nada possuía, é um dos elementos que contribuem para o surgimento de movimentos messiânicos como o de Santa Dica, bem como explica a perseguição aos seus seguidores, majoritariamente indivíduos menos favorecidos que passam a não depender mais do poder oligárquico.

Essa repentina independência confere ao sertanejo a percepção de vida melhor, não apenas no plano físico, mas a possibilidade do “sonho do paraíso”, que passa a se tornar realizável aos seguidores de Santa Dica.

As dificuldades sociais vividas pelos sertanejos do interior do Goiás fizeram-nos buscar alternativas para amenizar seu sofrimento. Assim, o mito da abundância e do paraíso acaba norteando as ações de adesão e defesa do movimento, percebido como uma resposta à carência e como promessa de fartura. O mito tornou-se então instrumento que fornecia modelos para o comportamento humano, dando significado e valor à sua existência.

Menina, curandeira, líder, conselheira, santa, guerreira: esta foi a evolução que Dica viveu, e que lhe permitiu canalizar os desejos dispersos da busca pela

construção de um “paraíso”, concretizando um cenário utopista característico de todo milenarismo, no qual seria possível construir na terra um esboço da cidade celeste, com o máximo de felicidade e de fraternidade.

Santa Dica não alfabetizou os Diqueiros. Tampouco os ensinou a cultivar a terra. Mas Dica ensinou a viver harmoniosamente. Ensinou-os que podem viver sem a subordinação a um dono de terra. Dica não foi contra os ensinamentos da Igreja. Muito pelo contrário, ela repassou os ensinamentos católicos que aprendera com sua tia Leocárdia e com sua avó quando ainda era criança. Dica dizia que os anjos determinaram que daquele ponto da fazenda Mozondó, à beira do Rio do Peixe, se estenderiam sete léguas quadradas de terras celestiais. Ali não se pagariam impostos ao governo municipal, estadual ou federal; a República dos Anjos tinha seu próprio sistema de poder.

A “República dos Anjos” hoje se chama Lagolândia, e embora nesse lugar não seja possível encontrar a utopia do “trabalho coletivo”, seus moradores ainda acreditam que Dica esteja presente em suas vidas: sua casa tornou-se centro de recuperação espiritual onde sua “substituta”, Dona Divina, promove as curas e os milagres, de maneira análoga ao que Dica fazia.

Os Diqueiros viveram um sonho. Viram nos ensinamentos de Dica a salvação. Fizeram com que o imaginário, o mito, se tornasse real. O Paraíso passa a existir ali. Suas melhorias, perfeições, abundâncias e completudes, porém só existiram enquanto todos que ali estiveram, acreditaram e viveram aquele sonho.

## Notas

<sup>1</sup> VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia: CEGRAF – UFG, 1991, p. 53.

<sup>2</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo, uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 11.

<sup>3</sup> MORAES, Thaís Leão. *O coronelismo do Estado do Goiás nos séculos XIX e XX*. Artigo de conclusão de curso. UPIS, 2002, p. 7.

<sup>4</sup> VASCONCELLOS, op. cit. p. 68.

<sup>5</sup> VASCONCELLOS, op. cit. p. 73.

<sup>6</sup> VASCONCELLOS, op. cit. p. 79.

<sup>7</sup> Idem, p. 80.

<sup>8</sup> SILVA, Jeane das Graças Araújo. *Santa Dica ou reduto dos anjos: uma visão Psico-Social*. Goiânia: UCG, 2005, p. 42.

- <sup>9</sup> VASCONCELLOS, op. cit. p. 96.
- <sup>10</sup> SILVA, op. cit. p. 43.
- <sup>11</sup> A República dos Anjos foi o nome dado ao reduto de Santa Dica. Outros nomes também foram usados: Lagoa; Reduto dos Anjos; Corte dos Anjos, Calamita dos Anjos.
- <sup>12</sup> VASCONCELLOS, op. cit. p. 80.
- <sup>13</sup> Jornal *O Democrata*, apud: BRITO, Eleonora Zicari Costa de. *A construção de uma marginalidade através do discurso e da imagem: Santa Dica e a Corte dos Anjos. Goiás – 1923 a 1925*. Dissertação de Mestrado. UnB, 1992, p. 139.
- <sup>14</sup> VASCONCELLOS, op. cit. p. 84.
- <sup>15</sup> Jornal *O Democrata*, apud: BRITO. op. cit. p. 92.
- <sup>16</sup> Idem, p. 139
- <sup>17</sup> Rio Jordão foi o nome dado por Dica ao Rio do Peixe.
- <sup>18</sup> Jornal *O Santuário de Trindade*, Apud: BRITO, Eleonora Zicari Costa de. *A construção de uma marginalidade através do discurso e da imagem: Santa Dica e a Corte dos Anjos. Goiás – 1923 a 1925*.Dissertação de Mestrado. UnB, 1992, p. 102.
- <sup>19</sup> Processo nº 651, maço 9 – Cartório do Crime – Pirenópolis – Goiás. Apud: BRITO, Eleonora Zicari Costa de. *A construção de uma marginalidade através do discurso e da imagem: Santa Dica e a Corte dos Anjos. Goiás – 1923 a 1925*. Dissertação de Mestrado. UnB, 1992, p. 275.
- <sup>20</sup> MOURA, Antônio José de. *Sete Léguas de Paraíso*. São Paulo: Global, 1989, p. 157.
- <sup>21</sup> BRITO, op. cit. p. 97.
- <sup>22</sup> Jornal *O Santuário de Trindade*, Apud: VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia: CEGRAF – UFG, 1991, p. 100.
- <sup>23</sup> BRITO, op. cit. p. 117.
- <sup>24</sup> Jornal *O Santuário de Trindade*, Apud: BRITO, op. cit. p. 114.
- <sup>25</sup> VASCONCELLOS, op. cit. p. 103.
- <sup>26</sup> Jornal *O Santuário de Trindade*, Apud: BRITO, op. cit. p. 125.
- <sup>27</sup> Processo nº 651, maço 9 – Cartório do Crime – Pirenópolis – Goiás. Apud BRITO, Eleonora Zicari Costa de. *A construção de uma marginalidade através do discurso e da imagem: Santa Dica e a Corte dos Anjos. Goiás – 1923 a 1925*. UNB, 1992, pp. 338-339.
- <sup>28</sup> BRITO op. cit, p. 351.
- <sup>29</sup> Ibid. p. 352.

- <sup>30</sup> SILVA, op. cit. p. 19.
- <sup>31</sup> VASCONCELLOS, op. cit. p. 111.
- <sup>32</sup> Ibid. p. 25.
- <sup>33</sup> Ibid. p. 27.
- <sup>34</sup> SILVA, Rodrigo. *As raízes do Sebastianismo*. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1263931>. Acessado em 20/08/2009.
- <sup>35</sup> ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano – A essência das religiões*. [Tradução: Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 50.
- <sup>36</sup> GIRARDET Apud BEZERRA, Ada K. G.; LIMA, Elizabeth C. *Produção de mitos na política – A Imagem Pública de Lula no Cenário Midiático*. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-bezerra-a-producao.pdf#11>. Acessado em 09/10/2009.
- <sup>37</sup> ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *O messianismo e a construção do paraíso na história*. Disponível em [http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4\\_10.pdf](http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_10.pdf). Acessado em 26/08/2009.
- <sup>38</sup> Ibid.
- <sup>39</sup> DESROCHE Apud: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão – Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 329.
- <sup>40</sup> RICOEUR Apud LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão – Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 331.
- <sup>41</sup> ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *O messianismo e a construção do paraíso na história*. Disponível em [http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4\\_10.pdf](http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_10.pdf). Acessado em 26/08/2009.
- <sup>42</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo – no Brasil e no mundo*. São Paulo, USP, 1965, p. 284.
- <sup>43</sup> LE GOFF, Jacques, *História e memória* tradução Bernardo Leitão – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 315.
- <sup>44</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 67.
- <sup>45</sup> QUEIROZ, op. cit. p. 305.
- <sup>46</sup> Ibid. p. 330.
- <sup>47</sup> DOBRORUKA, Vicente. *História e milenarismo: ensaios sobre tempo, história e o milênio*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 54.
- <sup>48</sup> VASCONCELLOS, op.cit. p. 91.
- <sup>49</sup> Idid., p. 140.

<sup>50</sup> SILVA, op. cit. p. 131.

<sup>51</sup> GIRARDET. Apud: BEZERRA, Ada K. G.; LIMA, Elizabeth C. *Produção de mitos na política – A imagem pública de Lula no cenário midiático*. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-bezerra-a-producao.pdf#11>. Acessado em 09/10/2009.

## Referências

- BEZERRA, Ada K. G.; LIMA, Elizabeth C. *Produção de mitos na política – A Imagem Pública de Lula no Cenário Midiático*. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-bezerra-a-producao.pdf#11>. Acessado em 09/10/2009.
- BRITO, Eleonora Zicari Costa de. *A construção de uma marginalidade através do discurso e da imagem: Santa Dica e a Corte dos Anjos*. Goiás – 1923 a 1925. Dissertação de mestrado. UNB, 1992.
- DOBRORUKA, Vicente. *História e milenarismo: ensaios sobre tempo, história e o milênio*. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2004.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano – A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo, uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LE GOFF, Jacques, *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MORAES, Thais Leão. *O coronelismo do Estado do Goiás nos séculos XIX e XX*. Artigo de conclusão de Curso. UPIS, 2002.
- MOURA, Antônio José de, *Sete léguas de Paraíso*. São Paulo: Global, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo – no Brasil e no mundo*. São Paulo: USP, 1965.
- ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *O messianismo e a construção do Paraíso na História*. Disponível em [http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4\\_10.pdf](http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_10.pdf). Acessado em 26/08/2009.
- SILVA, Jeane das Graças Araújo. *Santa Dica ou Reduto dos Anjos: Uma Visão Psico-Social*. Goiânia: UCG, 2005.
- SILVA, Rodrigo. *As raízes do Sebastianismo*. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1263931>. Acessado em 20/08/2009.
- VASCONCELLOS, Lauro de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia: CEGRAF – UFG, 1991.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## **Resumo**

O artigo sintetiza aspectos sociais dos sertanejos goianos e as melhorias executadas a partir do momento em que passaram a seguir Santa Dica. Levando em conta a questão do coronelismo e do controle exercido pela Igreja durante o período da República Velha, vemos que o Reduto dos Anjos torna-se a única saída para uma vida social mais digna. Isso faz com que o sertanejo recorra ao mito do salvador e do paraíso terrestre.

Palavras-chave: Messianismo; Mito; Utopia Social; Santa Dica

## **Abstract**

The article synthesizes social aspects of countrymen from Goiás and the enhancement of their social condition as they started to follow Santa Dica. Considering the then prevailing pattern of political authoritarianism (*coronelismo*) and the social control exercised by the Church in the Old Republic times, it is argued that the town of Reduto dos Anjos became the only option for peasants to achieve an improved social standard, what led them to accept the myth of the savior and the terrestrial paradise.

Key words: Messianism; Myth; Social utopia; Saint Dica

## **Resumen**

El artículo sintetiza aspectos sociales de los campesinos goianos y los avances logrados a partir del momento en que ellos siguen a Santa Dica. Tomando en cuenta el autoritarismo político (*coronelismo*) y el control ejercido por la Iglesia en el período de la Vieja Republica, argumentase que la villa Reduto dos Anjos se volvió en la única opción para que los campesinos pudieran acceder a una mejor vida social, lo que hace con que ellos aceptaran al mito del salvador y del paraíso terrestre.

Palabras clave: Messianismo; Mito; Utopía social; Santa Dica



## **Introdução**

Casar ou continuar no sacerdócio? Eis uma das principais inquietações dos clérigos católicos de todo o mundo. A resposta a essa pergunta é simples e ao mesmo tempo complexa: entre o rito do matrimônio e o da ordenação sacerdotal se interpõe o celibato. O celibato é uma das mais polêmicas e debatidas normas da Igreja Católica, sobretudo nos dias atuais, haja vista o crescimento vertiginoso do número de padres que desobedecem os votos, seja para casar ou dar vazão a práticas sexuais durante o exercício do sacerdócio – e aqui me refiro a diferentes modalidades de relacionamentos consideradas ilícitas (com fiéis, freiras ou mulheres casadas), assim como aos casos de pedofilia e relações homossexuais.

O celibato foi instituído pelo Concílio de Elvira em 306, restrito à região da atual Espanha, mas somente no I Concílio de Latrão (1123) se estabeleceu a obrigatoriedade da castidade para todo o clero latino, apesar das resistências. No Concílio de Trento (1545-1563), o celibato foi confirmado como regra inquebrantável. Desde o século XII, essa proibição vem sendo reiterada por cânones subsequentes, se mantendo intocável até a atualidade. Refletir sobre as origens, a institucionalização e a extensa permanência do celibato é essencial para se compreender a formação do Movimento de Padres Casados no Brasil.

O celibato está diretamente relacionado com a construção identitária do sacerdócio católico ancorado nas representações castas da vida de Cristo e dos apóstolos. Estas imagens foram construídas a partir de análises teológicas das Sagradas Escrituras realizadas por filósofos medievais, dentre eles, Santo Agostinho (354-430). Sobretudo, após o século XII, o ideal de pureza dos clérigos fundamentou e fortaleceu o discurso eclesial de autoridade e supremacia da Igreja perante os leigos e outras religiões, como o judaísmo e o islamismo.

Se o celibato obrigatório fortaleceu simbolicamente e hierarquicamente a Igreja no século XII, se mantendo como sua pedra angular até a atualidade, a recusa do modelo celibatário é responsável pelo afastamento de milhares de clérigos do ministério na segunda metade do século XX, especialmente após o Concílio Vaticano II (1962-1965), que estimulou a formação dos primeiros grupos de padres casa-

dos em diversos países. Formados por padres que “largaram a batina” para se casar, essas organizações lutam pelo fim do celibato obrigatório. No Brasil, maior país católico do mundo, o Movimento de Padres Casados – MPC está em ação desde o final da década de 1970. Instituído por homens unidos pelos laços do sacerdócio e do matrimônio este foi um movimento único na História da Igreja, pois significou, pela primeira vez, uma luta organizada contra o modelo de sacerdote distante da realidade social, superior e assexuado estabelecido por Trento, além de refletir a crise de identidade que assolou o clero brasileiro nos anos 1960 e 1970.

### **O celibato como símbolo de fortalecimento institucional da Igreja**

Em 306, restrita à região da atual Espanha, houve a primeira interdição ao casamento clerical, quando os bispos reunidos no Concílio de Elvira decidiram que religiosos não poderiam partilhar a vida a dois, um costume arraigado em quase todas as sociedades, inclusive entre os líderes das comunidades cristãs. Tal proibição se fundamentava, dentre outros motivos, na defesa da superioridade da virgindade sobre o casamento. Seguindo tal concepção, a renúncia aos prazeres da carne era uma demonstração do poder espiritual do cristianismo.

Pureza e poder estão imbricados no discurso da Igreja sobre o celibato. A cosmogonia da humanidade segundo interpretações apologéticas da narrativa bíblica é assentada na ideia de um paraíso virginal, maculado pela fraqueza de Adão e Eva, que sucumbiram aos apelos diabólicos da serpente. O pecado original é inicialmente um ato de rebeldia, ou seja, a “primeira manifestação da desordem (...) na harmonia da criação”.<sup>1</sup> Posteriormente, as concepções de Clemente de Alexandria (180-216) e Santo Agostinho (354-430) vão associar o pecado original ao próprio ato sexual e aos malefícios carnis.

Asexualização do pecado original foi uma invenção cristã. (...) Clemente de Alexandria foi o primeiro cristão a “sexualizar” o pecado original – pois nenhum Apóstolo o fizera antes; mas foi Santo Agostinho quem, definitivamente, relacionou concupiscência e pecado original.<sup>2</sup>

Desde os primeiros séculos do cristianismo até os dias atuais, a Igreja estimulou diversas manifestações morais acerca do sexo tendo como traço comum a recusa do prazer. A problematização cristã interpõe corpo e mente, concebendo o prazer físico como um mal em si mesmo, fonte principal dos flagelos da humanidade e importante obstáculo para a salvação da alma.

(...) A interpretação “sexualizada” do pecado original marcou decisivamente o conjunto das éticas cristãs, dela resultando a concepção de um mundo entrevado pelas aflições da carne, a visão do homem fragilizado pelo desejo e a identificação da virgindade, pureza e salvação.<sup>3</sup>

A despeito das exortações patrísticas que associavam a impureza ao ato sexual, na Alta Idade Média, em algumas regiões da atual Itália e Portugal, clérigos podiam ter esposas e, em certos casos, continuar casados após a ordenação, o que era visto com certa naturalidade<sup>4</sup>. Em parte, esse costume estava ligado à tradição das primeiras comunidades cristãs que escolhiam seus líderes espirituais entre os anciões já casados, vistos como virtuosos. Por outro lado, relacionava-se com a falta de homens que quisessem se dedicar exclusivamente ao sacerdócio. “Um dos obstáculos enfrentados pela Igreja, sobretudo nas províncias, era a escassez crônica de candidatos ao sacerdócio, o que lhe impossibilitava prescindir dos serviços de homens casados”.<sup>5</sup> Com frequência em “muitas regiões italianas, pequenas dinastias clericais em que o filho seguia o pai ou o sobrinho seguia o tio formavam a coluna dorsal da Igreja”.<sup>6</sup>

Tal prática também se refere ao processo de organização da Igreja que, até o século VIII, era uma espécie de federação de episcopados e mosteiros que atuavam, em muitos aspectos, de maneira autônoma. Como assinala Andréia Silva e Marcelo Lima:

(...) o reconhecimento da primazia romana era sobretudo teórico, já que o papado, de fato, ainda não se tornara o centro diretor de todo o corpo eclesiástico. As comunidades cristãs se organizavam regionalmente, tal como é possível verificar através das atas dos sínodos e concílios locais. Por isso eram alvo da influência da aristocracia laica e dos poderes seculares. Nesse sentido, a simonia, isto é, a venda de serviços eclesiásticos aos leigos, e o casamento de clérigos eram práticas relativamente aceitas e correntes no cotidiano dessas comunidades.<sup>7</sup>

Mesmo na região da Espanha onde vigorava legislação local proibindo os clérigos de se casar, os padres continuavam a coabitar com mulheres, contrariando as leis canônicas como informa a Epístola do Papa São Sirício ao bispo Himério de Terragona do século VI: “temos sabido que muitíssimos sacerdotes de Cristo têm procriado filhos depois de largo tempo após sua consagração, não só com as próprias mulheres, mas com outras de torpes uniões”.<sup>8</sup>

Oito séculos depois da primeira investida contra o matrimônio de padres em Elvira, o I Concílio de Latrão (1123) estendeu a proibição do casamento e do concu-

binato a todo o clero latino no contexto da chamada Reforma Gregoriana, compreendida como um extenso movimento de reformulação moral da cristandade ocorrido no século XII. A questão nunca obteve unanimidade no corpo eclesiástico e a oposição ao celibato surgiu no mesmo instante em que emergiu a sua defesa como norma geral. Quando, em 1074, o arcebispo de Ruão ameaçou os padres casados de excomunhão em Paris, foi expulso da igreja por uma saraivada de pedras.<sup>9</sup> Porém, apesar das resistências, no cânone terceiro do I Concílio de Latrão ficava:

(...) totalmente proibido aos presbíteros, diáconos e subdiáconos a convivência com esposas e concubinas e a coabitação com mulheres, exceto aquela que o concílio de Nicéia permitiu: a mãe, a irmã, a tia e a avó ou outras das quais não possa haver qualquer suspeita.<sup>10</sup>

O cânone 21 determinou não apenas a proibição do casamento clerical, mas sua anulação. Ou seja, a indissolubilidade, pilar do matrimônio cristão, não se aplicava ao casamento clerical, o que demonstra o quanto a condição do sacerdote passou a ser diferenciada da dos outros homens.

Proibimos totalmente aos presbíteros, diáconos, subdiáconos e monges de ter concubinas ou contrair casamentos. Decidimos também que os casamentos de tais pessoas sejam dissolvidos e as pessoas submetidas a penitências de acordo com o grau do sacramento recebido.<sup>11</sup>

No II Concílio de Latrão (1139), as determinações anteriores foram ratificadas e se renovou a convocação dos leigos para reagirem aos clérigos não celibatários:

Aderindo a orientação de nossos predecessores, os pontífices Gregório VII, Urbano e Pascal determinamos que ninguém assista missa daqueles de quem saiba terem esposas ou concubinas. Para que se estabeleça a lei da castidade e da pureza que agrada a Deus nas pessoas eclesiásticas e nas sagradas ordens, determinamos que sejam separados os bispos, presbíteros, diáconos, subdiáconos, cônegos regulares, monges, irmãos conversos professos que tiverem transgredido o santo propósito se unindo a esposas. Esse ajuntamento que consta ter se contraído contra as leis eclesiásticas não consideramos matrimônio e as pessoas após terem se separado um do outro façam penitência correspondente a suas transgressões.<sup>12</sup>

Pelo discurso conciliar o casamento de padres contrariava as leis da Igreja. Por essa razão, se porventura um clérigo se casava era por ter omitido a sua condição sacerdotal, cometendo *matrimonium attentatum*,<sup>13</sup> crime tão grave que se tornará da esfera inquisitorial. Nos registros do Santo Ofício entre 1613 e 1774, o matrimônio clerical se encontrava disposto nos delitos de bigamia. Para Mott, essa classificação remete ao fato de o padre já ser casado com a Igreja, “a única união de um filho com sua mãe não considerada incestuosa pelo Direito Canônico”.<sup>14</sup> Assim representado, o sacerdócio católico pode ser visto como um casamento sem sexo. Entretanto, mesmo diante da criminalização, as transgressões clericais ao celibato não cessaram de ocorrer. Aproximadamente 300 anos depois de Latrão I, o próprio papa Alexandre VI (1492 a 1503) fugiu à norma e teve sete filhos.

### **O contraponto identitário da Reforma: entre pregadores protestantes e santos tridentinos**

Durante o Concílio de Trento, o celibato foi confirmado como um símbolo da superioridade espiritual dos clérigos sobre os leigos e significou uma forma evidente de diferenciar os sacerdotes católicos dos pastores protestantes. Em expansão, o luteranismo atacava o celibato por considerá-lo uma violação da liberdade da fé cristã e da própria natureza humana, já que a prática da abstinência sexual teria a pretensão de obter um grau de pureza e santidade inatingíveis no plano terreno. Em seu *Manifesto à nobreza cristã germânica*, Lutero ratificava que mediante o batismo, todos eram consagrados sacerdotes,<sup>15</sup> questionando a validade do sacramento da ordem, ponto central da estrutura hierárquica católica. Para Lutero, a ordenação não passava de uma justificativa para tratar os padres como um grupo de elite, separado e acima do povo, por serem considerados os únicos autorizados a estabelecer o contato direto com Deus. Dessa forma, a ordenação conferia amplos direitos e poderes à Igreja, como tribunal próprio e isenções especiais.<sup>16</sup> Sobre a ordenação, Lutero assinala que:

(...) desse sacramento a Igreja nada sabe: ele foi inventado pela Igreja do papa. (...) nenhuma palavra é dita sobre ele em todo Novo Testamento. Ora, é ridículo pronunciar como sacramento de Deus o que em parte alguma se pode comprovar ter sido instituído por Deus (...) Deixe-se todo homem que aprendeu a ser cristão reconhecer o que é ser cristão, e ter certeza de que somos todos igualmente sacerdotes, que temos a mesma força na palavra (...).<sup>17</sup>

Tais argumentos assentavam-se na ideia de que todos os homens deveriam cumprir seus deveres seculares por meio da união conjugal, “a mais bela instituição que Deus regulamentou”, pois o celibato era considerado “imundo”, visto como fonte e estímulo de desvios sexuais e “horrores”<sup>18</sup> Lutero chegou a publicar um tratado em 1521, *O veredito de Martinho Lutero sobre os votos monásticos*, no qual hostilizava a vida celibatária e defendia o matrimônio dos sacerdotes. Ele próprio se casou com a ex-freira Katherine Von Bora e teve seis filhos, estimulando os religiosos a constituírem família como modelo de conduta para suas congregações. Para Lutero, o compromisso com o matrimônio era tão importante quanto as ocupações religiosas, colocando “a vida e os relacionamentos em família no centro da prática do luteranismo”<sup>19</sup>. Em resposta, às ideias luteranas sobre a castidade de seus clérigos, a Igreja Católica reafirmava que ao negar o dispositivo do celibato, o protestantismo estimulava a formação de pregadores heréticos ao invés de homens santos.

É exatamente a partir de Trento que a estrutura da Igreja se volta para a formação de homens celibatários. A reformulação teológica dos mosteiros, seminários e conventos se fez em virtude do direcionamento dos exames de consciência, nos quais os candidatos ao sacerdócio são constantemente sabatinados sobre a frequência de seus pensamentos pecaminosos, as tentações sofridas, os maus hábitos, desejos secretos ou quaisquer ideias que atentem contra a castidade.

(...) a partir do Concílio de Trento, por volta de meados do século XVI, assistiu-se ao aparecimento, ao lado das antigas técnicas de confissão, de uma série de procedimentos novos que foram aperfeiçoados no interior da instituição eclesiástica, com os objetivos de purificação e de formação do pessoal eclesiástico: para os seminários e conventos, elaboram-se técnicas minuciosas de explicitação discursiva da vida cotidiana, de auto-exame, de direção da consciência, de relação dirigidos-diretores. Foi isto que se tentou injetar na sociedade (...).<sup>20</sup>

A obrigatoriedade de expressar verbalmente os pecados por meio da confissão, sobretudo os ligados aos prazeres carnis, possibilitou à Igreja um maior domínio sobre a sexualidade de seus sacerdotes e fiéis, incitados a nomear e temer seus desejos mais íntimos, engendrando um processo de culpabilização que assolou toda a cristandade, mergulhada no que Delumeau<sup>21</sup> chamou de “doença do escrúpulo”, ou em um profundo medo de si mesmo.

O sacerdócio como missão voltada para a celebração dos sacramentos da penitência e da eucaristia foi consolidado por Trento e conduziu à Igreja a fortale-

cer sua identidade em torno do ideal de pureza e castidade. Nesse sentido, por força da convicção sobrenatural da presença de Cristo na eucaristia, a hóstia deveria ser consagrada por sacerdotes ordenados e recebida por fiéis redimidos por estes mesmos sacerdotes, pois apenas homens castos, ou seja, santificados, podiam perdoar os pecados e ministrar a eucaristia.

Essas ideias correspondem à definição de santo de Vauchez: “aquele que se torna uma imitação de Cristo ‘imagem visível do Deus invisível’ que é feita passo a passo para, um dia, se ascender à eternidade bendita”<sup>22</sup>. O paradigma do santo inspirou o arquétipo do clero tridentino. Os modelos de sacerdócio santificado ganharam força no princípio da modernidade, estimulados pela necessidade de compensar a perda da influência social da Igreja devido ao processo de laicização da sociedade<sup>23</sup>. É a Igreja da Idade Moderna que irá santificar massivamente seus clérigos e monges – como heróis que se entregaram totalmente ao serviço do ministério – por meio da institucionalização progressiva dos processos de canonização, “o que tornou a ocorrência da santidade uma prerrogativa dos institutos religiosos”<sup>24</sup>. Para “a Igreja, era perigoso deixar a santidade se desenvolver fora dela, por vezes, contra ela e, portanto criticar as suas imperfeições”<sup>25</sup>.

Tal postura pode ser entendida como consequência direta das representações eclesiais construídas no processo de Contrarreforma. A força simbólica do celibato católico foi imposta pela Igreja como forma de controlar as consciências, sob o jugo do pecado e da danação, preconizando a extinção do desejo. Não é à toa que os membros do Movimento de Padres Casados do Brasil se opõem à rigidez e ao caráter santificado/assexuado do sacerdócio tridentino.

No entanto, no mundo moderno, a despeito das prescrições tridentinas e do aparato formativo de padres castos, muitos clérigos continuaram a exercer sua sexualidade. Por mais antiga e imperiosa que fosse a restrição ao casamento, o desejo falou mais alto. Padres continuaram extraoficialmente a namorar, a manter relações sexuais e a conviver com mulheres tratando-as como esposas, estabelecendo relações duradouras e gerando extensa prole. No Brasil colonial, por exemplo, no bispado do Maranhão do século XVIII, Mendonça sublinha que encontrou a expressão “de portas adentro” em quase todos os casos de concubinato clerical analisados e que esta significava uma vida estabilizada, e mais especificamente, coabitação. O padre Miguel Rego “vivia amancebado há bastante anos com público e notório escândalo com quatro ou cinco filhos”, segundo registros inquisitoriais.<sup>26</sup>

## **Evasão e conflito: a recusa do celibato e a organização do Movimento de Padres Casados no Brasil**

A reação contrária ao celibato se manteve viva ao longo dos séculos, mesmo que de forma clandestina. Foi justamente na Itália, zona de maior influência da Igreja, que surgiram as primeiras células do Movimento dos Padres Casados. A partir do Concílio Vaticano II, o debate sobre a obrigatoriedade do celibato ganhou força. Esse concílio revelou a insatisfação de parte do clero que discordava do vínculo inquebrantável entre sacerdócio e castidade. Era a primeira vez que a Igreja abordava publicamente o tema. A cúpula chegou a se abrir para mudanças: decidiu, por exemplo, que os padres que optassem pelo matrimônio não seriam mais excomungados. Ao final do Concílio, porém, o celibato foi mantido. Dois anos após seu término, em uma tentativa de coibir a onda de desligamentos causada pela frustração pós Vaticano II, a Santa Sé criticou duramente os opositores da castidade clerical com a publicação da encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* (1967). Primeira a tratar exclusivamente do celibato, o documento tinha um tom autoritário e conservador que, ao contrário de intimidar as críticas, provocou uma inédita saída em massa de sacerdotes da Igreja. Em seu estudo sobre o celibato, o padre irlandês Thomas J. McGovern trata do êxodo sacerdotal ocorrido após 1967:

Durante o pontificado de Paulo VI, produziu-se uma considerável pressão – de diversas procedências – a fim de suprimir o requisito do celibato obrigatório na ordenação do sacerdócio, ao par que se produzia um êxodo massivo entre as fileiras do clero. (...) Muitos padres que decidiram abandonar o ministério argumentaram à questão do celibato como principal causa de sua saída.<sup>27</sup>

A *Sacerdotalis Caelibatus* é uma resposta aos argumentos daqueles que preconizavam a abolição do celibato, sobretudo, os padres que largaram a batina para se casar. No início do documento são listadas as mais recorrentes “objeções contra o celibato sacerdotal” como: ausência de referências bíblicas diretas; crise das vocações; escassez do clero; fonte de desvios sexuais; imposição antinatural que impede o equilíbrio e o amadurecimento da personalidade e leva à amargura e ao desânimo; ausência de liberdade de escolha etc. No decorrer da encíclica, a cada uma dessas críticas, o Vaticano responde que são fruto da total incompreensão da “lógica superior” do celibato, um dom sagrado que instaura um novo conceito de vida de “admirável eficácia e plenitude exuberante”.

A *Sacerdotalis Caelibatus* se tornou referência nos discursos da Igreja assumindo a forma de manual pedagógico que ensina os clérigos a se defenderem das acusações mais comuns contra a vida em castidade. Para se ter uma ideia da sua força, na tradução brasileira do Código de Direito Canônico as razões apresentadas para justificar a manutenção da lei do celibato são as mesmas que encontramos na encíclica.<sup>28</sup> O documento tenta ainda naturalizar uma condição historicamente imposta pela Igreja, remetendo à condição santificada de alguns homens que foram tocados pela dádiva vocacional para o ministério. O discurso ganha o atributo da inquestionabilidade garantido por sua função pedagógica. Bourdieu afirma que a especificidade do discurso de autoridade é o seu reconhecimento pelo emissor e lembra que a eficácia ritual do discurso religioso se dá pelo efeito da consagração que distingue os limites entre a vida religiosa e a profana.<sup>29</sup>

Em outros termos, a religião permite a legitimação de todas as propriedades características de um estilo de vida singular, propriedades arbitrárias que se encontram objetivamente associadas a este grupo ou classe na medida em que ele ocupa uma posição determinada na estrutura social (efeito de consagração como sacralização pela ‘naturalização’ e pela ‘eternização’).<sup>30</sup>

Na *Sacerdotalis*, os padres não celibatários são tratados de forma pejorativa, a partir de fortes expressões de comiseração e de desprezo: “desertores e sem vocação”, “infelizes”, “desgraçadamente infiéis às obrigações assumidas”, vivendo em “deplorável situação”. Responsabilizados exclusivamente por seu afastamento da Igreja, são acusados de se deixarem levar pelas “fraquezas morais”, pela “crise de fé” e a pela “recusa de viver dignamente o suave jugo de Cristo”. A Santa Sé vê o sacerdote que largou a batina para se casar a partir de novos sentidos que procuram marcar sua nova condição, separando-o dos demais e, simultaneamente, marginalizando-o e excluindo-o, reforçando a sua subalternização perante o modelo do padre celibatário.

Todavia, o que tencionava reprimir o êxodo sacerdotal estimulou o abandono massivo do ministério. Os reflexos dessas mudanças foram logo sentidos no Brasil. Em 1974, pesquisa realizada pelo CERIS (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigação Social) sob encomenda da CNBB, registrou que aproximadamente 2.000 sacerdotes “se encontravam fora do ministério eclesialístico”, o que representava “cerca de 12% do número de padres na época”.<sup>31</sup>

Essa “debandada” ocorreu também nos Institutos religiosos. Kenneth Serbin relata que no ano de 1968 cem estudantes do Seminário de Viamão, localizado

no subúrbio de Porto Alegre, abandonaram a formação de uma só vez. No ano seguinte, os estudantes que receberam a consagração foram vaiados publicamente por seus antigos colegas. Para Serbin, “esse estranhíssimo paradoxo de homens depreciando a função que se preparavam para exercer reflete a crise de identidade que assolou o clero na década de 1960 e 1970”.<sup>32</sup> A partir de 1969, o número de padres no Brasil diminuiu e agravou-se em relação ao número de habitantes.

Tal situação fez com que a CNBB reunisse uma assembleia extraordinária de bispos para tratar exclusivamente da evasão clerical. Dessa reunião resultou um documento, de cunho secretíssimo, intitulado “Posição da CNBB diante dos que abandonaram o ministério”. É interessante ressaltar que apesar de a Igreja negar publicamente a gravidade da situação do êxodo sacerdotal, “a portas fechadas”, o tema era uma preocupação prioritária, não só da arquidiocese do Brasil, mas de todos os episcopados latino-americanos.

O êxodo sacerdotal expressa o interesse, às vezes a angústia, de numerosos bispos e padres face ao problema e o desejo de ver o assunto refletido em conjunto pelo Episcopado nacional (...). É importante notar também que o CELAM (Conselho Episcopal Latinoamericano), na última reunião do Departamento de Ministérios (agosto de 1974) em Quito, sentiu a mesma necessidade e decidiu também estudar o assunto.<sup>33</sup>

O impacto da publicação da *Sacerdotalis Caelibatus* contribuiu para a formação de movimentos de padres casados em diversas partes do mundo. No Brasil, o Movimento dos Padres Casados (MPC) foi fundado oficialmente em 1979, apesar de já existirem pequenos grupos de sacerdotes egressos que se reuniam informalmente desde o início da década de 70. Pela primeira vez na história da Igreja, os sacerdotes que deixaram a batina em busca do casamento se organizavam socialmente. Com o passar do tempo, criaram jornal e revista próprios, instituíram Encontros Nacionais e inauguraram páginas de discussão na Internet.

Os primeiros encontros do MPC tinham como objetivo discutir temas considerados relevantes para o grupo como o apoio mútuo, a inserção no mercado de trabalho, os percalços da vida matrimonial e a busca de um canal de diálogo com a Igreja, conforme relata o padre casado João Basílio Schimitt, um dos líderes do MPC:

(...) indicávamos possibilidades de trabalho: “em tal lugar falta professor”, “em tal lugar falta funcionário”. Houve muito esse sentido de integração e de mútua ajuda

entre os colegas. (...) E essas reuniões procuravam também dar uma palavrinha de estímulo, de orientação, de ajuda a essas pessoas com dificuldades no matrimônio e nas questões da vida em geral. Servia ainda para ajudar aqueles dispostos a sair, mas que ainda estavam na ativa. (...). Também houve um sentido de continuar um diálogo com a Igreja. Nós não somos filhos rejeitados, nos consideramos cristãos, não perdemos a nossa fé, por que não continuar esse diálogo com os superiores e a hierarquia? Essa era realmente nossa intenção (...).<sup>34</sup>

A maioria dos padres casados abomina a ideia de dar as costas à sua vocação religiosa. “Nunca me afastei da Igreja. Minha vocação não desapareceu. Até hoje me sinto padre”, afirma Armando Holichski, ex-presidente do Movimento dos Padres Casados do Brasil, que pediu dispensa do ministério em 1975 e se casou em 1976. O próprio termo “ex-padre” é visto como inadequado pelos membros do movimento, já que a ordenação sacerdotal, uma vez recebida, é considerada eterna pela Bíblia, portanto, irrevogável. O ex-padre casado Raimundo Nonato Silva, um dos dirigentes pioneiros do MPC, é taxativo nesse sentido:

(...) sou padre, hoje, amanhã e sempre, segundo a obra de Melquisedec. Tu és sacerdote para sempre. A ordem é um sacramento eterno. Discordo veementemente daqueles que dizem que ser padre é uma função e que ao deixar o ministério se perde a função e se retorna ao estado laico. Ser padre não é um ofício. O sacerdócio está acima disso, pois é um sacramento. Eu sou ungido do senhor e não estou padre, eu sou padre eternamente e isto eu levarei até a morte e subirei ao Paraíso com esta marca sacerdotal.<sup>35</sup>

Outro padre casado Félix Batista de Almeida reitera que ser “ex-padre é uma invenção da hierarquia para estigmatizar ainda mais o sacerdote que deixa o ministério para casar”.<sup>36</sup> No entanto, apesar de continuarem padres, são proibidos pelo Direito Canônico de exercer os ofícios sacerdotais, como celebrar missas e ouvir confissões.

Os discursos do MPC revelam que os egressos se sentem unidos à Igreja pela fé, apesar de afastados do ministério. Eles se apresentam como homens extremamente religiosos, como expressa o relato de ex-padre Raimundo Nonato:

Assisto missa e comungo todos os dias com a minha mulher (...). Além disso, não tenho magoa nenhuma da Igreja, pois ela tem o ofício de gerir e de comandar, e eu saí espontaneamente casado graças a Deus. A Igreja para mim é a autoridade eclesiástica

e eu a reconheço e me submeto as leis de Cristo, advindas das Sagradas Escrituras e depois codificadas.<sup>37</sup>

Em praticamente todas as entrevistas realizadas, os membros do MPC afirmam que sua fé permanece viva e que frequentam sempre à missa. Na voz do egresso Francisco Salastiel percebe-se a força do vínculo identitário que liga esses homens à instituição:

Ganhei um paramento de uma senhora na Renânia do Norte para que eu vestisse quando realizasse minha primeira missa. Eu o guardei intacto até hoje, 40 anos após a minha ordenação e 29 anos após minha saída. Nunca quis me desfazer dele e só agora [08/2007] estou pensando em doá-lo para a minha antiga Paróquia. Ele está perfeitoíssimo (pausa). Não adianta eu ficar guardando isto muito tempo como lembrança porque... (risos).<sup>38</sup>

Os laços afetivos com a indumentária religiosa traduzem a ligação íntima do sacerdote com seu ofício. A literatura de Machado de Assis dá testemunho valioso de como se constrói essa relação. No conto “O Espelho”, Assis narra um episódio da vida do personagem Jacobina que só consegue enxergar seu reflexo nitidamente no espelho quando está vestido com sua farda de alferes. Na história, Jacobina era um membro da Guarda Nacional que ao se tornar militar realizou o sonho de toda a família. A mãe ficou tão orgulhosa e contente e passou a chamá-lo de Seu Alferes. “Primos e tios mostraram uma alegria sincera e pura (...). Na Vila, todos passaram a chamá-lo de Sr. Alferes.(...) todas essas coisas, carinhos, atenções, obséquios, fizeram em mim uma transformação”: o alferes eliminou o homem.<sup>39</sup>

Assis discute a condição do homem que submetido às representações que a sociedade lhe impõe passa a se identificar plenamente com elas. É como se a roupa corporificasse as honrarias inerentes ao cargo. Assim como Salastiel também zelava por sua batina, apesar de não poder mais usá-la, como símbolo primeiro de sua identidade sacerdotal. Os símbolos ou objetos são uma forma pela qual o homem se relaciona com a realidade. O apego à vestimenta, nesse sentido, pode significar expressões identitárias do usuário, sinais de diferenciação e integração social.

A estabilidade conjugal também é utilizada pelo MPC como argumento de aceitação, de volta ao ministério ou de reconhecimento pela Igreja. Na maioria dos discursos, os padres casados, se representam como indivíduos que possuem menos dificuldades matrimoniais do que o leigo, devido aos valores inerentes à forma-

ção religiosa e intelectual recebida nos seminários. A união conjugal é vista como um fator de distinção moral que deveria ser levado em consideração pela Igreja, pois justifica honradamente o afastamento do sacerdócio para participar de outro importante sacramento: o matrimônio. Assim, a opção pelo casamento seria um motivo enobecedor que diferencia o padre casado dos demais sacerdotes que quebravam o voto do celibato, muitas vezes de forma velada, para estabelecer relações desviantes (amancebamento, homossexualidade ou pedofilia).

A contradição entre o grande número de denúncias de crimes sexuais cometidos por padres no exercício do sacerdócio e a postura reservada e conivente da Igreja é um dos argumentos explorados pelo MPC contra a castidade clerical obrigatória. As centenas de processos em todo o país segundo o MPC poderiam ser evitados caso o celibato fosse uma opção e não uma imposição.

Os escândalos sexuais (...) é um problema sério no Brasil. O padre Gino Nasini publicou um livro intitulado *Um espinho na carne*, em que se estima que 10% do clero no ministério pastoral estão envolvidos em situações de má conduta e abuso sexual. A Igreja não tem programas ou políticas para lidar com o problema. “A pedofilia é crime e deve ser punida como tal, só que a Igreja não vai entregar seu filho para promotoria”, declarou recentemente Dom Angélico Sândalo Bernardino, o altamente respeitado bispo de Blumenau. A Situação é um exemplo cabal de como Catolicismo & Cia é gerido por uma hierarquia irresponsável.<sup>40</sup>

Os membros do MPC também tentam demonstrar que a esmagadora maioria de egressos casados raramente desfaz o contrato matrimonial, constituindo uniões estáveis. Nesse sentido, reforçam a representação de si mesmos como maridos mais propensos à estabilidade e fidelidade, valores tão caros à Igreja.

Em matéria do jornal *Correio Braziliense*, o padre casado Levy Lopes Araújo, presidente da MPC em 1988, afirmou que, “a maioria dos 4 mil padres que deixaram o sacerdócio para se casar deu certo no casamento”. Para ele, “apenas dois dos 500 padres casados mineiros se separaram de suas mulheres, um dos quais duas vezes, evidenciando que o desajuste afetivo era pequeno”,<sup>41</sup> “enquanto desquites de casamento entre leigos são cada vez mais frequentes”.<sup>42</sup> Explicando a alta estabilidade entre os egressos numa visão idealizada, Araújo assevera que:

(...) as relações amorosas que envolvem padres estão ligadas à queda de um tabu. Isso as diferencia dos romances dos leigos, que pode consumir-se e se desfazerem com

certa rapidez. Com os padres não. Eles têm relações que amadurecem num ritmo lento. Cada passo é estudado com grande cuidado. Em certos romances o tempo gasto entre o primeiro flerte e a primeira noite de amor conta-se anos.<sup>43</sup>

A condição da vida matrimonial é representada como sinônimo de *status* e respeitabilidade, pois os religiosos que vivem sua sexualidade fora do casamento são vistos de uma maneira geral como transgressores e promíscuos. Para o padre casado Raimundo Nonato Silva, uma das lideranças do MPC:

A farra de padres terem mulheres fora do casamento acabou, ou pelo menos, diminuiu (...) porque hoje os padres têm coragem de se casar publicamente, sem escândalos e excomunhão. A população aceita o casamento de padre (...) prefere ver o padre casado ao vê-lo perfilar ilegalmente. Esta população não aceita o padre fazer uso do sexo fora do casamento.<sup>44</sup>

Enquanto o MPC utiliza o casamento como marca identitária que tornaria seus membros mais aptos à vida sacerdotal devido às exigências do mundo contemporâneo envolto nos problemas do matrimônio e da família, a Igreja enxerga o matrimônio clerical como uma condição que afasta o sacerdote da necessidade de dedicação exclusiva ao ministério e da pureza exigida para a celebração dos sacramentos. Portanto, a formação de uma família é vista como um obstáculo à condição sacerdotal como assinalou D. Estevão, bispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro: “sem desperdiçar tempo com o casamento ou com os filhos, o sacerdote vai poder dar mais atenção a Deus, pois o celibato não é uma castração é uma forma de servir a Deus de uma maneira mais completa”.<sup>45</sup> A palavra “desperdiçar” é significativa, pois explicita a inferiorização e banalização da vida matrimonial em relação ao ministério religioso. O celibato mais uma vez é reforçado como signo distintivo que em vez de limitar e reprimir, liberta o sacerdote das tentações e distrações do mundo, fazendo dele um perfeito servo de Deus.

Como se pode notar, o MPC vai defender opiniões tradicionais que o aproximariam da moralidade exigida pela ortodoxia da Igreja. Em relação à identidade do padre casado, ela é tratada por eles próprios como algo fixo: a ideia de uma relação conjugal perfeita, livre de conflitos, na qual o desejo é controlado etc. Ao quebrarem o voto de castidade, os clérigos assumem a condição de *outsider* em relação à Igreja; todavia, o casamento os recoloca no *establishment* em relação aos que “largaram a batina” por outros motivos. Nesse sentido, a condição do padre gay, mulherengo, “amasiado” é subalternizada pelo discurso do MPC.

A falta de unidade do movimento é preocupação da liderança do MPC. Em 2003, o dirigente Jorge Ponciano Ribeiro afirmou que havia dentro do MPC inúmeras correntes e ideias diferentes sobre o que significava ser padre casado, fato que prejudicava a atuação do grupo. Para ele, apesar da impossibilidade de operacionalizar o que significa ser padre-casado, era “fundamental se tentar chegar a um acordo conceitual por aproximação e que possa unir um grupo de pessoas que se sintam confortáveis dentro de uma identidade conceitual que evite o maior número de equívocos”.<sup>46</sup> Aqui se vislumbra na voz de uma liderança a busca de uma identidade estável, que faça cessar o caminho de pluralidade e fluidez próprio a qualquer processo de construção identitária. Muito embora os movimentos tendam a estabilizar as identidades a partir de reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a determinado grupo, elas são transitórias e não unificadas. A necessidade de tornar fixas identidades que estão em constante movência, pode ser explicada, conforme Orlandi, pelo:

...reconhecimento de que se tem necessidade da “unidade” para pensar a diferença, ou melhor, há necessidade desse “um” na construção da relação com o múltiplo. Não há a “unidade” dada mas o fato da unidade, ou seja a “unidade” construída imaginariamente. (...) a diferença precisa da construção imaginária da “unidade”. (...) Essa ilusão de unidade é efeito ideológico, é construção necessária do imaginário discursivo.<sup>47</sup>

## **Considerações finais**

É cada vez maior o número de padres que quebram os votos ao escolherem o matrimônio. Só no Brasil, eles são cerca de 4 mil e a tendência é de rápida expansão. Uma pesquisa realizada pelo CERIS no ano de 2004 apontou que 42% dos padres brasileiros defendiam o celibato facultativo para o clero. Mesmo assim, em pleno século XXI, a Igreja reafirma que a sua solidez depende da castidade de seus membros. Bento XVI optou por manter o celibato, considerando mais vantajoso se ater à tradição do que ceder às pressões da modernidade. O atual pontífice – oriundo de uma das correntes mais conservadoras da Igreja – não só prega a castidade entre os clérigos, mas também entre todos fiéis, seja no namoro, no noivado ou vida matrimonial.

Falando no Brasil para uma platéia de mais de 41 mil expectadores, o Papa conclamou todos os jovens à santidade, fazendo uma verdadeira reverência aos que levam uma vida consagrada e casta como símbolo da verdadeira liberdade e

felicidade advinda da comunhão com Cristo. Importante perceber no discurso papal que atributos como a liberdade e a alegria estão intimamente ligados ao estado virginal.

Como portador de linguagem autorizada, o Papa estabelece uma visão positiva do celibato, tornando ilegítima qualquer ideia contrária. Se a liberdade está no celibato, o sexo aprisiona e escraviza: reforça-se assim o secular discurso medieval. Todavia como tratar os sacerdotes que insistem em continuar secretamente “escravos dos instintos”? Tamanha ênfase sobre os benefícios da castidade, em contraposição ao silêncio com relação aos escândalos sexuais envolvendo clérigos, pode ser vista como forma de instaurar uma verdade na qual tanto os desvios quanto a escassez sacerdotal são dados de menos importância, transgressões a serem ignoradas. Mas são justamente esses dados, “as grandes cartas na manga” do MPC para criticar a exigência do celibato. Aqui se constrói o embate discursivo e representacional entre os egressos e o Vaticano: o que a Igreja quer esquecer, o MPC insiste em lembrar.

Mantendo o dispositivo do celibato, a Igreja tenta controlar a sexualidade de seus membros e dos fiéis, aconselhando a castidade como estilo de vida também para os leigos solteiros e até casados. A sexualidade diz respeito à autonomia do sujeito e ao seu poder de escolha e decisão – daí o seu caráter extremamente transgressor. O problema é que a linha que separa a castidade da “impureza” pode ser rompida a qualquer instante. Foi assim no passado, é assim no presente. O crescimento do número de padres que dão vazão a práticas sexuais consideradas ilícitas mostra que o debate do tema continua na ordem do dia. Cedo ou tarde, a Igreja terá que retomá-lo.

É importante assinalar que ao longo da trajetória do MPC, o ideal assistencial e solidário das primeiras reuniões nos anos 70, vão dar lugar a posturas mais institucionais e reivindicatórias, voltadas para a tentativa de flexibilização do celibato no decorrer da década de 80, efetivadas principalmente pela organização dos Encontros Nacionais de Padres Casados (ao todo foram realizados dezoito edições do Encontro Nacional do MPC entre 1979 e 2008) e a fundação do Boletim e da Associação Rumos (o principal um veículo de divulgação nacional do MPC).

A análise dos depoimentos dos egressos na atualidade leva a crer que a ausência de conquistas concretas por parte do MPC em relação à Igreja fez com que seus membros voltassem novamente sua atenção para questões mais internas, relacionadas aos problemas cotidianos dos egressos. Ao assistir o crescente conservadorismo do Vaticano, além de lutar pelo fim do celibato obrigatório, o movimento atual procura voltar-se para a divulgação e a visibilidade da condição do

egresso, constituindo-se em um espaço de interlocução para ouvir e ser ouvido, em tentativa de sensibilizar a sociedade sobre a condição excluída do padre casado. É, ainda, espaço que assegura a existência de um trabalho de memória, importante medida política que evite, assim, o esquecimento do grupo.

## Notas

<sup>1</sup> BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Coordenação de Gilberto da Silva Gorgulho, Ivo Storniolo, Ana Flora Anderson. São Paulo: Paulus, 1995, p. 35.

<sup>2</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986, pp. 82-83.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> BROWN, Peter. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 294.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> *A reforma papal, a continência e o celibato eclesiástico: considerações sobre as práticas legislativas do pontificado de Inocêncio III (1198-1216)*. Disponível em: <<http://www.abrem.org.br/papals.pdf>>. Acessado em 14/06/2007.

<sup>8</sup> Papa São Sirício apud DENZIGER, Heinrich. Magistério de San Siricio. De la carta 1 directa od decessarem a Himério, o bispo de Terragona, de 10 de febrero de 385. Sobre el celibato de los clérigos. Disponível em: <<http://www.conoze.com/marco.php?doc=1053>>. Acessado em 25/04/2003.

<sup>9</sup> RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996, p. 122.

<sup>10</sup> DEZINGER, Heinrich; SCHONMTZER, A. (orgs.). *Enchiridion symbolorum: definitionum et declarationum de Rebus fidei et morum*. Friburgo: Herder, 1952, p. 176.

<sup>11</sup> ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense, 1967, p. 234.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Para o Código de Direito Canônico tentativa de matrimônio é um ato que, de algum modo, imita a celebração autêntica do matrimônio e no qual se exprime verdadeiro consentimento matrimonial que, porém, não atinge os seus efeitos jurídicos, por causa de um obstáculo (no caso em foco, os votos perpétuos).

<sup>14</sup> MOTT, Luiz. Padres Casados vítimas da Inquisição. In: *Revista de cultura rumos*, v. 2, n. 2, 1991, p. 70.

<sup>15</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 295.

- <sup>16</sup> Lutero apud RANDELL, Keith. *Lutero e a Reforma alemã (1517-1555)*. São Paulo: Ed. Ática, 1995, p. 45.
- <sup>17</sup> Lutero Apud RANDELL, ibidem, p. 46
- <sup>18</sup> DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente*. (séculos 13-18). São Paulo: EDUSC, 2003, pp. 51-52.
- <sup>19</sup> RANDELL, Keith. op. cit. pp. 50-51.
- <sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 249.
- <sup>21</sup> DELUMEAU, Jean. op. cit. p. 13.
- <sup>22</sup> VAUCHEZ, André. “O santo”. In: LE GOFF, Jacques (dir). *O homem medieval*. Lisboa: editorial Presença, 1989, p. 218.
- <sup>23</sup> VAUCHEZ, André. Santidade. In: *Enciclopédia Enaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 12, 1987, p. 289.
- <sup>24</sup> PEIXOTO, Maria Cristina Leite. *Santos da porta ao lado: os caminhos da santidade contemporânea católica*. Tese de doutorado apresentada ao Programa Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), 200, p. 76.
- <sup>25</sup> V AUCHEZ, André. “O santo”. op. cit. p. 222.
- <sup>26</sup> MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII*. Niterói-Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, p. 104.
- <sup>27</sup> McGOVERN, Thomas J. *El celibato sacerdotal*. Madri: Edições Crisandad, 2004, p. 218.
- <sup>28</sup> *Código de Direito Canônico* (Codex Iuris Canonici). São Paulo: Edições Loyola, 1983, p. 127.
- <sup>29</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 91.
- <sup>30</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 200, p. 46.
- <sup>31</sup> *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- XIV Assembléia Geral*, Itaiçi, São Paulo, 19 a 27 de novembro de 1974.
- <sup>32</sup> SERBIN, Kenneth. Não Obedeço. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 4, n. 46, julho de 2009, p. 72.
- <sup>33</sup> *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- XIV Assembléia Geral*, Itaiçi, São Paulo, 19 a 27 de novembro de 1974.
- <sup>34</sup> Entrevista, Brasília, 16/08/2007.

- <sup>35</sup> Entrevista, Brasília, 17/8/2007.
- <sup>36</sup> Entrevista, Brasília, 07/8/2007.
- <sup>37</sup> Entrevista, Brasília, 17/8/2007.
- <sup>38</sup> Entrevista, Brasília, 23/8/2007.
- <sup>39</sup> ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma. In: *Obra completa*. Vol II. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1994, pp. 05-06.
- <sup>40</sup> Pronunciamento do padre casado João Tavares durante sobre XIV Encontro Nacional do MPC, realizado de 11 a 14 de julho de 2002 na cidade de São Luís-MA. Disponível em <http://www.oraetlabora.com.br/mpc/arquivo7.htm>. Acessado em 26/02/2008.
- <sup>41</sup> *Jornal Correio Brasiliense*, 29 de janeiro de 1988.
- <sup>42</sup> Levy Lopes de Araújo, *Jornal do Brasil*, 8 de janeiro Ano 1984.
- <sup>43</sup> ARAÚJO Apud LIMA, Maurício. *Revista Veja*. edição 1584, ano 32, n.6, 10 de fevereiro de 1999, p. 81.
- <sup>44</sup> SILVA, Nonato. *Filhos da batina*. Brasília: Ed. Ser, 2000, pp. 03-05.
- <sup>45</sup> Idem.
- <sup>46</sup> Documento produzido por Ponciano quando foi membro da diretoria no ano de 2003, como uma espécie de proposta que deveria ser aprovada e discutida pelos membros do MPC e da Diretoria da Associação Rumos. Brasília, 21 de Abril de 2003.
- <sup>47</sup> ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2002, pp. 18-19.

## Referências

- ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense, 1967. v. 1, 2 e 3.
- ASSIS, Machado de. O espelho: esboço de uma nova teoria da alma. In: *Obra completa*. Vol II. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1994.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. Coordenação de Gilberto da Silva Gorgulho, Ivo Storniolo, Ana Flora Anderson. São Paulo: Paulus, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.
- BROWN, Peter. *Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

- DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no Ocidente*. (séculos 13-18). São Paulo: EDUSC, 2003.
- DEZINGER, Heinrich; SCHONMTZER, A. (orgs.). *Enchiridion symbolorum: definitionum et declarationum de Rebus fidei et morum*. Friburgo: Herder, 1952.
- \_\_\_\_\_. *Magistério de San Siricio. De la carta 1 directa od decessarem a Himério, o bispo de Terragona, de 10 de febrero de 385. Sobre el celibato de los clérigos*. Disponível em: <<http://www.conoze.com/marco.php?doc=1053>>. Acessado em 25/04/2003.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- McGOVERN, Thomas J. *El celibato sacerdotal*. Madri: Edições Crisandad, 2004.
- Código de Direito Canônico (Codex Iuris Canonici)*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.
- MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII*. Niterói-Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.
- MOTT, Luiz. Padres Casados vítimas da Inquisição. In: *Revista de cultura rumos*, v. 2, n. 2, 1991.
- WALTER, Georges; WEITLAVFF, Maurice. *Padres casados*. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura, 1970.
- O Concílio de Trento*. Disponível em <<http://www.montfort.org.br/documentos/trento.html>>. Acessado em 13/10/2003>.
- ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2002.
- PEIXOTO, Maria Cristina Leite. *Santos da porta ao lado: os caminhos da santidade contemporânea católica*. Tese de doutorado apresentada ao Programa Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), 2006.
- PESSAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- RANDELL, Keith. *Lutero e a Reforma alemã (1517-1555)*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- RANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo reino de Deus: mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.
- RIBEIRO, Jorge Ponciano (org). *Padres Casados: depoimentos e pesquisa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

- SERBIN, Kenneth. Não Obedeço. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 4, n.46, julho de 2009.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da; LIMA, Marcelo Pereira. *A reforma papal, a continência e o celibato eclesiástico: considerações sobre as práticas legislativas do pontificado de Inocêncio III (1198-1216)*. Disponível em: <<http://www.abrem.org.br/papals.pdf>. Acessado em 14/06/2007>.
- SILVA, Nonato. *Filhos da batina*. Brasília: Ed. Ser, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis:Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986.
- VAUCHEZ, André. "O santo". In: LE GOFF, Jacques (dir). *O homem medieval*. Lisboa: editorial Presença, 1989.
- \_\_\_\_\_. Santidade. In: *Enciclopédia Enaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 12, 1987.

### **Revistas e jornais**

- LIMA, Maurício. Amores Proibidos. *Revista Veja*. Ed. Abril, edição 1584, ano 32, n.6, 10 de fevereiro de 1999.
- Jornal Correio Brasiliense*, 29 de janeiro de 1988.
- Padres casados de Minas se organizam para pedir sua volta ao sacerdócio. *Jornal do Brasil*, 8 de janeiro Ano 1984.

### **Entrevistas:**

- Francisco Salastiel de Alencar Barbosa, Entrevista, Brasília, 23/8/2007.
- João Basílio Schimitt, Entrevista, Brasília, 16/08/2007.
- José Moura de Araújo, Entrevista, Brasília, em 24/08/2007.
- Luis Guerreiro Pinto Cascais, Entrevista, Brasília, 2/9/2007.
- Raimundo Nonato, Entrevista, Brasília, 17/08/2007.

### **Resumo**

O artigo objetiva compreender o processo de formação do Movimento de Padres

Casados – MPC, institucionalizado no Brasil na década de 1980. A investigação debruçou-se sobre a construção histórica do celibato clerical, desde a sua instituição no baixo medievo, durante o período da chamada Reforma Gregoriana (1050-1226), até o século XX, quando o movimento em tela se constituiu. No Brasil, o MPC congregou os anseios de milhares de padres casados, criando um espaço de diálogo entre os egressos, a sociedade e a Igreja. Por meio de uma extensa análise dos principais meios de divulgação do movimento e de entrevistas com os líderes do MPC, esta pesquisa procurou entrever de que forma os egressos brasileiros construíram suas representações, articuladas por várias vertentes, mas sempre interpeladas pela força simbólica do imaginário religioso. Na trama de discursos forjados pelo MPC e pela Igreja, tradição e modernidade se intercalam na defesa ou crítica ao celibato.

Palavras- chave: Movimento de Padres Casados; Identidade; Celibato; Igreja Católica

### **Abstract**

The study aims at understanding the formation process of the Married Priests Movement – MPC (Movimento de Padres Casados), institutionalized in Brazil in the eighties. The research was based on the historical construction of clerical celibacy from its establishment in the early medieval period in the time of the Gregorian Reform (1050-1226) until the 20th Century, when the movement in analysis began. In Brazil, the MPC brought together the wishes of thousands of married priests, thus creating a space for dialogue with the Church and society. Through a comprehensive analysis of the main means used to publicize the movement and a series of interviews with the leaders of MPC, this research aimed at understanding how Brazilian former priests established their organizations – articulated in many different realms but always reflecting a steady influence of strong symbolism associated to the religious imaginary. In the discourse threads of the MPC and the Catholic Church, tradition and modernity are entangled either in the defense or in the criticism of celibacy.

Key words: Married Priests Movement; Identity; Celibacy; Catholic Church

### **Resumen**

El artículo intenta comprender el proceso de formación del Movimiento de los Sacerdotes Casados institucionalizado en Brasil en los años ochenta. La investiga-

ción considera la consolidación histórica del celibato desde sus orígenes en el temprano período medieval, durante los tiempos de la Reforma Gregoriana (1050-1226) hasta el siglo XX, cuando el movimiento en juicio surgió. En Brasil, el MPC logró convergir las aspiraciones de miles de sacerdotes casados, creando un espacio de diálogo con la Iglesia y con la sociedad. Por medio de un análisis amplio de los medios utilizados para publicizar el movimiento y de entrevistas con sus líderes, la investigación intenta comprender como los sacerdotes casados lograron organizarse y articularse en distintos frentes aunque siempre reflejando la constante intervención de un fuerte simbolismo asociado al imaginario religioso. En el tejido discursivo del MPC y de la Iglesia Católica, tradición y modernidad se entrelazan sea en defensa o en crítica del celibato.

Palabras clave: Sacerdotes casados; Identidad; Celibato; Iglesia Católica



# OPINIÃO



**Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro**

*Mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor Associado I da UnB. Pós-doutor pelo Center for Social and Economic Research on Innovation in Genomics (Innogen – Inglaterra). Pós-doutor pelo Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp.*

***Reforma do ensino superior brasileiro: uma discussão que não quer calar***

## **Introdução**

Momento de grande turbulência e expectativa quanto ao futuro desse setor da educação nacional, o início do século XXI parece acentuar a crise que se coloca sobre todo o campo do ensino superior, a demandar soluções cada vez mais urgentes. São muitos os fatores a pressionar por novos arranjos e formas de relacionamento, no interior das instituições de ensino superior, e nas conexões entre estas e a sociedade.

O mundo caminha celeremente para novos cenários e estruturas sócioeconômicas e políticas, atingindo desde o ambiente profissional e o setor produtivo como um todo, até os ambientes domésticos. A ciência e a tecnologia ou, como diriam alguns especialistas, a tecnociência, passam a condicionar, fortemente, as principais mudanças, colocando, nas universidades, parte importante das responsabilidades por tais mudanças. São novas demandas por conhecimentos, provenientes do meio empresarial e de outros setores da sociedade organizada, e aumentos contínuos na procura pelo ensino superior, em suas formas as mais diversas, que estão a sinalizar a necessidade urgente de rever padrões de conduta e formas de organização da pesquisa, do ensino e da extensão universitária, colocando em evidência resistências e conflitos potenciais os mais diversos.

De um lado, o governo federal assume, fortemente, seu papel de formulador e condutor maior de todo o processo de construção dessa nova realidade, no País, dando a partida para a discussão e elaboração dos primeiros documentos normativos e do projeto de lei que deverá dar sustentação ao novo modelo; e, de outro lado, vários atores importantes, relacionados, por exemplo, ao movimento sindical, ao meio acadêmico, a associações profissionais e a inúmeros grupos de interesses privados vêm se mobilizando e manifestando para marcar posição no debate sobre uma nova reforma do ensino superior em nosso país.

Por onde começar? É a pergunta que todos se fazem no atual contexto. A percepção da necessidade de buscar novos horizontes para o ensino superior, em momento de profundas transformações e de acelerado desenvolvimento científico-

tecnológico, é algo bastante consensual entre todos esses atores. Contudo, quais os caminhos a serem trilhados, e qual a melhor maneira de se reestruturarem tais mudanças são perguntas que ainda estão no centro dos acontecimentos. A controvérsia é grande e as várias posições apontam, muitas vezes, para direções opostas. Como conciliar tão distintas posições, por exemplo, a ideia de educação como um bem público e a de educação como mercadoria? Como ajustar o problema da necessidade de ampliação de vagas – a chamada massificação do ensino superior –, como a exigência da manutenção de padrões aceitáveis de qualidade? Como deverá se dar o financiamento das universidades e demais instituições de ensino superior, considerando, de um lado, as limitações de recursos por parte do Estado, para manter a pesquisa e o ensino contemporâneo, cada vez mais caros e, de outro lado, as resistências ideológicas, em muitos grupos sindicais e acadêmicos, para maior estreitamento com o mercado, sem contar com a polêmica em torno da cobrança de mensalidades – que também está sendo projetada para o interior do debate a respeito da reforma universitária no Brasil? Como se dará, na prática, a autonomia universitária – por todos reivindicada, em suas mais distintas interpretações –, que coloca em questão, por exemplo, o considerado por alguns atores como o “sagrado” princípio da autonomia, ou o chamado “padrão unitário de qualidade”? Em que pesem as aparentes contradições entre a ideia de um padrão unitário de qualidade e a própria concepção de autonomia – que leva, esta última, à suposição da possibilidade de maior independência e diferenciação crescente –, o debate ainda assim não é fácil de ser superado, uma vez que o que está em jogo não é apenas a busca do melhor argumento, no velho estilo iluminista – de uma razão emancipadora –, mas, sobretudo, uma “ética da convicção”, para usar conhecida expressão de Max Weber. Isto é, o que está em questão é, acima de tudo, a busca da garantia de posições políticas consolidadas, interesses, muitos deles referentes a uma ou outra corporação, ainda que, em nome de princípios altissonantes e mensagens de apelo emocional, na linha de “defesa da universidade” e das mais caras tradições acadêmicas.

Pouco se demonstra a esse respeito, obviamente, pois, como se disse, as armas são muito mais apelos emocionais e embates políticos, que propriamente uma discussão de mérito. Nessa disputa, entram todos os artifícios para prevalecer uma posição em detrimento de outra, como, exemplarmente, o chamado “argumento de autoridade”, como se verifica na evocada fórmula: “esta é a proposta dos intelectuais de tal ou qual instituição”; ou ainda sua oposta, “não precisamos de novas teses intelectuais, mas de ação”. Esta última é também um pretense argumento de autoridade; aquele que, em nome de um pragmatismo, ou de uma “expe-

riência prática”, reivindica o *status* privilegiado na interlocução estabelecida sobre a reforma universitária no Brasil.

Para se ter ideia mais clara sobre o desdobramento do tema, o artigo optou por centrar sua reflexão a respeito de breves considerações sobre o histórico desse tema, na realidade brasileira. Essa discussão poderá ajudar no delineamento de propostas consequentes no momento atual em que se tornam agudas as necessidades de adaptação das inúmeras instituições de ensino superior, no País, ao contexto de profundas transformações verificadas em escala mundial. Ademais, a proposta do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de autoria do MEC, vem potencializar a necessidade de importantes reestruturações de nossas instituições responsáveis pelo ensino superior brasileiro, bem como de retomar a discussão sobre a reforma dessas instituições. Como se diz no título, trata-se de uma discussão que ainda não quer calar.

### **As políticas de educação superior no Brasil atual**

Diante das reflexões anteriores retornamos à questão: por onde começar? Como desatar esses nós sem elevar o potencial de conflito, no interior das instituições de ensino superior e entre estas e a sociedade? Se o conflito parece inevitável, quais as escolhas que os grupos dominantes irão fazer, e como as novas contradições irão se projetar no novo cenário, sem deixar de minimamente comprometê-lo? Como se darão as negociações entre os mais diferentes atores? A julgar pelas reformas que o Governo vem conduzindo a respeito da previdência e da política fiscal, o resultado final pode ficar muito aquém do que alguns especialistas vêm apontando como necessidades prementes do momento para as universidades; e, então, adiaríamos, mais uma vez, a oportunidade para definir um quadro bem adequado para o atual contexto sócioeconômico mundial e nacional.

Estamos diante de muitas perguntas, dúvidas e temores que povoam o cenário das discussões em torno da reforma universitária no País. Da parte do MEC, desde o período da gestão de Cristovam Buarque, e ao que se vê, também, no início da gestão atual, destaca-se a preocupação com a necessidade de ampliar o debate e a reflexão em torno da problemática do ensino superior no País, contando com a participação efetiva da sociedade e dos segmentos que compõem o ambiente acadêmico brasileiro. Em que pesem nossas peculiaridades nacionais, somos uma comunidade planetária de interlocutores, em que a troca de experiências as mais diversas certamente favorece a busca de caminhos próprios e de soluções inovadoras.

Pelo que se tem verificado na literatura especializada, o tema da autonomia parece constituir-se no cerne do debate sobre a reforma do ensino superior no Brasil, o ponto de partida dos vários eixos por onde passam e se estruturam, nas inúmeras falas e nas análises expostas em diversos textos de. Ou seja, a autonomia é, possivelmente, o ponto nodal, em que se engatam as discussões mais candentes e relevantes acerca da problemática que se está examinando; e, tudo isso, remete ao que é o grande eixo norteador do assunto em tela: a relação entre Estado e ambiente acadêmico, assim designando o conjunto das instituições universitárias e outras relacionadas ao ensino superior, e dos membros que as integram.

Ainda que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, tenha introduzido mudanças importantes, a exemplo da superação da concepção de “currículo mínimo” e do papel da avaliação no novo contexto, grosso modo, vícios, problemas e distorções verificados na organização e funcionamento das universidades e demais instituições de ensino superior no País, bem como na relação entre o Estado e o “campo do ensino superior” (MARTINS, 2000) decorrem de uma “mal resolvida” reforma universitária, em fins dos anos 60.

Um desses aspectos é a própria confusão, ou fruto de uma deliberada “política cognitiva” – na linha do que Alberto Guerreiro Ramos designava como “o uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretar a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção” (RAMOS, 1989: 87) –, ao tomar o termo “universidade” como representativo exclusivo do campo do ensino superior brasileiro. Dito de outro modo, alude-se à universidade como a única forma organizacional presente no conjunto das instituições ligadas ao ensino superior brasileiro. Com isto, quer-se, ainda que passados mais de trinta anos da referida reforma, insistir que a “universidade” seja o “modelo natural”, ou a forma mais adequada de organizar o conhecimento e a formação em nível superior no País, mesmo que contrariando, já àquela época, todas as evidências e o sentido de futuro que está a desmascarar a fantasia que convém a determinados interesses, acadêmicos e de manutenção de prestígio.

O que se pretende insistir, aqui, é que pensar uma reforma do ensino superior consequente, adequada a nosso contexto e ao presente, implica mesmo recolocar a própria expressão que dá origem a todo esse debate; ou seja, recolocar a própria expressão “reforma universitária”, que tem sido dominante em muitos contextos acadêmicos, e substituí-la por outra que dê conta de todo um conjunto de mudanças e consequências verificadas em outros tipos de organizações da produção e reprodução do conhecimento, a exemplo das chamadas faculdades integra-

das, estabelecimentos isolados e assim por diante. Nesse sentido, entende-se que não há como desvincular uma discussão de outra, mais geral, que abranja todo o campo do ensino superior brasileiro, em suas múltiplas formas organizativas – jurídicas, históricas, regionais, locais –, e não apenas uma parte desse conjunto, a saber, as universidades, ainda que, reconhecidamente, nestas últimas estejam alicerçadas importantes bases de nosso capital científico-tecnológico e de recursos humanos voltados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

Em suma, há que se pensar, fundamentalmente, o todo, e as relações entre as partes que o constituem; somente assim é possível fazer avançar, com realismo e senso crítico, o debate sobre a reforma em nossas instituições universitárias e de formação superior, para que se possa, efetivamente, “desatar os nós” que ainda nos amarram num passado de exclusão e de predomínio de uma sociedade elitista e sem o olhar afinado com o futuro e sua emancipação.

Os dilemas são muitos e os embates políticos podem levar a muitas possibilidades de arranjos organizacionais e a soluções inéditas até então. Mas, entende-se que, dentre os “principais nós” a serem desatados, os fundamentais referem-se aos “nós” decorrentes de bloqueios de comunicação, de toda ordem, como aqueles existentes entre o Estado e o ambiente acadêmico. Assim, propor seminários, organizar a discussão séria e bem conduzida sobre tão agudos e recorrentes problemas relacionados à Educação Superior, e assumir, internamente nessas instituições, a importância do tema e o compromisso com sua solução, mediante a busca do melhor argumento, é, talvez, o mais indicado caminho para se construir, de fato, uma nova universidade e um novo ambiente acadêmico vivo e rico em ideias.

O que será decidido pelas instâncias superiores e pelas instituições aqui mencionadas ainda não se pode definir. Contudo, cabe identificar os principais pontos envolvidos no debate sobre as mudanças no ensino superior e sua reforma universitária em nossa sociedade. Este é o desafio maior e sua relevância reside precisamente em poder apresentar as várias nuances desse debate, seu fio condutor, seus temas mais frequentes e dominantes, bem como aqueles mais periféricos, para, a partir daí, poder-se extrair lições quanto ao modo como se desdobrará tal discussão.

Descrever o debate sobre uma reforma do ensino superior em nosso país não é fácil, seja porque ele próprio, o debate, apresenta-se, muitas vezes, como um “diálogo de surdos”, entrecortado por falas “cuidadas”, “pisando em falso” (afinal, o analista é também um par daqueles que descreve e com quem convive) – exigindo um olhar sensível para “apurar” o sentido oculto de muitas dessas falas –, seja porque, como nos diz mais uma vez o conhecido sociólogo Guerreiro Ramos,

em seu diagnóstico sobre a modernidade, “o debate verdadeiro e racional está se tornando uma possibilidade muito pouco provável de efetivar-se nas sociedades modernas” (RAMOS, 1989: 18).

Nesse cenário pessimista, as capacidades humanas de debate racional estariam danificadas pelos padrões de linguagem predominantes e pela assimilação dos indivíduos, no contexto da estrutura social, em que a chamada racionalidade instrumental assume lugar de hegemonia e de forma quase exclusiva de regulação das condutas humanas.

### **Considerações históricas sobre o tema da reforma universitária ou do ensino superior no Brasil**

Em primeiro lugar, vale destacar que a instituição universitária brasileira é bastante tardia, comparativamente a outros países da Região. No relato de Luiz Antônio Cunha,

Diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia (CUNHA, 2000: 152).

Assim, o primeiro estabelecimento de ensino superior no País – não uma universidade no sentido clássico do termo, conforme se verificava no contexto europeu da época –, foi fundado por jesuítas, na Bahia – sede do governo geral –, em 1550. Em momentos e lugares diferentes, foram criados grupos de escolas de formação superior e faculdades isoladas, notadamente cursos de medicina, direito e engenharia; porém, nenhum destes com a condição de universidade.

Segundo o mesmo trabalho de Cunha (2000), a primeira instituição de ensino superior que, explicitamente, se apresenta como universidade, foi fundada em Manaus, no Estado do Amazonas, em 1909, na fase áurea da exploração da borracha na região. Experiência, que não prosperou, restando apenas uma faculdade, a de Direito, hoje integrante da Universidade Federal do Amazonas.

A partir de 1911, com a política de “desoficialização do ensino” (CUNHA, 2000), abriu-se a possibilidade para a criação de novas universidades, como a de

São Paulo (em 1911), e uma em Curitiba (em 1912). Contudo, essas experiências foram inviáveis e, também, não lograram êxito.

Somente em 1920 – portanto, há menos de um século –, pode-se dizer que foi criada a primeira instituição de ensino superior que manteve de modo duradouro a condição de universidade – a do Rio de Janeiro –, a qual se originou da fusão das faculdades federais de Medicina, Engenharia e de uma faculdade de Direito. Em 1930, o Brasil dispunha apenas de duas universidades – em Minas Gerais e no Rio de Janeiro; e, até 1945, contávamos com unicamente cinco instituições universitárias.

Com a política de modernização e o desenvolvimentismo, o País percebeu a necessidade de avançar na consolidação e ampliação das instituições universitárias, o que de fato ocorreu, não sem muita controvérsia, envolvendo múltiplos interesses, nos âmbitos nacional e estadual, e tradições arraigadas, herdadas do período colonial e de modelos europeus de organização desse tipo de instituição.

Não se pretende avançar muito nessa descrição histórica. Contudo, quer-se ressaltar que qualquer reflexão sobre experiências de reforma universitária no País – como a que se pretende realizar, aqui – deve considerar fortemente tais condições históricas. Ou seja, grosso modo, a instituição universitária no Brasil não tem muito mais que cinquenta anos, numericamente falando; e mesmo em termos de sua estrutura organizacional, para se referir aos padrões vigentes à época.

Não obstante, deve-se considerar, ainda que, de lá para cá, o que se pode chamar nosso “sistema de ensino superior” – extremamente complexo e diversificado, em suas várias configurações jurídicas e organizacionais –, no qual as universidades representam o tipo menos frequente de instituição (embora o mais relevante, se for considerado o número de alunos e o perfil dos docentes e cientistas) – vem sendo contínua e intensamente modificado por motivações as mais diversas.

Uma delas, de grande relevância para a atual configuração do sistema nacional de ensino superior, bem como para o surgimento de novos e agudos problemas relacionados a esse nível da educação brasileira, é a própria “reforma universitária de 1968”, como ficou conhecida a Lei 5540, promulgada nesse ano.

Ou seja, são apenas, a rigor, trinta e cinco anos para se considerar como horizonte temporal de vida e estruturação interna de nossas universidades, levando-se em conta que a citada Lei praticamente (re)estabelece novos princípios organizativos e fundacionais dessas instituições. Trata-se de período muito curto para esse tipo de instituição, de muitos séculos.

No caso brasileiro, a Lei 5540/68 define conjunto normativo inteiramente inédito para a estruturação e o funcionamento das universidades e demais insti-

tuições de ensino superior, passando a requerer padrões inteiramente novos (para quem ainda não havia se consolidado, em termos institucionais) de regulação acadêmica e administrativa. Rompe-se com o modelo das “cátedras”, associa-se o ensino à pesquisa, introduzem-se novas atividades acadêmicas, como a extensão e o ensino especial, e definem-se regras próprias para a carreira docente, para o acesso do aluno a esse nível da educação e para a organização dos currículos.

Tudo isso revoluciona o ambiente acadêmico brasileiro e sua adaptação se processa em meio a muitas dificuldades, críticas, resistências e, também, muito apoio; em suma, quadro de grande turbulência. E isso sem considerar questões candentes como as que dizem respeito à expansão do ensino superior e à participação do segmento privado, hoje majoritário na oferta de vagas no País, bem como a sua relação, sempre tensa, com o segmento público, que o vê, em termos gerais, como permanente ameaça.

Posteriormente, com a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, assiste-se a nova rodada de propostas de mudanças importantes na organização e funcionamento do ensino superior brasileiro, as quais são intensificadas no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mediante introdução de novas sistemáticas de avaliação e várias outras políticas voltadas à busca da melhoria da qualidade dos cursos e das instituições que o oferecem. Medidas essas que se coadunam com determinada política de expansão do ensino superior, levando à proliferação de novas instituições, particulares, e de muitos cursos, inéditos.

Enfim, como falar de experiências de reformas universitárias nesse contexto? Se a noção de reforma implica a aceção de reestruturar determinada realidade, no caso preciso do ensino superior e das universidades no Brasil, o correto é dizermos que ainda estamos em processo de estruturação; em outras palavras, não tem muito sentido falar, aqui, em reformar ou (re)estruturar algo que nem bem se estabilizou, seja em razão de seu curto tempo de existência, seja em virtude das muitas medidas a que fora submetido o processo de amadurecimento interno e de consolidação de padrões institucionais: o que vem ocorrendo com as instituições de ensino superior no País.

Não obstante, há muita coisa a relatar e a compreender, na realidade do ensino superior brasileiro, demandando esforço no sentido de construir quadro teórico adequado para explicar o modo como se articulam diferentes instâncias e processos na implementação de mudanças profundas nas instituições universitárias.

Assim, em que pesem limitações em termos de material empírico – para se obter acervo de experiências consequentes de reforma universitária no Brasil –, pelo que se abordou anteriormente, este trabalho deverá concentrar-se na busca das especificidades de nossa situação, evidenciando casos importantes de grandes mudanças nesse setor da vida nacional, e objetivando a apresentação de proposta de modelo de análise para abordar a problemática da reforma universitária, em termos teóricos.

Tradicionalmente, tem-se falado no Brasil em reformas educacionais, desde Benjamim Constant (1890) até Capanema (1942). Em 1932, vale ressaltar o documento “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, que defendia a elaboração de plano abrangente e único para reformular a educação no País. Em seguida, a Constituição de 1934 manteve essa ideia de plano nacional de educação para todos os graus e ramos; assim como as Constituições de 1946, 1967, 1969; a exceção foi a de 1937. Com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), 4024, de 1961, fecha-se um primeiro ciclo de reformas no sentido da organização de um sistema nacional de educação parcialmente descentralizado.

Entretanto, essa concepção integradora do sistema de ensino, que emerge como principal resultado desse processo, perdura por pouco tempo; apenas três anos depois o Plano foi alterado e, em 1966, o chamado “Plano Complementar” fez outras modificações. Sete anos depois da primeira LDB (1961), recomeçaram as reformas parciais com a Lei n.º. 5.540/68, que disciplinou a reforma universitária, a Lei n.º. 5.692/71 – de atualização e expansão de ensino de 1º e 2º graus – e a Lei n.º. 7.044/82, que tornou a profissionalização no ensino médio optativa, embora, mantendo a obrigatoriedade, ao longo do ensino fundamental e médio da preparação para o trabalho como mais um caminho para o exercício consciente da cidadania.

Na época em que se instalara o Estado Novo, a educação superior e o ensino profissionalizante foram constitucionalmente definidos como obrigação do Estado para com as classes economicamente menos favorecidas (conforme a Constituição Federal de 1937). Os vários tipos de ensino (secundário, comercial, industrial, agrícola e normal) foram, no período de 1942 a 1946, objetos de leis isoladas, e tal era a rigidez de suas estruturas, que se constituíram num sistema de ensino com múltiplas possibilidades, dentro do qual a mudança de opção por um aluno de curso profissionalizante para ingresso em curso secundário resultaria, obrigatoriamente, no retorno ao ponto inicial – 1ª série do ciclo secundário.

Findo o Estado Novo (1945), a marcha pela redemocratização do País trouxe, em seu bojo, as concepções dos Pioneiros da Escola Nova e, na Carta Magna de 1946, determinou-se que fossem fixadas as diretrizes e bases da educação nacional.

Após um processo que durou 15 anos, foi sancionada, em 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, pautada nos princípios de democratização da educação, descentralização do ensino, equivalência de cursos, continuidade entre o primeiro e o segundo grau de ensino (pela não obrigatoriedade do exame de admissão), organização da universidade e constituição dos sistemas estaduais de ensino.

A lei foi considerada por muitos como uma “colcha de retalhos” pelas inúmeras emendas recebidas; pode-se dizer que já nasceu velha, posto que, para tomar apenas um aspecto, o próprio conceito de universidade ali expresso – como o conjunto de cinco ou mais escolas de ensino superior, já estava superado.

Assim mesmo, o sistema de ensino brasileiro, pela primeira vez, legalmente estruturado, não duraria por muito tempo, já que, em 1968, a Lei n.º 5.540 revogou o capítulo educação superior, e quatro anos mais tarde a Lei n.º 5.692/71 – de expansão e atualização do ensino de 1º e 2º graus – reestruturou, com base nos princípios de integração (vertical e horizontal), a continuidade e “terminalidade” dos dois níveis anteriores (1º e 2º graus de ensino).

A reforma de ensino de 1º e 2º graus, por força do “milagre econômico”, foi muito bem “vendida” nos meios de comunicação e a pressão do regime governamental tornou-a, de pronto, formalmente implantada. Para isso, a prática de buscar o “entrosamento” entre diferentes integrantes do sistema educacional foi largamente utilizado pelas escolas para cumprir os princípios de continuidade e terminabilidade do ensino. O tempo se encarregou de evidenciar que a lei não atendia aos anseios da população de dentro da escola. Não obstante, é possível que a clientela excluída visse na formação profissional seu meio de acesso social.

No período do Pós-Guerra, aspectos como a crescente urbanização, a escolarização feminina e o populismo fizeram a demanda por vagas nas universidades crescer por parte da classe média. Esse contexto e a criação das universidades federais entre 1954 e 1964, com base na federalização de escolas isoladas nos municípios e nos estados, cria um cenário no qual se desenrolará uma série de mudanças na organização universitária.

A grande movimentação por um projeto de reforma universitária foi iniciada por pressão da classe média, tendo no movimento estudantil seu meio de ação destacado. A partir da pressão exercida pelos próprios estudantes, uma reforma universitária começou a ser preparada já em 1949, nas principais seções da FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP). Intelectuais pensaram na reforma desde os anos 1940, mas o movimento começou a tomar força somente nos anos 50, assumindo cada vez mais a preferência pelo modelo proveniente dos EUA, em detrimento do

predominante à época, originário do contexto europeu. Nesse aspecto, questionava-se a utilidade do modelo proposto em 1934 de universidade elitista. Naquele momento, com a ampliação das vagas, o modelo precisava ser revisto e o argumento do financiamento sempre entrava nas discussões pela modernização.

Há três marcos fundamentais anteriores à Reforma de 1968 que devem ser considerados para que o pensamento da época sobre a função da universidade, e os modelos desta reforma sejam levantados.

O primeiro fato é a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), logo após a Segunda Guerra Mundial. O ITA, fundado em 1947, tinha como principal meta formar mão de obra altamente qualificada, com mercado de trabalho garantido no campo militar, em razão de grande expansão da aviação comercial e de demandas surgidas na nascente indústria aeroespacial brasileira.

O segundo fato é datado de 1951, quando foi criado o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), ligado ao Governo Federal e com meta de estimular as pesquisas de caráter científico e tecnológico no País.

O ano de 1961 é marcado pela fundação da UnB (Universidade de Brasília). Idealizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro e pelo educador Anísio Teixeira, essa Universidade rompia com o modelo existente desde a fundação da USP, em 1934. Com inspiração na educação universitária dos EUA, a UnB fora concebida para não ter sua estrutura atrelada às cátedras, mas aos Departamentos, sendo compreendida a integração universitária em um campus único, com autonomia didática, técnica e administrativa, dirigida por colegiados, com maior democracia interna.

O terceiro marco liga-se aos fatos que sucederam à entrada do regime militar, em 1964, no qual a UnB foi duramente reprimida, gerando a renúncia coletiva de aproximadamente 85% de seus docentes. Apesar disso, o modelo daquela Universidade foi bastante considerado para a reforma universitária de 1968, com a supressão de seus elementos considerados “perigosos”, como a ‘democracia e a autonomia excessiva’.

A reforma de 1968 teve como base, então, a pressão da classe média, representada no movimento estudantil, e, como modelos e experiências inspiradores, a Universidade de Brasília, o ITA e o CNPq. O governo militar sofreu grande pressão, durante o período, da USAID (*United States Agency for International Development*).

Em 1967, foi assinado um famoso acordo entre o MEC e a USAID (*United States Agency for International Development*), a qual propunha drástica reforma nas universidades brasileiras, com base no modelo norte-americano; acordo, este, duramente criticado pelo movimento estudantil e pela esquerda intelectual brasilei-

ra da época. A reação principal decorria do receio de que, com tal interferência, se ampliasse, no Brasil, a ação “imperialista” dos Estados Unidos, que criticava duramente o modelo de universidade brasileira, à exceção das já citadas instituições ITA e UnB, e que defendia que a universidade deveria qualificar mão-de-obra (“despolitizada”) para o mercado de trabalho, buscando maior produtividade e interação com o setor empresarial.

O modelo pregado pela agência norte-americana previa a reforma dos cursos de licenciatura, que deveriam mudar para se aproximarem do modelo dos *teachers colleges* dos EUA, insistindo na ideia de flexibilização, no conceito de universidade, ao permitir a criação de algo como os *community colleges*, ou seja, cursos de nível superior com menor duração e voltados exclusivamente ao mercado de trabalho.

Parte dessas propostas foi adotada, mas o governo militar baseava sua linha de raciocínio também nas questões de segurança interna e de desenvolvimento nacional. O fomento à ciência e à tecnologia também se coadunava com esse pensamento, uma vez que, conforme entendiam os militares, somente com avanços importantes nesse setor o Brasil poderia chegar à tão almejada categoria de país desenvolvido.

Assim, as reformas “modernizantes” e o conceito de desenvolvimento nacional eram conciliados dentro da visão dos militares, para a reforma universitária de 1968. Suas principais linhas mantinham um modelo único de universidade, com a “indissociabilidade” entre ensino, pesquisa e extensão. Esta nova universidade não teria mais as cátedras e deveria formar técnicos em nível superior, cientistas e profissionais liberais, buscando também maior aproximação com as empresas. O ensino de graduação seria então massificado e o de pós-graduação recairia no antigo papel pensado em 1934 – a formação da “elite intelectual”.

Em suma, com reforma de 1968, o governo pretendia modernizar a universidade para que esta passasse a formar mão-de-obra qualificada, controlar os anseios da classe média e do movimento estudantil e fomentar a ciência e tecnologia, em busca de um desenvolvimento nacional com segurança interna. O grande problema estava em massificar o ensino, manter a qualidade da produção científica e controlar os gastos.

O que foi feito para sanar este problema foi a criação do modelo único de universidade, que, em grandes proporções, diminuiria proporcionalmente os gastos comparativamente às pequenas faculdades, tendo a pesquisa rumado gradativamente à pós-graduação.

A grande maioria das propostas feitas por vários segmentos da sociedade foram acolhidas, de certo modo, pelo modelo da reforma elaborado pelo

Governo Federal, incluindo o modelo do “conselho universitário”, bem como a ideia dos cursos semestrais; o que ficou de fora dizia respeito, fundamentalmente, à democracia e à maior participação nos processos decisórios internos à universidade.

Após a reforma de 1968, o próximo movimento transformador no ensino superior só começou a surgir nos anos 80, no Brasil, conseguindo força somente na década posterior. A conjuntura mundial havia mudado, os governos conservadores haviam se espalhado pela Europa e pelos EUA, e passaram a intervir nas instituições de ensino superior, não só no sentido de torná-las mais eficientes, tanto no uso das verbas públicas, como também em questões concernentes à “natureza da orientação dos estudantes” (a preocupação com mais estudantes nas carreiras científicas, nas engenharias e na área tecnológica, de modo geral), e às relações entre as instituições e o ambiente externo, procurando estreitar o contato entre estas e as empresas.

Uma das novas formas propostas às universidades era uma administração empresarial, com autogestão, controlada indiretamente pelo governo, com avaliação unificada. Utilizando esse método, os governos deveriam definir prioridades para destinar as verbas alocadas nas universidades federais.

Nesse contexto, desde os anos 80, verificam-se alguns esforços importantes em direção a nova reforma universitária, no Brasil, passando pela Assembléia Nacional Constituinte e pelos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso. Algumas propostas permitiriam à universidade adaptar-se melhor a sua realidade e ao mercado de trabalho, levando-as a intensificar os mecanismos de complementação orçamentária a partir do financiamento originado no setor privado, e a buscar maior racionalização dos recursos alocados em cada instituição.

Além destes aspectos, houve outros que não foram aprovados, como o fim do caráter de funcionalismo público ao pessoal das universidades federais, da estabilidade no serviço, da vinculação orçamentária automática a um percentual da arrecadação e a transformação das instituições federais em “organizações quase-não-governamentais”, que seriam, segundo Ribeiro (2002), instituições sem fins lucrativos, que não contam, em seus quadros, com funcionários públicos e, que, não obstante, estariam livres do controle formal do Estado, embora ainda incluídas no orçamento público.

A Constituição da República, vigente desde 1988, reafirma a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial às universidades, assim como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nestas instituições. Porém, a década de 1990 assistiu a rápida expansão do ensino superior

privado no Brasil, interpretada por muitos como reflexo das políticas de contenção de gastos dos governos federal e estaduais.

Tais universidades, geridas como empresas privadas voltadas ao lucro, superaram em número de discentes as suas congêneres públicas, e modificaram, em aspectos importantes, a forma de se conduzir o ensino universitário no Brasil, a exemplo da abertura e ampliação considerável dos chamados cursos sequenciais (predominantes no segmento privado), com as novas possibilidades introduzidas pela LDB 9394 de 1996; cursos, estes, de curta duração, e voltados, especificamente, à formação de profissionais destinados ao mercado de trabalho.

Com um discurso de maior racionalização dos recursos, autonomia e avaliação institucional, os governos Collor, Itamar e Cardoso transformaram e massificaram ainda mais a educação superior brasileira, criando novas exigências e também possibilidades para as universidades públicas.

No debate a respeito da reforma universitária, a década de 90 é marcada por premissas que advogam mudanças nas formas de organização e gestão do Estado, por meio de uma administração pública gerencial eficiente, que balize “o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado” (PEREIRA, 1998: 33). A saúde, a educação, a cultura e a pesquisa científica compõem, nesse projeto, o setor de serviços não-exclusivos, os quais o “Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal (não-governamental)”. Tal lógica implica alterações substantivas no campo educacional, no que se refere à organização jurídica das instituições educativas, ao possibilitar, entre outros aspectos, novos processos de regulação e gestão e formatos de privatização na arena educacional.

Essa visão, por sua vez, produziu também muita controvérsia, cuja oposição é marcada pela percepção do Estado como patrimonial, composto por arenas tradicionais do poder político, que sofrem ajustes na direção da mercantilização das condições societárias, agravando ainda mais, segundo tais concepções, o horizonte das conquistas sociais, ao “transformar direitos em bens, subjugando o seu usufruto ao poder de compra do usuário, diminuindo a importância das lutas sociais em prol da cidadania pelo culto às leis do mercado”. Perspectiva, esta, muito frequente no meio acadêmico, notadamente em universidades públicas, ao contrapor ensino como bem público à ensino como mercadoria.

Deixando de lado as tensões que as mudanças recentes no ensino superior vêm produzindo no interior da sociedade brasileira e, em particular, no meio acadêmico, algumas consequências importantes precisam ser registradas nesse novo cenário.

A esse respeito, Porto & Régnier (2003) apontam algumas das principais características que emergem no contexto atual do ensino superior, como resultado das últimas políticas governamentais voltadas a esse setor da sociedade. São elas:

- 1) Diversificação ampla dos tipos e modalidades de cursos oferecidos – nos cursos tradicionais de graduação, a eliminação da rigidez dos currículos mínimos, a implantação de novas diretrizes curriculares e a redução do tempo mínimo de integralização para três anos respondem pela diversificação. A isso crescem as modalidades não convencionais de oferta, tais como: cursos técnicos, tecnólogos, sequenciais, educação continuada, cursos de especialização, pós-graduação lato e *stricto sensu* – cada qual voltada para um tipo específico de clientela com necessidades diferenciadas.
- 2) Profissionalização da gestão das instituições de ensino superior – as instituições de ensino brasileiras, premidas pela abertura de novas janelas de oportunidade de um lado e pelo aumento da concorrência de outro, estão começando a adotar modelos de gestão que focalizam controle de custos, diferenciação e a atuação profissional – se antes os quadros eram ocupados exclusivamente por professores com capacidade de docência mas sem experiência administrativa, o foco começa a mudar: “as instituições de ensino no país sempre foram operadas mais por educadores-empresários do que por empresários-educadores. Hoje a profissionalização é fundamental. Simplesmente não vai dar para atender a demanda que vem por aí com o modelo antigo.”
- 3) Difusão da cultura da avaliação – antes restritos à pós-graduação, os processos avaliativos regulados ou a cargo do governo federal se ampliaram, como pode ser demonstrado pela implantação do Exame Nacional de Cursos (o Provão), pelo Exame das Condições de Oferta e pelos procedimentos para o “reconhecimento de cursos de graduação já autorizados, para a transformação de faculdades integradas em Centros Universitários ou Universidades e para o recredenciamento periódico de universidades e centros universitários”. Mas além destes, a prática da avaliação pode ser também percebida pelo desenvolvimento de novos instrumentos e procedimentos que operam em paralelo, contemplando critérios e fórmulas de cálculo distintos dos utilizados pelo MEC mas que servem de referência para as instituições – como o sistema de avaliação proposto pelo CRUB no qual as instituições aderem de forma vo-

luntária – fortalecendo as bases de uma ‘cultura da avaliação’ que em tese estaria defendendo a manutenção da qualidade dos cursos.

- 4) Atração de novos investimentos para a educação superior – frente às estimativas de expansão do sistema – tanto nas atividades finalísticas como nas atividades meio, o setor vem atraindo investimentos de capital oriundos de outras frentes que não do campo educacional. Esta ampliação de atuação e sua expectativa de crescimento continuado é o que permite provisões como as veiculadas por Peter Drucker: ‘A educação será a indústria de maior crescimento nos próximos 20 anos, acompanhada pela saúde’ (Porto & Régnier, 2003: 62-3).

Contudo, para esses autores, nenhuma transformação é de maior impacto e de maiores consequências futuras que aquela associada à diversificação nas modalidades de cursos. Para eles, trata-se de uma “profunda mudança do sistema”, que alguns especialistas denominariam mesmo como uma verdadeira “revolução silenciosa”, “não planejada e que estaria ocorrendo nos interstícios do sistema burocrático de gestão e controle das instituições” (Porto & Régnier, 2003: 62).

Em suas palavras:

Esta ‘revolução’ (...) corresponderia à abertura de novas oportunidades de acesso ao ensino superior a uma população que tradicionalmente permaneceu alijada do mesmo. Em um primeiro momento, o crescimento se dá nas margens, ou seja, nas modalidades menos reguladas, seja pelo Estado e seus procedimentos burocráticos, seja pelas corporações profissionais. No entanto, o próprio ritmo e natureza da expansão (por alguns tida como ‘desregulada’), cria situações tais que forcem as instâncias normativas a uma tomada de posição, criando e recriando as ‘regras para o jogo’, ao mesmo tempo em que evidencia a necessidade de revisão de estruturas consagradas, como por exemplo a questão da proteção do mercado de trabalho que tem por base o credencialismo. (Porto & Régnier, 2003: 62)

Neste cenário, destaca-se o papel que as instituições particulares vêm assumindo. Para os últimos governos, essa expansão dever-se-ia apoiar, necessariamente, nesse tipo de ator, que já participa com quase 70% do total das matrículas no ensino superior brasileiro; tendência que aponta para um contínuo crescimento. No entanto, como bem assinalam os últimos autores, “o setor privado não é homogêneo, e cada vez diferencia-se mais entre si, assumindo características bastante distintas, e por vezes opostas em termos de orientação dos interesses, da quali-

dade dos produtos e serviços prestados, da natureza da gestão etc.” (Porto & Régnier, 2003: 63).

Outras tendências futuras apontadas no mesmo estudo são as seguintes:

- Interiorização do ensino.
- Consolidação da pós-graduação.
- Melhoria na qualificação do corpo docente.
- Aumento da produtividade do sistema.

Enfim, para os citados autores, em que pesem dificuldades relevantes no sistema brasileiro do ensino superior, “como a questão cada vez mais pendente da qualidade do ensino ministrado, da contínua crise nas instituições públicas e da ineficiência e/ou descontinuidades dos esquemas de financiamento, a década de 1990 está longe de ser uma década perdida para o Brasil neste campo”. De acordo com Porto & Régnier (2003:62):

Se o País não logrou implantar todas as reformas previstas, caindo paralisadas algumas medidas importantes como a questão da autonomia das universidades públicas, não se pode negligenciar aos avanços que foram feitos. Dentre eles destacam-se o desenvolvimento de um sistema nacional de avaliação, os incentivos para o desenvolvimento do ensino a distância, em particular com a criação da Unirede, a liberação para os cursos sequenciais, apenas para citar os mais relevantes.

Contudo, na contraposição ao quadro acima, historicamente, o pólo menos otimista na análise do tema da reforma universitária tem denunciado o que têm entendido como concepção “tendência universalista abstrata” nas leis educacionais brasileiras, ao longo dos últimos anos.

Para esse pólo, nesses últimos trinta anos, verifica-se, crescentemente, a inadequação das leis à realidade concreta e às singularidades que compõem o diversificado campo do ensino superior brasileiro, o que tem levado a uma tensão permanente entre os que defendem as regras vigentes e os que querem alterá-las, procurando adaptá-las às tendências apontadas anteriormente.

Seguindo essa linha de argumentação, a análise parte dos desdobramentos ocorridos no campo do ensino superior brasileiro, desde a implementação da já citada Lei 5.540, que instituiu a reforma universitária, em 1968; a qual inspirou os princípios da Constituição de 1988 e que, grosso modo, continua sendo o paradigma de organização do ensino superior em nosso País.

Assim, a reforma de 1968, que concebeu o padrão universitário como modelo de instituição de ensino superior, estabelece que “o ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado”; e que “As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos”.

Não obstante, em que pesem tais responsabilidades atribuídas às universidades, a partir de 1968, a enorme demanda por vagas no terceiro grau foi atendida por uma política de expansão de estabelecimentos isolados de ensino superior privado. Assim, os novos cursos concentraram-se nas áreas de ciências humanas e se caracterizaram pelos seus baixos custos e altos lucros. Com efeito, a chamada indústria do ensino teria se constituído, segundo essa última perspectiva, principalmente, de instituições transmissoras de conhecimento, o que resultou no enorme espaço adquirido pelas instituições privadas, conforme já se destacou anteriormente.

Porém, as atividades de pesquisa concentraram-se nas universidades públicas e apenas em algumas particulares, notadamente nas universidades católicas. A diversidade do sistema, que pouco tinha a ver com a lei da reforma, trouxe, então, consequências importantes na configuração do ensino superior, na qualidade do ensino e na relação entre escola pública e privada. Contudo, segundo muitos analistas, todo esse processo de transformações que acabou por resultar no crescimento pela via privada do ensino superior, trouxe sérias distorções no atendimento da demanda, a exemplo da continuada elitização do ensino público, com as camadas mais pobres da população passando, cada vez mais, a frequentar cursos pagos. Visão, esta, menos otimista que a apontada anteriormente, ao se acentuar a ampliação diversificada dos novos cursos e perfis profissionais. Ou seja, permanece, segundo essa perspectiva crítica, o hiato entre demanda e oferta, e, principalmente, entre qualidade e massificação.

Tudo isso aponta para o que já se destacou, aqui, a respeito da necessidade de se ampliar a discussão, para algo além dos aspectos puramente técnicos ou de ordem estritamente organizacional ou relacionados à gestão, centralizando-se o debate a partir da conexão entre as mudanças previstas (e já em curso) em todo o contexto nacional e internacional e o tema da autonomia universitária. A ideia do presente trabalho é que este é o chamado “nó górdio”, a pedra de toque da reforma universitária a ser construída e implementada. Enquanto esse aspecto não for devidamente enfrentado e superado, com todos os conflitos que estão à montante e à jusante do campo do ensino superior no País, tudo o mais poderá ser muito pouco: a diversificação de modalidades de cursos, a ampliação para os cursos sequen-

ciais, o surgimento de novos formatos de currículos, e assim por diante. E, obviamente, no que tange à autonomia, a problemática do financiamento e da regulação do sistema é um de seus aspectos cruciais.

Olhando retrospectivamente, em meados da década de noventa, com a promulgação da nova LDB, são consolidados os princípios constitucionais da gratuidade do ensino público, da gestão democrática do ensino público e da garantia do padrão de qualidade. No artigo 54 dessa Lei, amplia-se o conceito de autonomia ao definir que “As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal”. Complementando, conforme o artigo 53, item 10, no exercício da autonomia universitária será assegurado, entre outras atribuições, “receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas ou privadas”.

Já, na reforma de 1968, o princípio da autonomia foi mais flexível do que a Constituição, ao definir que esta seria exercida na “forma da lei” e dos “estatutos” das universidades, abrindo espaço para uma autonomia diferenciada de cada instituição. No mesmo sentido, a LDB foi mais maleável do que a Carta Magna, ao estender o conceito de autonomia “a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público”. (Artigo 54, parágrafo 2º).

Com a aprovação dessa LDB, a proposta de mudança constitucional no artigo 207, sobre autonomia, foi fortalecida. Em síntese, na opinião das entidades estudantis e de docentes, a definição constitucional é boa e não precisa ser alterada. Por parte do governo, é insuficiente para dar conta da diversidade do sistema de ensino superior e das diferenciações de cada instituição. Aí está, portanto, o foco central da polêmica, na qual se atrelam os difíceis temas da isonomia, do “padrão unitário de qualidade”, da descentralização regional e assim por diante, reeditando antigos temas e controvérsias, desde os idos de fins da década de 60. Problemas específicos, mas, também, não exclusivos do meio acadêmico.

A esse respeito, fazendo breve incursão na visão mundial sobre as universidades, para o sociólogo inglês, Anthony Giddens, estas instituições enfrentam os mesmos problemas de muitas outras instituições modernas: o Estado não poderá mais sustentá-las totalmente, e elas não podem ser deixadas inteiramente nas mãos da iniciativa privada, porque não se encaixam na filosofia do mercado.

Giddens ainda afirma sobre este cenário contemporâneo que “Instituições como hospitais e universidades, por exemplo, têm que encontrar um meio de se

reestruturar num tipo de associação entre o Estado e os incentivos de mercado. Numa era em que fica mais e mais evidente que os serviços públicos não vão ser mais financiados como antes, o desafio dessas instituições – e isso, acredito, em muitas partes do mundo – é descobrir que espécie de parceria deve ser criada para enfrentar de modo eficiente, e sem nostalgia, uma nova era” (Giddens, 1990: 76).

Dessa forma, alguns aspectos devem ser pontuados para melhor entendimento do quadro atual. O primeiro elemento que se distingue é a velocidade e o caráter permanente das transformações. Mudanças que antes teriam levado décadas ou mesmo séculos hoje se completam num espaço muito curto de tempo. Além disso, muitas destas transformações tornaram-se permanentes, gerando um estado intermitente de crise, ao qual os indivíduos ainda terão de se acostumar.

Ainda nesse sentido, o segundo aspecto a ser considerado no quadro atual de discussão e construção de uma reforma universitária consequente é o crescimento impressionante da quantidade de conhecimentos e de informações. Se há pouco mais de um século todos os conhecimentos disponíveis cabiam dentro de uma pequena biblioteca e podiam ser dominados por um só ser humano, atualmente isto é impossível. Os indivíduos necessitam especializar-se, fazer opções, escolher recortes sempre mais restritos da realidade sobre os quais concentram seus conhecimentos.

Em terceiro lugar, o mundo contemporâneo caracteriza-se pela capacidade extremamente grande de armazenamento e de transmissão de conhecimentos e informações num espaço e tempo cada vez menores. “Este é o primeiro momento da história”, diz-nos Castells, “no qual o novo conhecimento é aplicado principalmente aos processos de geração e ao processamento de conhecimentos e da informação” (Castells, 1996: 11). Com estes recursos, o mundo tornou-se globalizado, interligando os pontos mais remotos, através de meios eletrônicos de comunicação, em tempo real. Países, comunidades, empresas e até mesmo os indivíduos tornaram-se completamente interdependentes.

Essas mudanças refletem-se sobre a essência mesma da sociedade e do próprio ser humano, a ponto de parecer justificado perguntar se ainda é possível falar da sociedade ou do ser humano, no mesmo sentido como se fazia há algumas décadas. Há muitos que, como Otávio Ianni, acreditam ser necessário elaborar uma nova teoria sistemática da sociedade e do ser humano para dar conta deste novo cenário, o que atinge, fortemente, a questão da formação de recursos humanos e a problemática da reforma universitária.

Em termos gerais, a universidade brasileira continua formando para uma sociedade industrial, ou, na melhor das hipóteses, pós-industrial, que, conforme

mostra Castells (1996), já foi ou pelo menos vem sendo substituída por novo modo desenvolvimento – o “informacionalismo” – que requer abordagens inovadoras, ampliação das possibilidades de utilização das modernas tecnologias de comunicação e assim por diante.

Finalmente, no enfrentamento entre duas concepções de “coisa pública” no Brasil, tanto a conotação de “público estatal” como a de “público não-estatal” – o que parece ser a dicotomia mais representativa da diacronia do tema da reforma universitária no País – estão a demandar maiores esforços teóricos e conhecimentos empíricos sobre a complexidade do campo do ensino superior brasileiro e de suas mudanças mais importantes e necessárias.

O debate brasileiro e a prática da reforma universitária ainda são tímidos para fazer aflorar os reais problemas do sistema de ensino superior brasileiro, e as estratégias que precisam ser mobilizadas, no campo político – o que inclui muita negociação – para levar adiante o importante desafio de pensar e estruturar uma universidade forte e definitivamente integrada em seu tempo.

É ainda frágil, de um modo geral, a compreensão de público como espaço plural, livre, independente e, ao mesmo tempo, comprometido com o contexto social mais abrangente, entre os membros que integram a chamada comunidade acadêmica brasileira; e isso parece algo importante a nortear as próximas discussões.

Ao longo destes trinta anos, a discussão e a prática da reforma universitária no Brasil têm se pautado ainda pelas propostas iniciais da LDB de 1968. Carece o momento de novo alento, novos temas e abordagens criativas, para o surgimento de uma universidade moderna e atuante no meio social. Nesse sentido, a reforma universitária que se prega hoje está, de certo modo, atualizada com as demandas da sociedade de trinta anos atrás, sem ter demonstrado, contudo, a não ser muito isoladamente, em poucas vozes, a ousadia de discutir as atuais necessidades e pressões do mundo contemporâneo.

### **Considerações finais**

Buscar explicitar essas tensões no tratamento do tema da reforma do ensino superior no País foi um dos objetivos do presente artigo. A necessidade não apenas de ampliar o debate, mas de efetivamente começar a tocar nas questões mais espinhosas do tema e avançar na construção de propostas eficazes, voltadas, sobretudo, para a modernização das estruturas burocráticas da maioria de nossas

instituições de ensino superior, notadamente as públicas, bem como centralizar a problemática da qualidade, são outros aspectos que precisam ser de fato considerados, ainda hoje.

Muitos dos problemas apontados, apenas se repetem sob novos rótulos. Os reais dilemas permanecem. Entre estes, o que é possivelmente o nó górdico, como se procurou ressaltar em vários momentos desta reflexão, a saber: a discussão sobre a autonomia. A controvérsia é grande, pois cada ator acaba por desenvolver um próprio e muito diferenciado conceito de autonomia, consoante com seus interesses corporativos e políticos. Não obstante, deve ser enfrentada, na perspectiva do que parece ser a garantia de uma das mais importantes características do campo do ensino superior brasileiro, sua diversidade de formas e padrões organizativos. Nesse sentido, o pior caminho a seguir, é, possivelmente, a formulação de políticas que vão no sentido oposto ao desta diversidade, na linha da centralização e do modelo único de reforma. Destacar esses aspectos foi um dos objetivos principais do presente artigo.

## Referências

- ANDIFES. *Lei orgânica das Universidades – proposta de um anteprojeto de Lei*. Brasília: Documento oficial publicado na Revista Educação Brasileira, Vol 18, nº 37. 1996.
- BARRETO, F. C. de Sá & SCHWARTZMAN, J. *Ensino superior no Brasil: crescimento e alternativas*. Educação Brasileira, Brasília, v.21, n.42. pp. 11-39, jan/jun.1999.
- BELLONI, I. *Avaliação da Universidade: por uma proposta de avaliação consequente e compromissada política e cientificamente*. Campinas: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, v. 3, n. 4, pp. 37-50, dez.1998.
- BICUDO, M. A. V. *Reestruturação acadêmica e desenvolvimento regional*. Brasília: Educação Brasileira, v.23, n. 46, pp. 11-22, jan/jun.2001.
- BUARQUE, C. *A Aventura da universidade*. São Paulo: Editora UNESP & Paz e Terra, 1993.
- CASTRO, C. M. & LEVY, D. C. *Educação superior na América Latina e no Caribe: um estudo estratégico*. Revista Educação Brasileira, 19 (39): 109-159, 2. sem. 1997. Tradução de Astrid Masetti Lobo Costa – PUC/MG.
- CASTRO, C. M. *Como será o ensino superior no ano 2000?* In: *O Livro da Profecia*. Coleção Senado. Volume I – Brasília, 1997, 155-173.

- CASTRO, C. M. *O ensino superior no Brasil. Economia & Desenvolvimento*. Rumos: para os novos tempos. V.24 N.165 a 170, out/99 a mar/00, pp. 16-19.
- CATANI, A. M. & OLIVEIRA, J. F. A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional e m questão. In : TRINDADE, H. (org.), *Universidade em ruínas na República dos professores*. Porto Alegre: Editora Vozes, CIPEDES. 1999.
- CHAUÍ, M. *A universidade operacional*. Folha de São Paulo, 09 de maio de 1999, pp. C-7.
- COELHO, I. M. *Ensino de graduação: a lógica de organização do currículo*. Educação Brasileira, Vol. 16, nº 33. Brasília, 1994.
- COELHO, I. M. *O ensino de graduação e currículo. Pró-Reitoria de Graduação*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, nov. 1994, 26p.
- CRUB. A Autonomia Universitária como principal dimensão da crise institucional da universidade brasileira. In: *Autonomia da universidade brasileira: vicissitudes e perspectivas*. Estudos e Debates, 1993.
- CRUB. *Posicionamento do CRUB sobre autonomia universitária*. Portaria CRUB nº 003/1996. Revista Educação Brasileira. Vol. 18, nº 37. Brasília, 1996.
- CUNHA, L. A. *A universidade reformada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1988.
- CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000
- CUNHA, L. A. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. *Cadernos de Pesquisas*, n.101, jul.1997a, pp. 20-49.
- CUNHA, L. A. O Público e o Privado na Educação Brasileira: fronteira em movimento? In: TRINDADE, H.(org). *Universidade em ruínas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- CURY, C. R. J. Lei de Diretrizes e Bases e Perspectivas da Educação Nacional. *Revista brasileira de educação*. São Paulo: nº. 8, pp. 72-85, maio/ago, 1998.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. *Revista rede de avaliação institucional do ensino superior*. Julho/1996. Ano I, Nº 1. pp. 15-25.
- DIAS SOBRINHO, J. Panorama latino-americano da avaliação institucional. In: *II Encontro Goiano de Avaliação Institucional*, Goiânia, 1999, agosto.
- DURHAM, E. R. & CUNHA, L. A. Crise e reforma do sistema universitário. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, 1996.
- DURHAM, E. R. A autonomia universitária. *Revista educação brasileira*, Ano XI, Nº 23, 1991.

- DURHAM, E. R. A institucionalização da avaliação. In: Durham, E. & Schwartzman, S. (Orgs.). *A avaliação do ensino superior*. São Paulo: Edusp, 1993.
- DURHAM, E. R. *As políticas recentes para o ensino superior na América Latina*. Documento de Trabalho. São Paulo: NUPES, USP, 1997.
- DURHAM, E. R. *O sistema federal de ensino superior: problemas e alternativas*. RCBS n.23, ano 8, out/93, 37p.
- DURHAM, E. R. *Uma política para o ensino superior*. Documento de Trabalho. São Paulo: NUPES, USP, 1993.
- FÁVERO, M. L. A. A universidade em questão: como recuperar suas relações fundamentais. In: *A universidade em questão*. São Paulo: Cortez, p.41-53, 1989.
- FÁVERO, M. L. A. et ALBUQUERQUE, L. *Autonomia universitária no Brasil: uma utopia?* Education Policy Analysis Archives 7(24): 1-8. 1999.
- FERNANDES, A. M. Por que não avaliar o sistema de ciência e tecnologia. In: FERNANDES, A. M. & SOBRAL, F. (Orgs.), *Colapso da ciência & tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.
- FRANCO, E. A. Expansão do ensino superior e a criação de novas universidades. *Educação brasileira*, V.16 N°. 33 p.229-250. Brasília, 1994.
- FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Editora Cortez, cap. IV, 1996, pp. 135-215.
- HABERMAS, J. “Ciência e técnica como ideologia”. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- LEITE, D. A Avaliação em Prática. *Revista rede de avaliação institucional do ensino superior*. Julho/1996. Ano I, N° 1. pp. 33-41.
- MARTINS, C. B. *Notas sobre o sistema de ensino superior brasileiro contemporâneo*. Nesub, 1999.
- MARTINS, C. B. O ensino superior no Brasil. In: *São Paulo em Perspectiva*. 7(1): 50-57, janeiro/março, 1993.
- MEC. *Enfrentar e vencer desafios*. Brasília: Abril de 2000.
- NEVES, A. A. B. Autonomia e reforma do ensino superior no Brasil. *Educação brasileira*. Brasília: 16(33):79-91, 2.sem.1994.
- OLIVEN, A. C. *A paróquialização do ensino superior: classe média e sistema educacional no Brasil*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1990.
- PAIVA, V. O novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. *Educação & Sociedade*, N°.45, agosto/93, pp. 309-327.

- PEREIRA, L.C.B. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Revista de Cultura Política*, nº 45, 1998: 89-95.
- PEREIRA, L.C.B. A reforma gerencial do Estado de 1995. *Revista de Administração Pública* nº 34 (4), 2000. pp. 55-72.
- PINTO, A. V. A questão da universidade. *Editora universitária*. São Paulo: CORTEZ, 1986, 102 p.
- RAMOS, A.G. *A nova ciência das organizações*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- RANIERI, N. B. S. Avaliação das universidades públicas estaduais. In: *Boletim de Direito Administrativo*, Nº 4, ANO17, Abril de 2001.
- RAVICHANDRA RAO, I K. Métodos quantitativos em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Brasília: ABDF, Washington: OEA, 1986.
- RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- SAMPAIO, H. *Ensino superior no Brasil – o setor privado*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2000.
- SAMPAIO, H. *Estabelecimentos de ensino superior privados : a heterogeneidade e a qualidade*. Documento de trabalho, NUPES, USP, 1998.
- SAVIANI, D. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SCHWARTZMAN, S. *Desempenho e controle na reforma administrativa*. Texto para discussão ENAP, Brasília, setembro de 1996.
- SCHWARTZMAN, S. O contexto institucional e político da avaliação. In: PAIVA, V. & WARDE, M. J. *Dilemas do ensino superior na América Latina*. Campinas: Papirus, pp. 143-178.
- SCHWARTZMAN, S. *O ensino superior no Brasil: à busca de alternativas*. Preparado para a apresentação no VI Fórum nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos, Rio de Janeiro, maio de 1996.
- SCHWARTZMAN, S. *O ensino superior: a busca de alternativas*. Educação Brasileira (Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), 18, 37, pp. 11-45, julho-dezembro, 1996.
- SEGENREICH, S. C. D. *Novos modelos de organização: um desafio à identidade da universidade neste final de milênio*. RBPAE v.15, n.1, jan/jun.1999, pp. 25-36.
- SGUISSARDI, V. *Educação superior: o Banco Mundial reforma suas teses e o Brasil reformará sua política?* Educação Brasileira. Brasília: v.22, n.45, pp. 11-53, jul/dez.2000.
- SOBRAL, F. A. Para onde vai a pós-graduação brasileira? In: SOBRAL, F; MACIEL, M. L. & TRIGUEIRO, M.G.S.; *A alavanca de Arquimedes: ciência e tecnologia na virada do século*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

- TEIXEIRA, A.L. & BECKER, F. “Novas possibilidades da pesquisa qualitativa, via sistemas CAQDAS”. In: *Sociologias*. Porto Alegre: Ano 3. N. 5, jan/jun, 2001.
- TRINDADE, H. A autonomia segundo o MEC: fragilidade política e ambiguidade conceitual. In: *Universidade em ruínas na república dos professores*. Porto Alegre: Vozes, CIPEDES, 1999.
- UNESCO. *Documento para política de mudança e desenvolvimento no ensino superior*. UNESCO, 1995.
- UNESCO. *Relatório para a Unesco da comissão sobre educação para o século XXI*. São Paulo:1998.
- VIEIRA, S. L. *O discurso da reforma universitária*. Proed. Fortaleza: Ed. UFCe, 1997.

### **Resumo**

Este artigo consiste numa reflexão a respeito do tema da reforma no campo do ensino superior brasileiro, destacando seus aspectos históricos e suas principais controvérsias nos últimos anos.

Palavras-chave: Educação superior; Políticas educacionais

### **Abstract**

This paper reflects on the issue of high education reform in Brazil highlighting its historical roots and major controversies in recent years.

Key words: High education; Educational policies

### **Resumen**

Este artículo ofrece una reflexión sobre el tema de la reforma en el ámbito de la educación superior en Brasil, poniendo de relieve sus aspectos históricos y sus importantes controversias en los últimos años.

Palabras clave: Educación superior; Políticas de educación

# INFORMAÇÃO



**Rubens de Oliveira Martins**

*Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pesquisador da CAPES junto ao CERLIS da Université René Descartes - Sorbonne/Paris V. Professor da UPIS. Assessor do Ministério da Ciência e Tecnologia.*

## ***Educação de jovens e adultos, e educação profissional técnica de nível médio: o caso do Mato Grosso do Sul***

### **Introdução**

Um projeto de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na modalidade a distância, no Estado do Mato Grosso do Sul necessita estar obrigatoriamente vinculado a um conjunto de políticas educacionais mais amplas. Tanto ao nível das demandas regionais específicas, quanto ao nível das políticas federais (de Estado e de Governo), garantindo orientação comum, legítima e comprometida com a melhoria dos níveis de qualificação dos recursos humanos no País. Isso de forma a garantir as estratégias de inserção mundial do Brasil, além de colaborar para a redução das desigualdades sociais historicamente existentes.

No que se refere à regulamentação educacional, serão considerados os princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nos decretos e portarias do MEC e nos recentes pareceres do Conselho Nacional de Educação.

Ao lado dessa regulamentação educacional, também devem ser consideradas as diretrizes que norteiam a política nacional de educação, destacando nelas os aspectos da diversidade de formação, a necessidade de utilização de novas tecnologias educacionais, a busca pela integração entre formação acadêmica e formação profissional. Finalmente, a proposta deve comportar uma estreita articulação com as diferentes políticas públicas que têm sido implementadas pelo governo federal, no sentido de reforçar o potencial brasileiro em educação, ciência, tecnologia e inovação, com mecanismos de aproximação entre a formação e qualificação profissional com as demandas estratégicas de desenvolvimento.

### **O contexto regional e educacional do Mato Grosso do Sul**

O Estado do Mato Grosso do Sul originou-se da divisão de Mato Grosso, definida por lei, em outubro de 1977, e faz parte da região Centro-Oeste do Brasil, juntamente com Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal; divide a fronteira ao sul com dois países: Bolívia e Paraguai. Com posição geográfica privilegiada, também faz divisa com cinco Estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso. A localização contribui muito para o seu desenvolvimento econômico, em face da proximidade dos grandes centros consumidores do País.

A extensão territorial de Mato Grosso do Sul corresponde a 22,2% da região Centro-Oeste e 4,19% do Brasil, com 357.124,96 km<sup>2</sup>. Vinte e cinco por cento desse total são de área do Pantanal sul-matogrossense, com 89.318 km<sup>2</sup>. O Estado é dividido em duas grandes bacias hidrográficas: a do Rio Paraná, constituída basicamente de chapadões, planaltos e vales, e a do Rio Paraguai, constituída de patamares, depressões e depressões inter-patamares, formando o Pantanal nas regiões chaquenha e pantaneira.

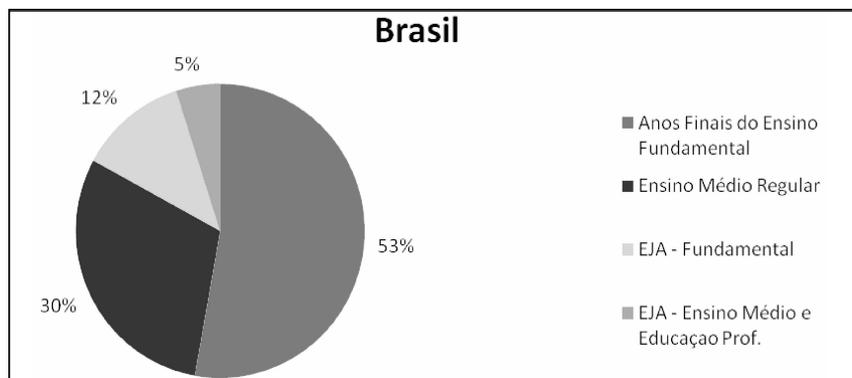
Sua localização geográfica privilegiada resultou no rápido desenvolvimento da região, que recebeu imigrantes portugueses, espanhóis e paraguaios, assim como mineiros, paulistas e nordestinos, entre outros.

De acordo com o Censo da Educação Básica 2008 (INEP/MEC), há hoje no Brasil 2.938.387 alunos matriculados na educação de jovens e adultos em nível fundamental (presencial), e 1.189.495 alunos matriculados em cursos de EJA vinculados ao ensino médio integrado à educação profissional.

No ensino médio regular, temos 7.297.807 matrículas e um total de 12.791.752 matrículas nos anos finais do ensino fundamental.

Considerando o total de matrículas de alunos no nível médio (regular e EJA) verifica-se que apenas 14% do alunado está matriculado na educação de jovens e adultos integrada ao ensino médio e profissional.

No gráfico abaixo é mostrada uma outra abordagem dessa realidade: aqui comparamos o total de alunos matriculados nesses quatro níveis e modalidades e obtemos o percentual da participação de cada uma delas, tanto no Brasil quanto no Estado do Mato Grosso do Sul. Como conclusão, pode-se constatar a grande demanda esperada pelo contingente potencial de egressos dos anos finais da educação fundamental, bem como a participação ainda tímida da educação de jovens e adultos em nível médio e vinculada à educação profissional.



De acordo com o Censo Escolar 2008 do IBGE a educação básica de Mato Grosso do Sul está evoluindo no que diz respeito à inclusão de alunos portadores de deficiência, oferta de cursos profissionalizantes e participação em atividades complementares. De maneira análoga ao que ocorreu em âmbito nacional, o número geral de matrículas, da creche ao Ensino Médio, se manteve estável.

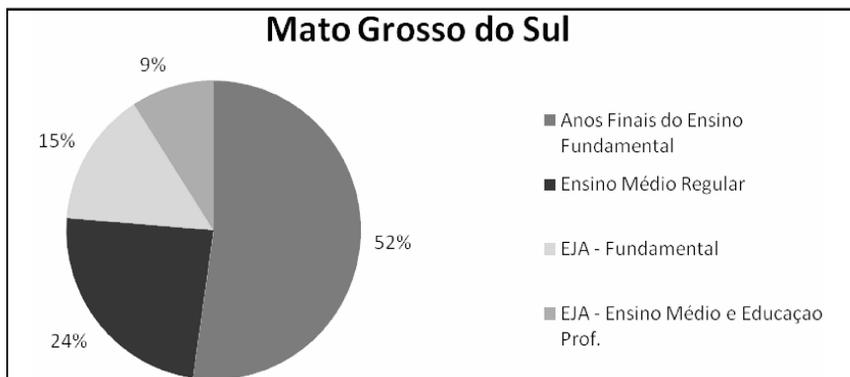
Em Mato Grosso do Sul, foram 689.989 matrículas em 2008, uma ligeira redução, de 0,1%, em relação às 690.657 de 2007. No ensino fundamental houve certa estabilidade, 425.094 alunos foram matriculados, o que corresponde a 3.318 a mais que em 2007. Uma curiosidade é que Mato Grosso do Sul tem o maior índice do País de alunos no ensino fundamental de nove anos: 99,99%, enquanto a média nacional é de 51,83%.

Ainda de acordo com o censo, o número de inscritos no ensino médio (em todas suas modalidades) caiu, em 3,7%, passando de 94.566 a 91.055. Uma explicação para isso é que as matrículas no EJA (Ensino de Jovens e Adultos) aumentaram em 5,9%, totalizando 81.870 no ano passado. Dos alunos do EJA, 59% fazem o ensino fundamental.

É importante ainda destacar a política de inclusão no Mato Grosso do Sul, que está absorvendo mais os portadores de necessidades especiais. Em 2007, houve redução de 9,8% nas matrículas nas salas de educação especial, que passaram de 5.920 a 5.340, devido ao fato de que o número de matrículas de portadores de deficiências em salas comuns cresceu 30,5%, passando de 4.484 a 5.850.

Finalmente, outro dado importante e indicativo de qualidade da educação no Mato Grosso do Sul é o aumento de 20,4% nas matrículas da educação profissional, passando de 5.852 a 7.045.

Considerando apenas o número de alunos em cursos que exercem demanda sobre o ensino médio, no Estado do Mato Grosso do Sul, temos a seguinte realidade: 169.533 matrículas nos anos finais do ensino fundamental; 78.016 alunos no ensino médio regular; 47.408 na educação de jovens e adultos em nível fundamental (presencial), e 29.508 alunos em cursos de EJA vinculados ao ensino médio integrado à educação profissional. Ou seja, considerando também o total de alunos em cursos de nível médio, no Estado de Mato Grosso do Sul temos cerca de 27% de alunos matriculados na educação de jovens e adultos integrada ao ensino médio e profissional, que significa quase o dobro da média nacional.



Em termos populacionais, de acordo com o Censo do IBGE (2007), o Mato Grosso do Sul tem 77 municípios, com a população total de 2.265.274 habitantes, sendo 1.915.440 em áreas urbanas, e 349.834 em áreas rurais, com uma taxa de alfabetização de 89,9%.

Em Campo Grande, segundo dados do IBGE (2007), havia 724.524 habitantes (cerca de 30% da população do Estado), e a taxa de alfabetização de 94,6%.

Em relação à média de anos de estudo das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, o Estado apresenta a média de 5,7 anos, idêntica à média nacional, mas que se mostra abaixo, por exemplo, das médias encontradas nos Estados do Sudeste como São Paulo (6,7) e Rio de Janeiro (7,1), ou no Distrito Federal (8,1).

No que se refere ao valor do rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes em Reais (R\$), enquanto a média nacional é de R\$ 769,00, São Paulo apresenta o valor de R\$ 1.076,00; Rio de Janeiro conta com R\$ 960,00; o Distrito Federal R\$ 1499,00 e o Mato Grosso do Sul com o valor de R\$ 731,00, portanto abaixo da média nacional.

Considerando os dados acima apresentados, pode-se afirmar que o Estado de Mato Grosso do Sul apresenta destacados indicadores educacionais quando comparados à média nacional; porém ainda convive com indicadores mais baixos de renda e de anos de estudo em relação a outras unidades da Federação.

Finalmente, o Estado do Mato Grosso do Sul tem importante potencial estratégico, no que se refere à consolidação de um pólo regional de fixação de populações, bem como de atração e interiorização de recursos humanos qualificados na Região Centro-Oeste, considerando as atuais desigualdades de distribuição populacional no Brasil.

Segundo o estudo do CGEE, “Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais”:

Os dados sobre as relações entre diversos indicadores da transição demográfica e a renda familiar per capita mostram que as diferenças sociais levam, no Brasil, a desigualdades demográficas maiores que as observadas entre as diferentes regiões. A transição demográfica aparece, nitidamente, nos seus diversos momentos, quando é analisada segundo as condições sociais e econômicas da população. Os benefícios e os bônus demográficos, assim como os desafios, são distintos, segundo a diversidade social. Somente levando este fato fundamental em consideração é que as políticas públicas, com o objetivo de promover justiça social, poderão aproveitar os bônus e benefícios demográficos, assim como levar a sociedade a se preparar para enfrentar os desafios gerados por essa mesma transição demográfica (CGEE, 2008: 143).

Ou seja, a questão da atual “transição demográfica” e seus problemas de concentração de migrações está intimamente ligado à capacidade regional de criar alternativas de formação educacional e de geração de emprego qualificado, capaz de atrair e fixar os recursos humanos na sua própria região, resultando em melhores índices de ocupação do território, desenvolvimento local e minimizando a saturação dos grandes centros urbanos e o desemprego estrutural nele existente.

### **As demandas de educação profissional de jovens e adultos no Mato Grosso do Sul**

Diante dos indicadores sócio-educacionais acima apresentados, torna-se fundamental o papel das ações governamentais de indução do potencial de desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso do Sul.

Entre essas ações, a principal refere-se à área educacional, em todos os níveis, porém com ênfase cada vez mais voltada para o atendimento de uma demanda estratégica de seu desenvolvimento, qual seja, a formação e qualificação dos recursos humanos; em especial de nível médio vinculado ao ensino profissional, como garantia de formação orientada para o mundo do trabalho e de geração de empregos e riquezas de acordo com a vocação regional do Estado.

Não se trata apenas de uma política de expansão da rede de educação básica, mas de expansão qualificada das ofertas e possibilidades de formação, em que o Estado do Mato Grosso do Sul, por meio de seu Conselho Estadual, passa a

exercer orientação indutora para cursos e metodologias vinculados às exigências atuais da Região bem como suas especificidades.

Entre essas particularidades, presentes na realidade do Mato Grosso do Sul, é preciso destacar a existência de grandes “vazios”, especialmente na área pantaneira, e as grandes distâncias entre alguns municípios, que nem sempre contam com o acesso imediato aos bens culturais presentes nas áreas mais centrais e urbanas.

De acordo com a própria Superintendência de educação básica e ensino médio da Secretaria de Estado de Educação, entre os vários desafios para o ensino médio no Mato Grosso do Sul pode-se destacar:

- Expansão e diversificação de demandas diferenciadas do Ensino Médio.
- Ampliar a oferta do atendimento da Educação de Jovens e Adultos de Ensino Médio (correção de fluxo/qualidade).
- Estruturar e ampliar a oferta do Ensino Médio do Campo (identidade própria/alternância/migração/qualidade).
- Implementar o atendimento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de Nível Médio (assegurar sólida formação geral e conhecimentos e habilidades específicos da ocupação e da organização e gestão do trabalho).
- Garantir uma unidade escolar dinâmica, com flexibilidade de horários e metodologias variadas, possibilitando ao aluno trabalhador, a busca do conhecimento científico e a qualidade de ensino e aprendizagem.
- Adequar o ensino médio noturno às necessidades características dos alunos, por meio de flexibilidade de horários, opções programáticas e metodológicas diferenciadas das classes diurnas, distribuição harmônica do tempo, acesso a todos os recursos.
- Reordenamento do sistema, otimizando os espaços, fortalecendo às exigências da demanda para as diferentes modalidades.
- Aquisição de equipamento de laboratório de Informática, laboratório de Ciências da Natureza, laboratório de Ciências Humanas, laboratório de Linguagens, Telesalas.
- Inclusão no Projeto Político Pedagógico do atendimento do Ensino Médio para proporcionar uma formação geral do aluno (Ensino Médio Integrado).
- Reordenamento do sistema, otimizando os espaços, fortalecendo às exigências da demanda para as diferentes modalidades.

Considerando tais desafios e as potencialidades que o Sistema Educacional do Mato Grosso do Sul possui, percebe-se a oportunidade da utilização da metodologia de educação a distância, como possibilitadora de ações de democratização do acesso à educação básica e superior (em seus múltiplos formatos de informação e conhecimento). Por meio da metodologia a distância, torna-se possível o contato de populações de regiões mais afastadas com professores e conteúdos antes inalcançáveis, permitindo fixar as populações em seus municípios, propiciando o desenvolvimento local em termos culturais e econômicos, com aumento de renda, oferta de novos empregos mais qualificados, e indução de novas microempresas resultantes da popularização do uso de tecnologias de informática (tais como lojas de suprimentos, Cybers Cafés etc). Finalmente, como subproduto ainda do uso intensivo da metodologia de Educação a Distância, pode-se antever maior participação em termos de cidadania e de interesse pela coisa pública, pelo desenvolvimento do senso crítico advindo do contato com realidades distantes possibilitadas imediatamente pela Internet.

### **As bases legais e de articulação de políticas para um projeto de EJA e educação profissional de nível médio**

Um projeto educacional que pretenda abranger tanto o nível regional-local do Estado do Mato Grosso do Sul deve estar articulado com as principais políticas nacionais para essa modalidade de ensino, obedecendo seus eixos teóricos e sua regulamentação específica.

Nesse sentido, os marcos legais que embasam o desenvolvimento desse projeto estão no Plano Nacional de Educação e na Lei de Diretrizes e bases da Educação – LDB, analisados e detalhados a seguir, bem como nos recentes planos estratégicos governamentais, como o Plano de Desenvolvimento da Educação e o Plano de Aceleração do Crescimento.

O Plano Nacional de Educação- PNE, regulamentado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, é de ação estratégico do estado brasileiro que norteia as diferentes políticas governamentais.

Entre os objetivos estabelecidos no PNE para o ensino médio, destaca-se a preocupação em implantar e consolidar, no prazo de cinco anos, uma nova concepção curricular e uma revisão da organização didático-pedagógica e administrativa do ensino noturno, de forma a adequá-lo às necessidades do aluno trabalhador, sem prejuízo da qualidade do ensino.

No que se refere à modalidade de educação de jovens e adultos, o PNE afirma a importância da integração dos programas de educação de jovens e adultos

com a educação profissional, aumentando sua eficácia e tornando os egressos mais atrativos e competitivos, de forma articulada com a percepção dos empregadores no que se refere a apoiar essas iniciativas de formação permanente: permitindo jornadas de trabalho compatíveis com o horário escolar; concedendo licenças para frequência em cursos de atualização; ou implantando cursos de formação de jovens e adultos no próprio local de trabalho.

Para atender a esses objetivos, o PNE define a necessidade de elaboração de parâmetros nacionais de qualidade para as diversas etapas da educação de jovens e adultos, respeitando-se as especificidades da clientela e a diversidade regional e o aperfeiçoamento do sistema de certificação de competências para prosseguimento de estudos. Além disso torna-se necessário expandir a oferta de programas de educação a distância na modalidade de educação de jovens e adultos, incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais e de forma articulada com a oferta de cursos básicos de formação profissional.

Finalmente, no que se refere à educação tecnológica e formação profissional, o PNE estabelece a necessidade de permanente revisão e adequação às exigências de uma política de desenvolvimento nacional e regional, dos cursos básicos, técnicos e superiores da educação profissional, observadas as ofertas do mercado de trabalho, em colaboração com empresários e trabalhadores nas próprias escolas e em todos os níveis de governo. Com isso, espera-se ampliar a capacidade de atendimento da população excluída do mercado de trabalho, seja porque não concluiu o ensino fundamental ou o ensino médio, seja porque precisa de se readaptar às rápidas mudanças e novas exigências do mercado de trabalho.

Ainda de acordo com o PNE, as possibilidades da educação a distância são particularmente relevantes quando analisamos o crescimento dos índices de conclusão do ensino fundamental e médio. Assim, os cursos a distância desempenham papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio para jovens e adultos insuficientemente escolarizados.

O PNE incentiva a ampliação do conceito de educação a distância para incorporar todas as possibilidades que as tecnologias de comunicação possam propiciar a todos os níveis e modalidades de educação, seja por meio de correspondência, transmissão radiofônica e televisiva, programas de computador, Internet, seja por meio dos mais recentes processos de utilização conjugada de meios como a telemática e a multimídia.

Também se defende que, no conjunto da oferta de programas para formação a distância, seja permitida a diversidade de iniciativas e modelos, para que as tecnologias de EAD sejam exploradas em todo seu potencial como ins-

trumento para enriquecimento curricular e a melhoria da qualidade do ensino presencial.

A LDB, Lei 9.394/96, que define os princípios gerais que regem a educação nacional, se refere ao ensino médio em seu Art. 35 e dispõe que o tem entre suas finalidades: “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”.

Modificação recente na LDB (feita pela Lei nº 11.741, de 2008), incluiu o Art. 36-A, explicitando que o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas, e que tal “preparação geral para o trabalho” ou a “habilitação profissional”, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Assim, fica estabelecido o vínculo entre o ensino médio e a educação profissional técnica, também definido no Art. 36-B, que explicita que a educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I – articulada com o ensino médio; ou II – subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

A educação profissional técnica de nível médio articulada com o ensino médio será então desenvolvida de forma integrada e oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

Também pode ocorrer que a educação profissional técnica de nível médio seja desenvolvida de modo concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: na mesma instituição de ensino, em instituições de ensino distintas; ou ainda em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

No que se refere à educação de jovens e adultos, o Art. 37 da LDB estabelece que ela é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Assim, os sistemas de ensino devem assegurar gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Recentemente, em 2008, a Lei nº 11.741, de 2008 altera os dispositivos da LDB referentes à educação de jovens e adultos e à educação profissional técnica de nível médio, que consolida o entendimento de que o ensino médio também deve ter a vertente de preparar os alunos para o exercício de profissões técnicas.

Dessa forma, os cursos de educação profissional e tecnológica podem ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino, e abrangem cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

A regulamentação para educação de jovens e adultos encontra-se na Resolução CNE/CEB nº 1/2000, de 5 de junho de 2000, que define que cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos dessa modalidade, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos, vedando a matrícula de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, e explicitando regras para os exames, inclusive para o caso de metodologia de EAD.

No que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio, encontram-se no Parecer CNE/CEB nº 39/2004, de 8 de dezembro de 2004, explicitando que os estudos concluídos no ensino médio serão considerados como básicos, para a obtenção de habilitação profissional técnica de nível médio, decorrente da execução de curso de técnico de nível médio realizado nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio.

O Parecer também define que os cursos de educação profissional técnica de nível médio realizados de forma integrada com o ensino médio, terão suas cargas horárias totais ampliadas para um mínimo de 3.000 horas para as habilitações profissionais que exigem mínimo de 800 horas; de 3.100 horas para aquelas que exigem mínimo de 1.000 horas e 3.200 horas para aquelas que exigem mínimo de 1.200 horas. Já os cursos realizados nas formas concomitante ou subsequente ao ensino médio devem considerar a carga horária total (nas modalidades regular ou de educação de jovens e adultos) e praticar a carga horária mínima exigida pela respectiva habilitação profissional, da ordem de 800, 1.000 ou 1.200 horas, segundo a correspondente área profissional.

O Conselho Nacional de Educação se manifestou sobre o tema, por meio do Parecer CNE/CEB nº 23/2008 e do Parecer 6/2010 (ainda não homologados pelo

Ministro da Educação), que apresentam proposta para as diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos – EJA, no que se refere à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e as regras para sua oferta na modalidade a distância.

Quanto à duração dos cursos presenciais de EJA, a proposta do CNE mantém a formulação do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular, da seguinte maneira:

- I – para os anos iniciais do ensino fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino;
- II – para os anos finais do ensino fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;
- III – para o ensino médio, a duração mínima deve ser de 1.200 (mil e duzentas) horas.

No caso da educação profissional técnica de nível médio integrada com o ensino médio, o CNE reafirma a duração de 1.200 (mil e duzentas) horas destinadas à educação geral, cumulativamente com a carga horária mínima para a respectiva habilitação profissional de nível médio, tal como estabelece a Resolução CNE/CEB nº 4/2005, e para o ProJovem, a duração estabelecida no Parecer CNE/CEB nº 37/2006.

A proposta do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que definia a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos para matrícula e assistência aos cursos de EJA (tanto para o ensino fundamental como para o ensino médio), foi reavaliada pelo Parecer CNE/CEB nº 6/2010, que determina que será considerada idade mínima de 15 (quinze) anos completos para os cursos de EJA e para realização de exames de conclusão de EJA do ensino fundamental.

No caso de cursos de EJA a distância, o parecer dispõe que os alunos só poderão ser avaliados, para fins de certificados de conclusão, em exames de EJA presenciais, oferecidos por instituições especificamente autorizadas, credenciadas e avaliadas pelo poder público, dentro das competências dos respectivos sistemas, conforme a normas próprias sobre o assunto.

Também fica definido que os cursos de EJA desenvolvidos por meio da Educação a Distância – EAD sejam restritos ao segundo segmento do ensino fundamental e ao ensino médio. E destaca como fundamentais os seguintes aspectos:

- I – duração mínima de 1.600 (mil e seiscentas) horas, nos anos finais do ensino fundamental, e de 1.200 (mil e duzentas) horas, no ensino médio;
- II – idade mínima para o desenvolvimento da EJA, com mediação da EAD,

de 15 (quinze) anos completos para o 2º segmento do ensino fundamental e de 18 (dezoito) anos completos para o ensino médio;

III – os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos a distância serão coordenados pela União, em regime de cooperação com os sistemas estaduais;

IV – os atos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos a distância da educação básica no âmbito da unidade federada deve ficar ao encargo dos sistemas de ensino;

V – para a oferta de cursos de EJA a distância fora da unidade da federação em que estiver sediada, a instituição deverá obter credenciamento nos Conselhos de Educação das unidades da federação onde irá atuar.

### **Os desafios e perspectivas do ensino médio e profissional no Brasil**

De acordo com o Censo da Educação do INEP, o atendimento escolar da população de 15 a 17 anos, no Brasil, estabilizou-se no patamar um pouco acima de 80%, considerando-se a população estudantil na faixa sobre o total da população dessa faixa de idade.

Assim, verifica-se que a taxa de escolarização bruta no ensino médio no Brasil, na faixa de 15 a 17 anos, encontra-se estabilizada em torno de 85% (matrículas no ensino médio / População de 15 a 17 anos), e a taxa de escolarização líquida no ensino médio no Brasil, na faixa de 15 a 17 anos, estabilizou-se em torno de 44% (matrículas da população de 15 a 17 anos estudando no ensino médio / População de 15 a 17 anos).

Mais recentemente, com a divulgação dos resultados do Censo da Educação Básica 2008, verifica-se o aumento de 0,4%, em relação a 2007, ou seja, cerca de 203.940 alunos matriculados em todos os níveis da Educação Básica. Em números absolutos, o total de matrículas passou de 53.028.928 em 2007 para 53.232.868 em 2008.

No que se refere ao ensino profissionalizante, o Educacenso (INEP) revela que em 2008 o número de matrículas cresceu 14,7%, um dos mais altos índices de variação. Foram 795.459 alunos registrados contra os 693.610 do ano anterior. Segundo o MEC, paralelamente ao ensino médio, a educação profissional teve aumento de 19,6%.

Já a educação profissional subsequente – oferecida aos estudantes que já concluíram o ensino médio – atingiu a casa dos 10% no aumento de matrículas, o que ainda está aquém da meta das políticas do MEC, de que essa modalidade possa atingir cerca de 30% dos jovens de 15 a 17 anos.

Esses dados demonstram a permanência de desafios para a transformação do perfil da oferta do ensino médio, que se depara com obstáculos como: resistência cultural ao ensino profissional; inexistência de docentes preparados e de infraestrutura de escolas para atender tal demanda; inadequação das modalidades pedagógicas para atender às necessidades de alunos trabalhadores; inexistência de políticas integradoras de estágios vinculada à formação escolar; inexistência de uma oferta estrutura de cursos com perfil adequado às demandas regionais e locais por recursos humanos, etc.

Diante desse cenário, a política nacional para o ensino médio apresenta-se centrada nas seguintes propostas:

- Reelaboração conceitual e da identidade do ensino médio como nível de ensino vinculado à profissionalização, atingindo as necessidade de ensino médio no Campo e de EJA.
- Reestruturação curricular, vinculando as dimensões da ciência, cultura e trabalho.
- Valorização e qualificação dos profissionais da educação.
- Priorização na articulação e apoio do governo federal aos Estados.
- Expansão da oferta do ensino médio.

A regulamentação vigente no período do governo FHC (1995-2002) estabelecia que a expansão das escolas técnicas federais deveria ser feita em parceria com Estados e municípios, sob o entendimento de que não era papel do governo federal ser mantenedor de uma rede de escolas.

Já no governo Lula, um dos instrumentos inicialmente utilizados pelo MEC, para tentar expandir a rede de escolas em parceria com Estados e municípios, foi o PROEP (Programa de Expansão do Ensino Profissional), em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), em que banco e governo alocariam, cada um, US\$ 250 milhões.

As recentes políticas governamentais demonstram intenção explícita centrar a atenção no ensino profissionalizante, sendo objetivo do governo atingir, em 2010, a meta de 354 escolas técnicas em funcionamento, com 500 mil vagas nas diferentes modalidades de ensino, da educação média integrada à formação superior em tecnologia.

Com os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o governo pretende ampliar as oportunidades para milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação, uma vez que o ensino profissionalizante, com a qualificação de mão-de-obra, dá lastro ao desenvolvimento econômico e social. A rede vai

destinar metade das vagas ao ensino médio integrado à educação profissional. Na educação superior, destinará 30% a cursos de engenharias e bacharelados tecnológicos e 20% a licenciaturas em ciências da natureza (física, química, biologia e matemática). Serão incentivadas as licenciaturas com conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica (mecânica, eletricidade e informática) e, na área de pesquisa e extensão, estimulada a busca de soluções técnicas e tecnológicas.

Esse modelo oferece ao cidadão as opções de cursar o ensino médio em uma escola pública e ao mesmo tempo obter formação profissional na rede federal e de conseguir a formação profissional depois do ensino médio ou as duas formações ao mesmo tempo.

Um dos principais programas do Governo Federal para a área de educação profissional em nível médio é o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, cujos cursos devem proporcionar formação profissional com escolarização para jovens e adultos.

Dentro do âmbito do PROEJA encontram-se os seguintes cursos:

- 1 - Educação profissional técnica de nível médio com ensino médio, destinado a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir o título de técnico.
- 2 - Formação inicial e continuada com o ensino médio, destinado a quem já concluiu o ensino fundamental e ainda não possui o ensino médio e pretende adquirir uma formação profissional mais rápida.
- 3 - Formação inicial e continuada com ensino fundamental (5ª a 8ª série ou 6º a 9º ano), para aqueles que já concluíram a primeira fase do ensino fundamental.

Dependendo da necessidade regional de formação profissional, são, também, admitidos cursos de formação inicial e continuada com o ensino médio. Cabe destacar que a idade mínima para acessar os cursos do PROEJA é de 18 anos na data da matrícula e não há limite máximo.

Esses cursos podem ser oferecidos de forma integrada ou concomitante: a forma integrada é aquela em que o estudante tem matrícula única e o curso possui currículo único, fazendo com que a formação profissional e a formação geral sejam unificadas; na forma concomitante, o curso é oferecido em instituições distintas, isto é, em uma escola o estudante terá aulas dos componentes da educação profissional e em outra do ensino médio ou do ensino fundamental, conforme o caso.

Atualmente as instituições federais vinculadas ao PROEJA ofertam cursos em várias áreas, como por exemplo:

- Agricultura Familiar Orgânica
- Agroindústria
- Agropecuária
- Assistente em Comércio e Serviços
- Calderaria
- Construções Prediais
- Construção Civil
- Contabilidade
- Controle Ambiental
- Edificações Construção Civil
- Eletrotécnica Indústria
- Gestão Comercial
- Gestão em Atendimento
- Informática
- Infraestrutura urbana
- Instalações elétricas
- Instrumentalista de banda
- Instrumentalista de orquestra
- Informática
- Mecânica
- Metalurgia e Materiais
- Operação e manutenção de microcomputadores
- Operador e Programador de máquinas e ferramentas
- Refrigeração e Ar Condicionado Industrial
- Secretariado Serviços
- Segurança do Trabalho
- Serviços de Alimentação
- Telecomunicações
- Turismo

Um outro programa importante é o Programa Brasil Profissionalizado, que tem o objetivo de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. A iniciativa repassa recursos do Governo Federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas, basicamente em obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores.

Finalmente, no âmbito da política de expansão da educação profissionalizante, é preciso referir-se ao Programa Escola Técnica Aberta do Brasil, que visa atender ao princípio da democratização do acesso ao ensino técnico público, através da modalidade de educação a distância, permitindo a oferta de cursos técnicos a regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio.

Da mesma forma que a concepção original da Universidade Aberta do Brasil, o projeto da Escola Técnica Aberta do Brasil – ETEC se estrutura a partir de um Edital que, por um lado convida os Municípios, os Estados e o Distrito Federal a apresentar propostas de adequação de escolas de ensino fundamental, ensino médio e escolas técnicas para que as sediarem os cursos de educação profissional técnica de nível médio, na modalidade a distância; e por outro lado convida as instituições públicas municipais, estaduais e que ministram ensino técnico de nível médio (Universidades, Centros de Educação Tecnológica, Faculdades de Tecnologia, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas) a apresentarem seus projetos de cursos a serem ofertados na modalidade a distância, seguindo as Diretrizes para Elaboração das Propostas.

No Mato Grosso do Sul, foram selecionadas as seguintes Escolas:

- Aparecida do Taboado – Escola Estadual Ernesto Rodrigues
- Aquidauana – Escola Estadual Professora Doris Mendes Trindade
- Bataguassu – Escola Estadual Professor Luiz Alberto Abraham
- Campo Grande – Escola Estadual Arlindo de Andrade Gomes
- Campo Grande – Escola Estadual Olinda Conceição Teixeira Bacha
- Cassilândia – Escola Estadual São José
- Corumbá – Escola Estadual Maria Helena Albaneze
- Dourados – Escola Estadual Joaquim Murtinho
- Jardim – Escola Estadual Coronel Pedro José Rufino
- Maracaju – Escola Estadual Padre Constantino de Monte
- Mundo Novo – Escola Estadual Marechal Rondon
- Nova Andradina – Escola Estadual Irman Ribeiro de Almeida Silva
- Ponta Porã – Escola Estadual Joaquim Murtinho
- Rio Verde de Mato Grosso – Escola Estadual Thomaz Barbosa Rangel
- Sidrolândia – Escola Estadual Sindronio Antunes de Andrade
- Sonora – Escola Estadual Comandante Mauricio Coutinho Dutra
- Três Lagoas – Escola Estadual Professor João Henrique Pinho

Diante do exposto, percebe-se que o Governo Federal promove programas que demonstram o esforço do investimento de recursos federais em estratégia de

formação técnica que visa ampliar as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, bem como uma alternativa à qualificação, que diversifica as alternativas de formação, superando a visão restrita da obrigatoriedade da formação superior como objetivo de todos os egressos do ensino médio. Além disso é importante destacar a preocupação com a oferta de cursos vinculados à demandas específicas de cada realidade regional.

Porém, ao mesmo tempo percebe-se a limitação de tal estratégia no que se refere aos quantitativos de vagas das instituições públicas, incapazes de fazer frente à demanda tanto dos egressos anuais do ensino médio quanto aos que já concluíram esse nível de ensino e não conseguiram uma inserção no mercado de trabalho por conta da qualificação insuficiente.

É preciso acrescentar a esse quadro a situação de extremo desequilíbrio na oferta de vagas desses cursos, aliada à questão da diversidade regional que temos no Brasil: há uma concentração de vagas e escolas na Região Sul e Sudeste, bem como nas grandes capitais da Região Nordeste, porém as áreas mais interiorizadas tanto da Região Norte quanto da Região Centro-Oeste permanecem com um atendimento tímido no que tange à essa oferta (note-se, por exemplo, que, segundo dados do próprio MEC, não há nenhum curso do PROEJA sendo ofertado no Estado do Mato Grosso do Sul).

Dessa forma pode-se afirmar que os desafios da formação qualificada de professores estão conectados ao potencial que a EAD possui para alterar o cenário atual de acesso ao ensino superior, de modo a possibilitar um salto nos indicadores escolarização em todos os níveis, colocam a educação a distância como estratégia fundamental para a expansão do sistema educacional brasileiro.

Um dos pontos mais complexos da determinação legal encontra-se na ausência de referência ao papel do ensino superior como co-participante fundamental nestas estratégias de implementação de uma nova estrutura de conteúdos curriculares da educação básica, embora haja sempre a expectativa de que as ações das Secretarias Estaduais de Educação estejam articuladas com as políticas “macro” da educação superior em âmbito federal.

A utilização de metodologia de educação a distância na formação de professores do ensino fundamental e médio permitiria a disseminação de atitudes mais críticas em sala de aula, bem como prover os novos cursos de educação de jovens e adultos, e de educação profissional técnica de nível médio, de docentes qualificados em conteúdos e tecnologias adequadas ao novo cenário da educação contemporânea. Dessa forma será possível atingir a meta de uma formação mais comprometida e de qualidade, como um diferencial político de

cidadania e de identidade nacional, com poder transformador no desenvolvimento.

### **Conclusões: uma proposta de educação de jovens e adultos, e educação profissional técnica de nível médio no Estado de Mato Grosso do Sul**

A análise das recentes políticas federais de educação básica e do cenário definido pelos indicadores sócio-educacionais, aliadas às demandas de qualificação para a estratégia de desenvolvimento do país permite concluir pela necessidade de promover a oferta da educação de jovens e adultos, e da educação profissional técnica de nível médio nos municípios do Mato Grosso do Sul, tanto presencialmente quanto por meio de tecnologia de educação a distância, com foco no domínio de competências para a inserção produtiva e para o exercício da cidadania, visando o desenvolvimento local e regional, bem como a inclusão social.

Assim, a formação de egressos desses cursos vem ao encontro da necessidade de mudanças, tanto da organização dos currículos e infraestrutura das instituições públicas e privadas de educação básica, quanto dos professores e alunos, que precisam se adaptar a diferentes questões que articulam educação e ao trabalho.

Considerando a realidade do Mato Grosso do Sul, e o pressuposto de que a oferta de educação de jovens e adultos e de educação profissional técnica de nível médio deve estar integrada plenamente às atuais demandas da sociedade brasileira, em nível local, regional e federal, a definição das áreas e cursos a serem ofertados pressupõe a análise das atuais fronteiras de possibilidades do conhecimento tecnológico que carecem de recursos humanos intermediários, indispensáveis para a efetiva consolidação das políticas públicas de educação, ciência e tecnologia.

Entre as recentes políticas federais de indução de novas fronteiras de conhecimento, podem-se destacar os estudos com biocombustíveis e com o tema da biodiversidade, que a princípio se enquadram imediatamente nas características existentes na região do Estado do Mato Grosso do Sul.

De acordo com estudo do CGEE (2008), grande parte dos debates políticos e científicos atuais referem-se aos biocombustíveis, e o Brasil tem se destacado no debate internacional sobre a produção e o uso do bioetanol, e estima-se que, no Brasil, nos últimos 30 anos, US\$ 207 milhões tenham sido investidos em pesquisa nessa área.

O Brasil diferencia-se de outros países produtores de biocombustível não só pelo volume de sua produção, mas principalmente pelo uso de cana-de-açúcar

na produção do etanol e pela biotecnologia de cana requerida. Comparado ao bioetanol norte-americano, produzido a partir do milho, o bioetanol proveniente da cana-de-açúcar apresenta balanço energético cinco vezes maior. O Brasil tem história mais recente com o biodiesel do que com o etanol, sendo que o primeiro programa de produção e utilização de biodiesel, o PNPB, foi lançado em 2005, havendo a previsão de que 2% do diesel de petróleo deverão ser substituídos pelo biodiesel de origem vegetal, o que significa aumento de 5% até 2013.

No caso da Biodiversidade, o potencial brasileiro é inigualável, ao mesmo tempo em que as pesquisas ainda se encontram em suas fases iniciais. Assim se explica o interesse contínuo dos cientistas no estudo de microorganismos e plantas como fontes de novas drogas, explorando o acervo brasileiro que compreende quase um quarto da totalidade de plantas, animais e microorganismos encontrados em habitat natural em todo o mundo.

Atualmente, há vários programas e projetos para o uso de componentes da biodiversidade patrocinados por agências federais e estaduais; e desde 1994 existe o Programa Nacional para Diversidade Biológica (Pronabio), que, por sua vez, levou à criação de programas como o Biota, da FAPESP. O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) também vem catalogando biodiversidade há décadas. Recentemente, o CGEE foi indicado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para dar orientação técnica e organizacional para a criação de redes de inovação baseadas na biodiversidade amazônica nas áreas cosmética, fito-farmacêutica e de bebidas não-alcoólicas.

Todos os estudos realizados recentemente, tanto por órgãos governamentais quanto por associações empresariais, têm demonstrado uma mesma realidade: a de que os cursos técnicos estão mais sintonizados com o mercado de trabalho e com os atendimentos das necessidades regionais. Entre os mais procurados, estão os cursos “clássicos” nas áreas de eletrotécnica, enfermagem e contabilidade, Segurança do Trabalho, Mecatrônica, Segurança do Trabalho, Mecatrônica, Administração, e Logística.

Além desses, atualmente há um aumento da procura por cursos técnicos nas áreas nas quais tem havido mais agregação de conhecimento tecnológico e em áreas vinculadas às novas fronteiras do desenvolvimento estratégico da economia do país, como por exemplo: açúcar e álcool, logística, design gráfico, petroquímica, etc.

Por um lado há uma grande pressão por parte dos estudantes, cada vez mais interessados em cursos de viés pragmático e capazes de permitir uma melhor e mais rápida inserção profissional, e por outro as demandas das próprias políticas de

desenvolvimento econômico ao nível federal (como o PAC) e também ao nível local (programas de desenvolvimento sustentável). Um terceiro elemento fundamental nessa equação é o próprio setor produtivo, que demanda egressos com formação compatível as suas necessidades e também tem se integrado nas discussões acerca dos conteúdos curriculares dos cursos.

Diante disso, um projeto de oferta de Educação de Jovens de Adultos e Educação Profissional Técnica, com metodologia a distância, comprometido com o atendimento das demandas definidas para a realidade do Mato Grosso do Sul, poderia ser estruturado pela oferta de um conjunto de cursos nas seguintes áreas:

- Agricultura Familiar Orgânica
- Agroindústria e Agropecuária
- Controle Ambiental
- Operação e manutenção de microcomputadores
- Operador e Programador de máquinas e ferramentas
- Turismo

Trata-se, portanto, da construção de um projeto educacional que equacione e valorize tanto novos mecanismos de gestão nos modelos de administração de recursos educacionais, organizacionais, e de tecnologia, quanto os princípios éticos individuais, resgatando os valores necessários ao desenvolvimento sustentável da sociedade. Daí o entendimento de que o uso de tecnologias emergentes na educação, especificamente da educação a distância, torna-se a premissa de construção de uma aprendizagem mais autônoma e responsável por parte dos indivíduos.

Em síntese, pode-se afirmar que os cursos de educação de jovens e adultos, e para educação profissional técnica de nível médio, na modalidade a distância, devem atender às exigências de uma educação que:

- Integre o conhecimento a uma “Educação Empreendedora”.
- Articule teoria e prática.
- Valorize os saberes locais.
- Reflita sobre problemas regionais concretos (como por exemplo, a educação ambiental).
- Utilize cotidianamente ferramentas tecnológicas para a inclusão digital dos alunos.
- Seja capaz de criar “comunidades de aprendizagem” baseadas no chamado “Work-Based Learning.”
- Utilize ao máximo as potencialidades da educação a distância para articular a educação profissional tecnológica e educação à distância

para o desenvolvimento de arranjos produtivos (“clusters”) no Brasil.

## Referências

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação.
- BRASIL. Lei Nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Que altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- CGEE. Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (MATO GROSSO DO SUL). Deliberação CEE/MS nº. 9.000, de 6 de janeiro de 2009 (publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul, n. 7.393, de 3 de fevereiro de 2009, pp. 6-14). Mato Grosso do Sul: Conselho Estadual de Educação.
- DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho*. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- GIBBONS, Michael et al. *The new production of knowledge – the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: Sage, 1994.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GUEVARA, Arnoldo José de Hoyos; ROSINI, Alessandro Marco. (Org.). *Tecnologias emergentes: organizações e educação*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- MARTINS, Rubens de Oliveira. Perspectivas da regulamentação do MEC para a Educação Superior a Distância. In: Arnoldo José de Hoyos Guevara ; Alessandro Marco Rosini. (Org.). *Tecnologias Emergentes: Organizações e Educação*. São Paulo: Cengage Learning, 2008, pp. 265-276.
- MARTINS, Rubens de Oliveira. *Cursos sequenciais entendendo a formação superior de curta duração*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Brasil: a economia natural do conhecimento. – Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Portaria Normativa n. 2/2007, de 2 de janeiro de 2007. Brasília: Secretaria de Educação Superior.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Decreto 5.622/2005, de 19 de dezembro de 2005. Brasília: Secretaria de Educação Superior.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Resolução CES/CNE n. 1/2001, de 3 de abril de 2001. Brasília: Conselho Nacional de Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Relatório da Comissão Assessora para Educação Superior a Distância. Brasília: Secretaria de Educação a Distância/Secretaria de Educação Superior, 2002.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de 10 de maio de 2000. Brasília: Conselho Nacional de Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Resolução CNE/CEB nº 1/2000, de 5 de junho de 2000. Brasília: Conselho Nacional de Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Parecer CNE/CEB nº 39/2004, de 8 de dezembro de 2004. Brasília: Conselho Nacional de Educação.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Decreto Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Parecer CNE/CEB nº 23/2008, de 8 de outubro de 2008. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância (Aguardando Homologação).
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Parecer CNE/CEB nº 6/2010, de 6 de abril de 2010. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à

duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. (Aguardando Homologação).

### **Resumo**

Esse trabalho apresenta uma análise das possibilidades de construção de um modelo de oferta de Educação de Jovens e Adultos, e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, inclusive com o uso da modalidade a distância, no Estado do Mato Grosso do Sul, a partir da verificação dos determinantes locais de demanda educacional e sua articulação com as políticas nacionais de desenvolvimento educacional e econômico.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; Desenvolvimento regional; Políticas educacionais; Educação a distância

### **Abstract**

This study analyses the possibilities of developing a policy to provide Youth and Adult Education and Technical Education in the High Schools of the state of Mato Grosso do Sul, including the resort to distance learning tools. It takes into account local demands and the links policies on education and economic development at the national level.

Key words: Youth and adult education programs; Regional development; Education policy; Distance education

### **Resumen**

Este artículo presenta un análisis de las posibilidades de construcción de un modelo para oferta de Educación de Jóvenes y Adultos y Formación Profesional en la Escuela Secundaria Técnica, incluyendo el uso de la educación a distancia, en Mato Grosso do Sul, considerando la demanda local de educación y su articulación con las políticas nacionales de educación y desarrollo económico.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos; Desarrollo regional; Políticas de educación; Educación a distancia



**Sebastião Fontineli França**

*Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília. Professor da UPIS.*

*Especialista em Educação pela Universidade Católica de Brasília.*

## ***Desenvolvimento sustentável: a estratégia para os pequenos produtores rurais***

### **Introdução**

A história do homem é marcada por acontecimentos que vêm desde o neolítico, em que o nomadismo e a vida sedentária representavam aquele cenário; foi a gênese de todo o processo de desenvolvimento das sociedades humanas, criando a base para a agricultura e a indústria modernas.

A palavra agricultura deriva-se do latim *ager* (campo) e *cultura* (cultura, cultivo). Há indícios de que surgiu independentemente em várias regiões do planeta: China, sudeste asiático, América tropical, povos europeus e africanos, tendo proporcionado a criação de civilizações importantes, a exemplo da egípcia, milênios antes da era cristã.

No Velho Mundo, a agricultura surgiu em zonas áridas ou semi-áridas, nas margens úmidas dos rios, para lutar contra a escassez das chuvas. Na América, a agricultura desenvolveu-se principalmente em planaltos pouco chuvosos como os da Bolívia, do Peru, do México e do extremo sul dos Estados Unidos, e em algumas partes dos Andes, por volta de 2000 a.C.

No Brasil, a agricultura surgiu com o plantio da cana-de-açúcar e sua transformação industrial nos engenhos instalados pelos portugueses em certos pontos da costa. A partir de 1534 e, no final do século XVI, os colonizadores já plantavam também fava, feijão, batata-doce, cará, algodão e cultivavam árvores frutíferas e espécies oriundas do patrimônio dos índios, como o milho e a mandioca. Paralelamente à expansão dos canaviais, com mão-de-obra de escravos africanos, foi implantada a criação de gado, não só para fornecer tração aos engenhos, como também para prover de carne as povoações pioneiras instaladas na costa.

Antes da chegada do europeu ao território brasileiro, as terras eram de propriedade coletiva dos indígenas, que tinham seus sistemas de produção próprios, não havendo necessidade de demarcação de fronteiras. Os bens pertenciam à sociedade. A consciência sobre o uso comum e a manutenção do meio ambiente sustentável faziam parte de suas relações sociais.

O modo como se deu essa ocupação foi o grande marco do processo de distribuição de terras. As *sesmarias* deram início ao projeto de colonização

portuguesa, a partir do século XV, que implantou sistema de produção baseado em grandes latifúndios, que mantinham poucos trabalhadores assalariados, vinculados aos engenhos. Esses trabalhadores se estabeleciam em porção de terras não doada pela Coroa, onde praticavam a agricultura de subsistência.

Pode-se dizer que tal sistema perdura até os dias atuais, porque a concentração de terras no Brasil ainda é grande, e responsável pelos grandes confrontos entre fazendeiros e trabalhadores rurais, quase sempre expulsos para as áreas urbanas, passando a engrossar o imenso exército de desempregados.

Nesse contexto, insere-se a reforma agrária brasileira, que vem tentando minimizar os problemas do campo, tais como: educação, salários dignos, inserção de novas tecnologias agrícolas, energia, saúde e apoio aos pequenos produtores rurais. Esses, entretanto, são apenas alguns dos requisitos para habilitá-los à sustentabilidade social e econômica, considerando ser uma força produtiva muito significativa, mas que não tem recebido a devida atenção do governo, como acontece com os grandes produtores/exportadores, que recebem incentivos federais e estaduais para produzirem em larga escala, em detrimento das classes trabalhadoras rurais, que vivem em condições desumanas.

O processo de reforma agrária no Brasil, vindo de longa data, coloca em cheque o próprio desenvolvimento da agricultura, principalmente quando se pensa em globalização da economia e insuficiência de alimentos em várias partes do mundo, inclusive no Brasil; milhões de pessoas passam fome, em decorrência da falta de investimento no campo.

Neste artigo, cabe apresentar algumas opções de sustentabilidade para o campo, principalmente para as pequenas propriedades rurais, geridas por famílias de baixa renda, mas que, muitas vezes, estão assentadas em áreas ricamente privilegiadas de recursos naturais, que poderiam ser aproveitados em benefício próprio e do meio ambiente. Por falta de recurso e apoio do governo, essas famílias praticam agricultura rudimentar, com baixa ou sem nenhuma tecnologia, que acabam exaurindo os solos produtivos e causando profundas cicatrizes ambientais.

Como ferramentas geradoras de benefícios podemos citar: o turismo ecológico, pequenas ou micro centrais elétricas, sistemas fotovoltaicos, que utilizam os recursos locais, o aproveitamento de frutos regionais, a produção de artigos artesanais e a implementação de agricultura sustentável, que representa mercado promissor nos dias atuais, principalmente porque as sociedades desenvolvidas vêm criando hábitos alimentares baseados no consumo de produtos agrícolas que não utilizam agrotóxicos.

## **1. A sustentabilidade como indutora do desenvolvimento econômico-social**

Hoje, quando se discute prosperidade no meio rural, o binômio sustentabilidade e desenvolvimento não deve ser dissociado, porque interfere ou depende do outro. Dessa forma, torna-se imperativo apresentar, dentre muitas existentes, breve conceituação desses dois fenômenos de sustentabilidade social, e em que momento da história essas ideias se mesclam e formam novo conceito: “desenvolvimento sustentável”.

Conforme aponta Coriolano (2003:14), foi após a Segunda Grande Guerra Mundial que surgiram outras formas de classificar as nações quanto ao poder hegemônico, pois antes desse desastre social a disparidade era conhecida em termos de mundo civilizado e não civilizado. Foi então que surgiram os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Com isso, fortaleceu-se o sistema capitalista.

Os grandes grupos que detinham o poder não se preocuparam com a exploração racional dos recursos naturais e energéticos; muito menos incentivaram as pesquisas relacionadas ao processo produtivo visando sua otimização no contexto ambiental, uma vez que nos planos de expansão da renda pública a sustentabilidade não fazia parte da agenda dos governos.

Portanto, não discutindo aqui outras teorias desenvolvimentistas, Coriolano (2003:13) diz que desenvolvimento é:

Um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça. O desenvolvimento não se refere apenas à economia, ao contrário, a economia deve ser tomada em função do desenvolvimento. Um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem. Pensar esse tipo de desenvolvimento pode ser aparentemente simples, mas encerra uma revolução de ideias e práticas sociais, que passam a orientar as pessoas e as organizações para a produção e consumo partilhados.

Selecionando a frase da citação acima a qual afirma que “um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem” associamos ao conceito de desenvolvimento sustentável, que é o foco deste artigo.

### **1.1 Conceitos de desenvolvimento sustentável**

O termo “desenvolvimento sustentável” teve sua origem em 1983, quando a Assembleia Geral da ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e

Desenvolvimento (CMMAD), que tem por finalidade promover a cooperação internacional no que tange às políticas públicas voltadas para a sustentabilidade do Planeta.

Muitas outras conceituações foram sendo construídas ao longo dos anos, mas todas com o mesmo propósito: possibilitar condições sustentáveis para as futuras gerações.

Segundo Constanza (1991), “sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta”. Nesse contexto, devem ser consideradas as ações do homem numa dada porção da superfície terrestre sem colocar em risco o meio ambiente. As atividades humanas devem obedecer aos limites de manutenção dos ecossistemas, para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida. Tal conceituação é ratificada pela a IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN-PNUN-WWF,1991).

As sociedades vivem processo contínuo de desenvolvimento. Entretanto, para alcançá-lo, alguns princípios devem ser considerados para que os resultados não venham causar danos ao meio ambiente.

Sachs (1993:24) considera, para efeito de planejamento de desenvolvimento, cinco dimensões de sustentabilidade, deverão ser consideradas simultaneamente:

1. Sustentabilidade social, cujo objetivo é construir uma civilização equilibrada, com mínimas distâncias entre as classes sociais.
2. Sustentabilidade econômica, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular de investimento público e privado.
3. Sustentabilidade ecológica, dependente de um bom gerenciamento das relações existentes entre os recursos e o meio ambiente, considerando a limitação dos primeiros e a destruição do segundo.
4. Sustentabilidade espacial, que visa o equilíbrio entre a configuração rural – urbana e melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e suas atividades econômicas.
5. Sustentabilidade cultural, que procura as raízes históricas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, considerando as especificidades de cada ecossistema, no tempo e no espaço.

Entretanto, referidas dimensões devem interagir, porque as relações entre o homem e o meio se dão de forma equilibrada e sustentável. Nesse caso, requer

mudanças estruturais nas sociedades, como instrumento capaz de inibir e educar os gerenciadores da economia do futuro que, por meio de suas ações localizadas, poderão levar o caos a todos os seres vivos. “A economia não pode ser vista como um sistema dissociado do mundo da natureza, pois não existe atividade humana sem água, fotossíntese ou ação microbiana” (Cavalcanti, 1998).

## 1.2 Desenvolvimento sustentável nos assentamentos humanos

A palavra assentamento foi empregada pela primeira vez na reforma agrária do Chile pelo Presidente democrata-cristão Eduardo Frei, iniciada em 1967. No Brasil, segundo Faoro (1987), a denominação assentamento foi empregada no Decreto 71.615, de 22 de dezembro de 1972, que fixou normas para a colonização e concessão de terras devolutas. No âmbito do INCRA, a palavra assentamento aparece na Portaria 286, de 13 de abril de 1971.

Faoro (1987), em seu livro: Reforma Agrária: terra prometida; favela rural ou “Kolkhozes”, apresenta a palavra assentamento sob duas acepções: uma estática, para designar a unidade de trabalho e produção, e outra que significa o processo de instalação do beneficiário na unidade de trabalho e produção. As duas acepções, entretanto, fazem parte de uma página da história do Brasil que não se completa: a reforma agrária.

Os assentamentos são o *locus* de todo esse processo fortemente ligado a movimentos político-partidários e embasados em suas ideologias, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O MST cobra uma urgente política para resolver os problemas da agricultura brasileira e, por meio de suas estratégias, vem dando nova cara à reforma agrária. O MST considera que as questões econômicas não devem ser dissociadas da política, pois são a base de sustentação dos ideais dos assentados. Em tal sentido, não basta apenas ter acesso a um pedaço de terra e manter-se inerte à luta daqueles que ainda não lograram êxito (Vilela, 2002).

A história tem mostrado que os assentamentos humanos representam sério problema quanto ao desenvolvimento de uma nação como um todo. A sociedade nacional não é apenas representada pelas classes mais abastadas, mas sim por todos os cidadãos. Os governos, indubitavelmente, desenvolvem macro políticas em nome de pequena minoria, mas que se identifica pelo poder econômico.

Segundo a Agenda 21 (2001), o objetivo dos assentamentos humanos “é melhorar a qualidade social, econômica e ambiental e as condições de vida e de trabalho de todas as pessoas, em especial dos pobres de áreas urbanas e ru-

rais”. Para alcançar esses objetivos, a Agenda 21 apresenta ações necessárias para que os povos se desenvolvam com sustentabilidade, dentre elas: promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra; e uma integrada infraestrutura ambiental (água, saneamento, drenagem e manejo de resíduos sólidos); sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos).

É nesse rumo que o Brasil, também preocupado com a questão ambiental, desenvolveu seu programa de trabalho, denominado Agenda 21 Brasileira, “que tem por objetivo definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o País”. A partir de processo de articulação e parceria entre o governo e a sociedade, seis temas foram escolhidos, contemplando: o campo, com o tema agricultura sustentável; o meio urbano, com as cidades sustentáveis; os transportes, energia e comunicações, com o tema infraestrutura e integração regional; o tema gestão dos recursos naturais, para a proteção e uso sustentável dos recursos naturais e o tema redução das desigualdades sociais, para reduzir as disparidades sociais (Agenda 21, 2001).

### **1.3 O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável**

A visão sistêmica foi baseada nas formulações da Teoria Geral dos Sistemas, nos anos 50, pelo biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy, cujas palavras-chave foram complexidade e organização. Nesse sentido, complexidade e organização estão intimamente relacionadas com todos os campos científicos conhecidos pelo homem.

Referidos sistemas puderam ser organizados e planejados para facilitarem a vida do homem, procurando identificar os problemas para posterior resolução. Essa ideia surgiu para resolver um grande impasse da ciência: a falta de comunicação entre elas, ou seja, a ciência estudada de forma individualizada, e que os fenômenos sociais da humanidade vão cada vez mais se tornando complexos; daí a necessidade de planejamentos constantes para acompanhar o desenvolvimento das sociedades (Bertalanffy, 1975).

Pinheiro (2002), definiu sistema como “um conjunto de componentes inter-relacionados e organizados dentro de uma estrutura autônoma, operando de acordo com objetivos determinados”. Apresenta alguns princípios que complementam o seu entendimento:

- Visão do todo (abordagem sistêmica que visa o estudo do desempenho total de sistemas, ao invés de se concentrar isoladamente nas partes).

- Interação e autonomia (os sistemas são sensíveis ao meio ambiente com o qual eles interagem e que geralmente é variável, dinâmico e imprevisível).
- Organização e objetivos (fundamentais para o desenvolvimento de um sistema).
- Complexidade (que parte do princípio de que, devido a interações entre os componentes e entre o meio ambiente e os sistemas como um todo, este é bem mais complexo e mais compreensivo do que a soma das partes individuais).
- Níveis (que procuram estabelecer limites para o estudo dos sistemas, como, por exemplo, uma célula, uma folha, um animal, uma propriedade, uma região, o planeta, etc.).

Nesse caso, o enfoque sistêmico pode ser utilizado na agricultura, devido à complexidade que existe entre os diversos atores e as ciências utilizadas por ela. Para tanto, deve-se considerar, para efeito sistêmico, um estabelecimento agrário como um sistema agrícola, não na visão reducionista de desenvolvimento rural, em que o agricultor apenas recebe orientações, mas não participa do processo de elaboração de manejo para sua propriedade, o único capaz de identificar a realidade que o cerca.

A visão sistêmica surgiu na agricultura pela necessidade de chegar a respostas aos problemas que até então não tinham sido resolvidos, mas que poderiam buscar alternativas de melhoria em outros enfoques, que permitem a identificação de características como a fronteira, entradas, saídas, as principais funções e processos de transformação. Refere-se à natureza do sistema, em que o agricultor é co-participante de todo o processo de produção. Mas, como tudo evolui e, por questões empíricas, tudo é passível de mudanças, surgem novos conceitos e teorias, próprios a cada situação, que se justificam pela necessidade de adequação a novos contextos sociais.

Segundo Adams (Apud: Albuquerque, 1982), o estudo de sistemas envolve três etapas de trabalho:

1. Determinação do problema a ser estudado e dos objetivos de análise.
2. Descrever e identificar os sistemas como um todo, procurando ser o mais completo possível, sem perder de vista os objetivos propostos.
3. Criar cenários que visem interferir nos sistemas existentes, com a finalidade de modificação do sistema que está em vigor.

Adams ainda chama atenção para a necessidade de implantação de sistemas comunitários de agroenergia, o que poderá contribuir para o sucesso da reforma agrária no Brasil. A participação comunitária, como associações, cooperativas e o próprio Estado que, no caso seria o interventor e fomentador do desenvolvimento rural sustentável, seria a mola mestra para o bom desempenho geral. Aponta os métodos mais empregados para montagem dos modelos analíticos, sendo eles:

**a) Balanço energético:**

- Descrição do sistema estudado nas dimensões ecológica, social e econômica.
- Construção do balanço energético local e atual.
- Construção de um cenário energético com base na demanda e oferta atuais, na estrutura física, econômica e social vigente e nas expectativas de desenvolvimento regional e local, visando soluções alternativas.
- Identificação de novas soluções energéticas, que podem trazer mudanças importantes.
- Substituição de fontes energéticas na esfera do sistema (exemplo: uma micro central hidrelétrica ao invés de termelétrica).
- Reestruturação de atividades produtivas já existentes (exemplo: instalação de microdestilarias biodigestores ou implantação de sistema de irrigação).
- Introdução de atividades novas de produção e/ou transformação.
- Avaliação e seleção das diferentes alternativas, sendo necessária as seguintes análises: tempo de recuperação do investimento; análise custo-benefício privado; análise custo-benefício social e Análise de múltiplo-critério.

**b) Análise de sistemas integrados**

Essa análise procura estudar as inter-relações existentes no sistema, inclusive o método do balanço energético. Assim, devem ser consideradas as resistências, o autocontrole, o potencial de inovação, o crescimento e substituição de partes do sistema, e a própria participação da comunidade na definição de alternativas para melhoria do sistema produtivo como um todo.

## **1.4 Uma perspectiva para o desenvolvimento rural sustentável**

A estagnação do processo fundiário, que continua extremamente concentrada, teve como consequência a migração de grandes contingentes populacionais

para as pequenas e médias cidades, desestruturando sua economia, persistindo, dessa forma, os grandes exércitos de desempregados.

Embora a política agrícola implantada no Brasil tenha se refletido em todos os setores da sociedade, a classe que mais sofreu foi a rural, que se viu diante de um processo mundial de capitalização que deu ênfase aos grandes empreendimentos agrícolas, deixando à margem a questão ambiental, em que os recursos naturais são substancialmente dilapidados, em nome do desenvolvimento econômico. Cabe ao Estado promover o desenvolvimento sustentável para que as relações entre homem e meio se deem harmoniosamente.

Com a participação das entidades ligadas às questões do campo, as políticas agrícolas começam, a passos largos, a mudar o *status quo* dos grandes latifundiários que dominaram e manipularam a economia e o sistema fundiário brasileiros por séculos.

Sachs (1993) aponta quatro elementos fundamentais para promover o desenvolvimento rural sustentável: o envolvimento e a participação ativa da população rural; a descentralização, elevando-se o *status* e a capacidade de gestão das comunidades locais; estabelecimento de direitos e obrigações legais com respeito ao uso da terra e dos recursos naturais, incluindo programas de reforma agrária quando necessários; investimento na reabilitação e conservação dos recursos naturais, para manter e até mesmo aumentar a capacidade de carga dos ecossistemas.

Guzmán (2002) afirma que essa sustentabilidade rural pode ainda ser alcançada com a agroecologia, que é “um contraponto à lógica do neoliberalismo e da globalização econômica”. A participação dos atores é fundamental para desenvolver um processo endógeno de sustentabilidade, respeitando as diversidades sociais e econômicas locais. Com isso, a agricultura participativa por meio de cooperativas é o ponto-chave no processo de desenvolvimento rural sustentável.

Calatrava (1995) propõe um modelo de desenvolvimento rural sustentável, cujas características essenciais são: integralidade, que busca o estabelecimento de atividades econômicas e socioculturais que abranjam a maior parte dos setores econômicos necessários para permitir o acesso aos meios sustentáveis de vida da população; harmonia e equilíbrio entre crescimento econômico e manutenção da qualidade do meio ambiente; autonomia de gestão e controle, em que os próprios habitantes da zona rural são os responsáveis pela gestão e controle dos elementos-chave do processo; minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas, gerando mercados alternativos de insumos e produtos, para fazer face aos interesses das multinacionais, que introduzem técnicas altamente prejudiciais

ao meio ambiente; manutenção e potencialização dos circuitos curtos, que permitem adquirir experiência e controle na busca de mercados regionais e mais amplos; utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais; pluriatividade, seletividade e complementaridade da renda, com recuperação de práticas ecológicas e economicamente sustentáveis, permitindo a melhoria do nível de vida dos agricultores. Essas são algumas características que podem dinamizar e oxigenar o processo produtivo dos pequenos agricultores, que se sentem ameaçados social e economicamente.

## **1.5 Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**

A história do homem é marcada principalmente pela necessidade de sobrevivência que, obviamente, é a soma de alguns requisitos básicos, sendo os mesmos inter-relacionados, como educação, saúde, habitação, emprego, vestuário, etc. Melgarejo (2002), em artigo sobre desenvolvimento, reforma agrária e assentamentos, procura mostrar que reforma agrária é o instrumento capaz de construir a cidadania, em que o homem deve ter “a percepção dos próprios direitos e do dever de lutar pela construção de novos direitos” que, dessa forma, estará construindo a autonomia nacional, ou seja, sua identidade como Estado.

As mudanças nas políticas voltadas para a agricultura brasileira são uma realidade, pois o governo vem desenvolvendo propostas de desenvolvimento sustentável para a área rural, procurando dizimar o papel da agricultura patronal que se manteve intacta por séculos e caracterizada por uma estrutura fundiária que sustentou latifúndios improdutivos. Estes, por sua vez fragmentados pelo processo de reforma agrária, originaram pequenas propriedades sem o mínimo de sustentabilidade social e ambiental, gerando verdadeiros bolsões de miséria.

Em países desenvolvidos como os Estados Unidos, a agricultura familiar, de acordo com o Censo Agropecuário de 1992, mostrou que é responsável por 54% da produção comercializada; as vendas das sociedades de tipo familiar já atingem 21%, ao passo que a participação das corporações não passa de 6%. Os 19% restantes vêm de outras formas societárias, não classificadas como renda da agricultura familiar ou patronal (Nead, 2001).

Mazoyer e Roudart (Apud: Nead, 2001) consideram que as novas tendências do ambiente mundial que poderão nortear o Brasil a desenvolver projetos de implementação da agricultura sustentável são a revalorização do mundo rural, pois, segundo afirmam Ray e Mayer (Apud: Nead, 2002), os espaços rurais podem atrair

populações urbanas que buscam uma qualidade de vida impossível de ser oferecida pelas grandes metrópoles.

Entretanto, para se alcançar um padrão desejável na agricultura familiar no Brasil, é preciso mudar a agricultura patronal, da “casa grande e senzala”, buscando a eficiência do setor agrícola com a participação dos pequenos agricultores, acabando, de uma vez por todas, com a figura dos grandes latifundiários, os ditos coronéis, que dominaram o processo econômico rural por quase 500 anos de nossa história.

Por fim, cabe ressaltar que os pequenos agricultores, que não têm grandes recursos, invistam hoje em produtos que tenham alto grau de perecibilidade, porém com grande poder de mercado, principalmente para atender a consumidores a pequenas distâncias, a exemplo dos “produtos verdes” (*health foods*). Para tanto, será necessário investir em tecnologia e gerenciamento modernos para que a agricultura familiar se consolide no mercado.

Neste contexto, Dominguez e Simón (2001) apresentam alguns pontos-chave para alcançar esse objetivo, dentre eles: a intervenção do Estado, garantindo preços acessíveis aos consumidores e garantia de renda lucrativa aos produtores; um sistema de produção agrícola sustentável deve levar em consideração a degradação do meio ambiente local, que exige conhecimento das unidades naturais a serem manejadas, a fim de criar sistemas harmônicos; valorizar os aspectos sociais e a escolha de tecnologias adequadas ao meio e ao sistema produtivo. O Estado deve promover uma política agrária, o que resultaria em processo de desenvolvimento mais equitativo, mas com a criação de pequenas propriedades, o que representaria inúmeras vantagens sobre as grandes propriedades, pois nelas os custos de produção excedem os custos das primeiras, considerando que os membros desse micro sistema participam dos lucros e dos prejuízos, tendo, com isso, mais incentivos para trabalhar.

## **2. Energia renovável, a grande alavanca para o desenvolvimento agrícola sustentável**

Para alcançar o desenvolvimento agrícola sustentável é necessário implementar uma política energética, também sustentável, capaz de fomentar o desenvolvimento do campo sem, no entanto, comprometer o meio ambiente.

A participação das fontes renováveis de energia no mundo continua crescendo em ritmo acelerado, o que mostra que a matriz energética vem sofrendo alterações significativas, e que os países podem e devem aproveitar o potencial

bioenergético existente para promover o desenvolvimento sustentável, podendo ser observado na tabela 3.1.

**Tabela 2.1 Programas nacionais de políticas públicas em energias renováveis**

| TIPOS                                  | PAÍSES    |           |          |          |           |          |
|--|-----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|
|  | DIN.      | ALEM.     | R. U.    | HOL.     | JAP.      | BR       |
| Energ. renov. (% do TPES* sem hídrico) | 7,9       | 1,2       | 0,7      | 1,4      | 2,1       | 20,5**** |
| Cap. Inst. renov. elétrica (MW)        | 1200      | 3925      | 580      | 631      | 1500      | 315#     |
| Prod. renov. térmica ktep/ano          | 1485      | 3000      | -        | 190      | -         | 64000    |
| Aumento mais recente em renov. (MW)    | 3,7(1998) | 800(1998) | 94%***   | 40%***   | -         | -        |
| Metas do governo (% de renov. da TPES) | 35(2030)  | 25*       | 10(2010) | 10(2020) | 3% (2010) | -        |
| Capac. Inst. Eletr. (MW)               | 11.000    | 110.000   | 70.500   | 20.400   | 210.600   | 65000    |
| Mist. prod. eletricidade (%)           |           |           |          |          |           |          |
| Óleo                                   | 40,0      | 40,1      | 36,4     | 37,4     | 52,7      | 1,3      |
| Diesel                                 | -         | -         | -        | -        | -         | 1,3      |
| Carvão                                 | 30,3      | 24,8      | 17,7     | 12,5     | 16,8      | 1,8      |
| Gás natural                            | 17,8      | 20,7      | 33,7     | 47,8     | 10,7      | 0,6      |
| Nuclear                                | -         | 12,8      | 11,3     | 0,9      | 16,1      | 1,0      |
| Comb. renovável                        | 17,1      | 1,1       | 0,7      | 1,3      | 1,4       | 1,5      |
| Hídrica                                | -         | 0,4       | 0,1      | -        | 1,5       | 90,6     |
| Outras renováveis                      | 8,0       | 0,1       | -        | 0,1      | 0,7       | -        |
| -                                      | -         | -         | -        | -        | -         | -        |
| Pop. (milhões de habitantes)           | 5,3       | 82,1      | 52       | 15,6     | 126,2     | 165      |

Fonte: [usr.solar.com.Br/~verdesio](http://usr.solar.com.Br/~verdesio)

(\*) TPES Total Primary Energy Supplly)

(\*\*) Eólica só no estado de Schlesnig-Holstein

(\*\*\*) De 1990 a 1996

(\*\*\*\*) com hídrica são 58,6% da oferta interna

# Considerando lenha +bagaço de cana e 60% de cap. de carga

Segundo Goldemberg (1998), 80% da energia utilizada no mundo são combustíveis não-renováveis (óleo 35%, gás 22% e carvão 23%). Os 20% restantes são energia nuclear (6,8%), utilizada principalmente nos países ricos; 2,7% energia de hidrelétricas; e a biomassa tradicional utilizada na África (10,5%).

No Brasil, cerca de 68,3% de toda energia produzida em 1998, foi renovável, sendo: 43,1% hidráulica, 10,8% lenha, 12,7% de produtos de cana-de-açúcar, 1,7 de outras fontes – solar, eólica, biomassa etc. A produção de energia não-renovável representa 31,6% da matriz energética brasileira (BEN, 1999). O item 9.9 do Capítulo 9 da Agenda 21, que trata da Conservação e Gestão dos Recursos para o Desenvolvimento – proteção da atmosfera, diz que “energia é essencial para o desenvolvimento social e econômico e para uma melhor qualidade de vida”.

Introduzir novas fontes de energia no processo produtivo agrário, utilizando fontes renováveis como a solar, a eólica, a biomassa, a hidroeletricidade e outras, seria um avanço importante para mudar a matriz energética brasileira, tornando-a menos dependente do exterior.

## **2.1 Programas e projetos nacionais de energia renovável**

Nesse item, serão apresentados projetos voltados para o aproveitamento dos recursos renováveis. Aliás, o Art. 187 da Constituição Federal garante a produtores e trabalhadores rurais o direito de desenvolverem suas atividades, levando em conta a eletrificação rural e a irrigação (ANEEL, 2001).

### **2.1.1 PRODEEM – Programa de desenvolvimento energético de Estados e Municípios**

O PRODEEM foi criado pelo Decreto de 27 de dezembro de 1994, com o objetivo de (PRODEEM, 2002):

- Desenvolver um mercado sustentável de energia, para levar eletricidade a comunidades carentes isoladas que ainda não foram servidas por redes elétricas.
- Implantar pequenas centrais hidrelétricas, sistemas fotovoltaicos para eletrificação de escolas, postos de saúde, centros comunitários, iluminação pública e bombeamento d'água, que trarão importantes benefícios para as sociedades rurais ou para as comunidades isoladas, não assistidas por energia elétrica.
- Utilizar, com sustentabilidade, a biomassa (álcool, óleos vegetais, resíduos florestais e agrícolas) e biodigestores para o aproveitamento energético e utilização pelas comunidades isoladas.

O PRODEEM apresentou, como justificativa para a implantação de seu programa, alguns pontos que contribuem para que as áreas rurais mais afastadas não sejam supridas de energia elétrica, sendo eles: o elevado custo do atendimento pela extensão das redes elétricas rurais, causada pela baixa demanda, grande dispersão e distância envolvidas; os subsídios aos energéticos nas regiões mais afastadas, que inibem os sistemas de produção e usos locais de energia, os quais se tornariam mais competitivos ao nível dos custos reais do suprimento adotado; a dificuldade em viabilizar soluções de bai-

xo custo, dispersas e numerosas, por meio de uma administração centralizada permanentemente pressionada pelos interessados nos grandes projetos nacionais.

Um ponto que merece destaque é que o PRODEEM considerou o elemento energia de fundamental importância, mas não exclusivo ao desenvolvimento social das comunidades. A educação, saúde e capacitação técnica também apontada são relevantes. Com isso, a energia deve ser o elemento capaz de proporcionar mudanças profundas na relação homem-trabalho-educação, pois esse tripé é a base de sustentação para a manutenção do homem no campo.

Em 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou algumas falhas de condução do PRODEEM, o que levou à reestruturação de 2003 pelo governo federal, o qual foi incorporado ao Programa Luz para Todos. É importante ressaltar que o PRODEEM atuava mais na parte de infraestrutura, ou seja, preocupava-se mais com a instalação de equipamento, o que é diferente do Luz para Todos, que prioriza a inclusão social na concepção de desenvolvimento sustentável.

### **2.1.2 Pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)**

Segundo Carvalho e Goldemberg (1980), “o primeiro uso da energia hidráulica foi para movimentar moinhos, há mais de mil anos, e que por volta do século XVI, já se utilizavam rodas hidráulicas para movimentar diversos tipos de sistemas mecânicos”.

Esses sistemas poderiam novamente ser colocados à disposição das sociedades menos favorecidas, principalmente as rurais, que não têm recursos disponíveis para implantar sistemas energéticos convencionais por estarem distantes das redes de distribuição de energia elétrica.

Segundo Santos e Costa (1984) e também a CPFL (1982), a eletrificação do Brasil, até a década de 50, foi baseada em PCHs, que era considerada boa opção energética, pois criava condições de melhoria de vida, além de tornar os municípios mais independentes do poder central. Entretanto, fatores como alta inflação e tarifas significativas passaram a desencorajar novos investimentos no setor elétrico. Nesse momento, o País começou a investir no setor. Construiu, na década de 50, a primeira central hidrelétrica, a Usina Hidrelétrica de Furnas, com potência superior a 1.000 MW, dando início a uma nova fase: os grandes empreendimentos elétricos, em detrimento dos pequenos sistemas, que hoje passam a ser a alternativa mais

viável para as comunidades isoladas e áreas de assentamentos rurais oriundos de reforma agrária.

Com a aprovação da Lei 8.987, de fevereiro de 1995, conhecida como a Lei de Concessões de Serviços Públicos, o setor elétrico brasileiro passou por metamorfose sem precedente em sua história. Foram introduzidos no bojo da política energética nacional a necessidade de implementar o uso de energia renovável e descobrir novos empreendedores energéticos, fatos esses de extrema importância para mudar a matriz energética, até então concentrada nos combustíveis fósseis e grandes usinas hidrelétricas.

Em 1996, a ELETROBRÁS criou o Programa Nacional de Pequenas Centrais Elétricas – PNCE, com o objetivo de implantar projetos de pequeno porte de usinas de geração de energia elétrica para suprir as áreas que ainda não tinham energia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução 394, de 4 de dezembro de 1998, estabeleceu os critérios para a classificação dos tipos de PCHs, sendo aquelas que tenham potência entre 1 e 30 MW e área inundada até 3,0 km<sup>2</sup>, para a cheia centenária.

Quanto à capacidade de regularização dos reservatórios, as PCHs podem ser:

- a) A fio d'água.
- b) De acumulação, com regularização diária do reservatório.
- c) De acumulação, com regularização mensal do reservatório.

Para efeito desta pesquisa, será considerada, apenas, a Fio d'água, pelas suas características próprias de pequenos projetos hidrelétricos, em que as vazões de estiagem do rio são iguais ou maiores que a descarga necessária à potência a ser instalada para atender à demanda máxima prevista. O sistema de adução deverá ser projetado para conduzir a descarga necessária para fornecer a potência que atenda à demanda máxima, e que apresenta as seguintes simplificações: a) dispensa estudos de regularização de vazões; b) dispensa estudos de sazonalidade da carga elétrica do consumidor; c) facilita os estudos e a concepção da tomada d'água; d) as barragens serão, normalmente, baixas, pois têm a função apenas de desviar a água para o circuito de adução; e) como as áreas inundadas são pequenas, os valores despendidos com indenizações serão reduzidos.

A tabela abaixo apresenta a classificação das PCHs quanto à potência, de acordo com a queda de projeto, conforme tabela 3.2.

**Tabela 2.2 – Classificação das centrais elétricas**

| CLASSIFICAÇÃO DAS CENTRAIS | POTÊNCIA – P (kW)  | QUEDA DE PROJETO - H <sub>d</sub> (m) |                           |                      |
|----------------------------|--------------------|---------------------------------------|---------------------------|----------------------|
|                            |                    | BAIXA                                 | MÉDIA                     | ALTA                 |
| MICRO                      | P<100              | H <sub>d</sub> < 15                   | 15 < H <sub>d</sub> < 50  | H <sub>d</sub> > 50  |
| MINI                       | 100 < P < 1.000    | H <sub>d</sub> < 20                   | 20 < H <sub>d</sub> < 100 | H <sub>d</sub> > 100 |
| PEQUENAS                   | 1.000 < P < 30.000 | H <sub>d</sub> < 25                   | 25 < H <sub>d</sub> < 130 | H <sub>d</sub> > 130 |

Fonte: ANEEL, 2002

Para o projeto de PCHs, serão necessários estudos da área em que será instalado o empreendimento, considerando os aspectos topográficos para determinar a queda natural no local; nivelamento da linha d'água do reservatório e os aspectos jurídicos das propriedades atingidas, bem como o levantamento das propriedades atingidas para efeito de subdivisão e averbação legal.

São muitas as vantagens de uma PCHs em relação às grandes usinas hidrelétricas; dentre elas destacam-se: a) em comparação com as grandes usinas hidrelétricas, as obras civis das PCHs têm custos menos elevados; b) a experiência tem mostrado que as pequenas turbinas com tecnologias sofisticadas apresentam melhor eficiência e maior durabilidade; c) o quadro de pessoal é reduzido; d) a extensão dos reservatórios é menor; e) a queda d'água é menor.

Algumas experiências vêm sendo testadas na produção alternativa de energia elétrica, pela Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Minas Gerais (EMATER), pelo Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica de Minas Gerais (CAV) e pela Universidade de Hockenheim (Alemanha) (ENERGIA NA AGRICULTURA, 2002).

### 2.1.3 Micro centrais hidrelétricas

É um sistema energético apropriado aos assentamentos rurais, porque geralmente há abundância de pequenos riachos que cortam as propriedades, com possibilidades de micro represamento, a exemplo da fazenda Vereda, no município de Niquelândia-GO, onde há micro central hidrelétrica, construída com materiais adquiridos no mercado local. É composta de um motor de 5 KVA, com capacidade para fornecer energia para um refrigerador, iluminação externa e interna, um televisor, um liquidificador, um rádio. A água passa por uma tubulação forçada de PVC que chega ao motor a 20 metros abaixo do reservatório de, aproximadamente, 2m<sup>2</sup>. Pode-se observar que o meio ambiente não foi afetado com a instalação desse sistema.

Num ambiente onde os recursos financeiros são mais fartos, a própria piscina pode também funcionar como represa, a exemplo da Fazenda Rebeca, no município de Planaltina, Distrito Federal, que possui sistema de bombeamento, em que o proprietário aproveitou a água de pequeno córrego para mover uma bomba com capacidade de abastecer caixa d'água de 5.000 mil litros, para fornecer água para o gado, irrigar a plantação, abastecer as residências e para lazer. A este sistema pode ser acoplado um pequeno gerador.

#### **2.1.4 Energia solar**

Segundo Fraidenraich e Lyra (1995), o estudo da energia solar remonta às origens das civilizações. No Egito, por exemplo, o próprio ar acumulado no interior das estátuas, após aquecer-se pelos raios solares, era expelido através de um orifício, produzindo som. O processo levou à denominação de “estátuas sonoras”. Na Grécia, com a escassez de carvão, que era utilizado em larga escala para aquecer as residências, a energia solar passou a ser utilizada diretamente, utilizando-se os princípios de arquitetura solar, ou seja, a construção de residências de maneira que os raios solares atingissem seu interior.

No mundo contemporâneo, o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o aproveitamento da radiação solar como fonte renovável de energia elétrica também foi, e ainda continua sendo pauta das discussões na França, nos Estados Unidos, no Egito e em outras partes do mundo, inclusive no Brasil.

O desenvolvimento das técnicas de fabricação do vidro para janelas deve-se aos romanos, no primeiro século d.C., fato que levou a evidências de que os romanos já conheciam o fenômeno efeito estufa (*greenhouse effect*), o mesmo acontecendo com as civilizações americanas: maias, incas e astecas. O princípio do efeito estufa para o aquecimento de água é processo que vem sendo utilizado com sucesso desde 1767, quando o suíço Horácio de Saussure desenvolveu um equipamento solar com essas características. Na África do Sul, com Sir John Herschel (PALZ, 1981), o mesmo princípio foi utilizado.

Fraidenraich e Lyra (1995) chamam atenção para as diversas características da energia solar e como ela pode ser captada através dos engenhos coletores, como é o caso dos módulos fotovoltaicos, utilizados para converter diretamente a radiação solar em energia elétrica, sendo este um dos tipos que serão abordados no presente trabalho.

São muitas as facilidades advindas da energia solar, dentre elas destacam-se, resumidamente:

a) Secagem de frutas (desidratador solar de frutas).

O princípio do secador solar é o mesmo do efeito estufa. Esse processo é muito simples, mas requer certos cuidados e condições, tais como: verificar se a radiação solar é suficiente; observar a porcentagem de umidade ambiental; controlar o ataque de agentes externos: insetos, pássaros, roedores etc. O secador solar pode atender ao pequeno produtor rural na alimentação de sua própria família, e o excedente comercializar. É um processo de baixo custo, podendo ser desenvolvido pela própria comunidade, a exemplo da Fazenda Vagafogo, no município de Pirenópolis-Goiás, que desenvolveu modelo semelhante com apoio da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA, 2001).

b) Aquecimento de água à base de coletores planos.

O aquecimento de água para promover o conforto térmico, utilizando a radiação solar como fonte de combustível, já é realidade. Países como Japão, Israel, França, Inglaterra, Índia e muitos outros, inclusive o Brasil, vêm desenvolvendo sistemas solares para aquecimento de água a baixa temperatura. São sistemas de baixo custo e que podem minimizar as despesas com o aquecimento de chuveiros elétricos que, aliás, contribui para o aumento do consumo de energia nas residências.

O princípio do efeito estufa e as adequações dos materiais utilizados para o aquecimento de água são os elementos indispensáveis para se atingir a eficiência energética: a radiação solar, as lâminas de vidro plano transparente e as placas absorvedoras na cor negra completam todo o processo que transforma energia solar em energia térmica.

A Associação Brasileira de Refrigeração de Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Apud: Bezerra, 1982) afirma que cada metro de coletor instalado para aquecimento de água deixaria de inundar 56m<sup>2</sup> de terreno para formar o reservatório, menos 215 Kg de lenha deixariam de ser retirados das florestas, o que economizaria 55 Kg de GLP/ano.

c) Geração de eletricidade a partir de painéis fotovoltaicos.

São constantes os movimentos para buscar formas alternativas de geração de energia elétrica a baixo custo e que agrida menos o meio ambiente. Exemplo disso foi a Cúpula Solar Mundial (World Solar Summit), realizada em Zimbábue, em 1999, um dos grandes momentos de debate sobre energias renováveis. Neste evento, estiveram representantes do Brasil, do mundo árabe e da Europa, que discutiram a possibilidade de se criar um provedor de recursos humanos e financeiros para o

desenvolvimento da energia solar, principalmente a fotovoltaica e a termosolar, nos países em desenvolvimento. Tal sistema foi implantado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, no Assentamento Rural Rio Bonito, município de Cavalcante, Goiás.

As experiências existentes levam a crer que o mercado de fotovoltaico será muito promissor, pois os estudiosos acreditam que poderá haver uma expansão dele, em cerca de 19% ao ano, dependendo, é claro, do avanço das pesquisas para descobrir materiais mais eficientes e que exijam menos energia convencional no processo industrial das células fotovoltaicas.

### **2.1.5 Energia da biomassa**

Segundo a definição de Scarlato e Pontin (2001), “biomassa refere-se à quantidade de matéria orgânica, em geral de origem vegetal, presente em um dado momento, numa determinada área”. Esses autores colocam ainda que a massa de vegetais que se desenvolve em apenas um ano sobre a superfície da Terra chega a 75 bilhões de toneladas, o que significaria a sustentabilidade energética mundial. Mas o uso indiscriminado dos recursos florestais pode, em médio prazo, exaurir todas as áreas florestais do mundo, causando, com isso, grandes catástrofes ambientais.

Em alguns países, o consumo de lenha é exorbitante, principalmente naqueles que estão mais afastados dos grandes centros urbanos. A Tanzânia, por exemplo, tem consumo *per capita* de lenha de aproximadamente 1,5 tonelada por ano, justificado pelo fato de 99% da população utilizar a lenha como combustível. Na América do Norte, o consumo da biomassa também é muito grande, mas está associado às práticas conservacionistas, em que são desenvolvidas as chamadas “florestas combustíveis”, que não geram grandes problemas ambientais (Scarlato e Pontin, 2001).

Scarlato e Pontin (2001) afirmam que o uso do carvão seria uma boa opção para mudar a matriz energética nacional. Para isso, seria necessário que tivesse uma política voltada para a conscientização da sociedade industrial, dando ênfase à cultura de valorização dos recursos florestais entre as classes sociais que utilizam os recursos naturais para sobreviverem, tudo isso sob a supervisão dos órgãos ambientais, que promoveriam seminários periodicamente em todos os municípios que tivessem coberturas vegetais de grande porte.

Segundo o CEPEL (2002), a utilização da biomassa energética no Brasil pode representar um avanço muito grande para mudar a sua matriz energética, “que responde na atualidade cerca de 25% da produção total de energia”, e que sua utilização

deve ser considerada como um ponto-chave para diminuir a dependência de combustíveis fósseis, além de seus efeitos, que são danosos ao meio ambiente. Nesse processo, deve-se considerar o meio rural, onde são gerados resíduos florestais e das próprias culturas, como o arroz, a mandioca, o milho, a cana-de-açúcar, palmeiras que poderiam ser utilizados para gerar energia de baixo custo e localmente.

Em termos de produção energética, a partir de resíduos agrícolas e da própria vegetação, o CEPEL (2002) fez uma estimativa da oferta de energia elétrica em 1994, cuja produção foi na ordem de 10,2 milhões de toneladas. No momento do beneficiamento de arroz em tonelada/hora, por exemplo, foi liberado um quarto de resíduos, que correspondeu a 270 MW de energia, operando 24 horas/dia. Para efeito de cálculo, uma tonelada de arroz libera 250 kg de casca, o que corresponde a 13,22MJ/kg.

### **2.1.6 Biodigestor**

Por tratar-se de resíduos gerados no meio rural, outra alternativa que pode ser explorada é a produção de gás a partir do processo anaeróbico, cujo equipamento produtor é o biodigestor. Como opção energética rural, o biodigestor pode ser a via menos agressiva porque, além de produzir energia a baixo custo, pode contribuir para aumentar a produção de alimentos, porque devolve ao solo vários nutrientes em forma de adubo orgânico, e diminui os custos de transporte, porque é produzido no próprio local, dando, com isso, maiores poderes energéticos para o campo.

O biodigestor funciona como o “faxineiro rural”, pois pode contribuir para a utilização de resíduos vegetais e animais, através do processo anaeróbico; tem dupla função: gerar energia, cujo produto final é o biogás, e limpar o campo, que não possui sistema urbano de coleta de lixo (EMBRATER, 1981).

Em Pernambuco, por exemplo, o professor-pesquisador e engenheiro agrônomo Jaime Germano do Nascimento, desenvolveu modelo próprio de biodigestor rural, a que denominou de “Biodigestor-PE”, referindo-se ao Estado de Pernambuco. Suas características funcionais são compatíveis com as necessidades de pequenos produtores rurais, e vem mostrando excelentes resultados na produção de gás e biofertilizante (AONDEVAMOS, 2002).

Atualmente, o Prof. Jaime está desenvolvendo um projeto em Araçoiaba, para a produção de derivados de leite em pequenas propriedades rurais e outro na Secretaria de Agricultura de São Lourenço da Mata, ambos em Pernambuco, com o mesmo objetivo.

Ambos os projetos são considerados sociais, porque visam melhorar as condições das comunidades rurais envolvidas, principalmente no abastecimento energético das cozinhas (biogás para o fogão) e fornecimento de biofertilizante para uso na horta doméstica e em pequenos pomares. Procura, com isso, restabelecer o equilíbrio ecológico, evitando o desmatamento, e com a produção de alimentos sem agrotóxicos (AONDEVAMOS, 2002).

Os recursos para a implantação desses projetos são provenientes do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mantido pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento.

O biofertilizante resulta da fermentação anaeróbica da matéria orgânica ao produzir biogás, podendo ser sólido ou líquido (Jaime Germano. Apud: AONDEVAMOS, 2002).

- O sólido é o seu estado natural, contém muita fibra. Pode ser utilizado como adubação de fundação por ocasião do plantio, bem como adubação periódica por enterramento em torno da copa da planta. Sua assimilação é lenta.
- O biofertilizante líquido é a parte aquosa do biofertilizante natural quando se efetua o peneiramento e a filtração, provocando-se a eliminação do conteúdo sólido. Esse produto pode ser usado em aspersão como adubo folhear ou diretamente no solo junto às raízes, bem como hidropônica. A assimilação pelas plantas se efetua com muita rapidez, de modo que é muito útil na cultura de ciclo curto.

### Características do biogás

Segundo EMBRATER (1981), o biogás é composição de vários gases, dentre eles o metano, o carbônico e outros, cuja característica é não ter cheiro, cor ou sabor. O metano, por ter alto poder calorífico, é o gás mais importante, que varia de 5.000 a 7.000 kcal/m<sup>3</sup>, podendo chegar até 12.000 kcal/m<sup>3</sup>, dependendo da sua concentração. Na Tabela 3.3, a equivalência entre 1m<sup>3</sup> de biogás e outros produtos energéticos:

**Tabela 2.3 – A relação entre 1m<sup>3</sup> de biogás e outros energéticos**

| 1 m <sup>3</sup> de biogás equivale a: |                      |                        |                        |                   |                             |                          |
|--|----------------------|------------------------|------------------------|-------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 0,613 l<br>gasolina                    | 0,579 l<br>querosene | 0,553 l<br>óleo diesel | 0,454 l<br>gás cozinha | 1,536 kg<br>lenha | 0,790 l<br>álcool hidratado | 1,428 kW<br>eletricidade |

Fonte: EMBRATER (1981)

## Matéria-prima

O material utilizado em um digestor deve ser diversificado e misturado para se obter melhor resultado, dando-se prioridade aos dejetos de culturas, que são mais facilmente digeridos. Os materiais são, principalmente, restos de culturas, esterco, fezes, lixo e aguapé.

**Tabela 2.4 – Disponibilidade de matéria-prima animal/dia e sua equivalência em gás**

| FONTE DE ESTERCO | DEJETO/DIA (kg) | PRODUÇÃO GÁS /kg |
|------------------|-----------------|------------------|
| Bovino           | 10              | 36 l por kg      |
| Suíno (50 kg)    | 2,25            | 78 l por kg      |
| Galinha (2,5 kg) | 0,18            | 62 l por kg      |
| Fezes humanas    | 0,4             | 28 l por kg      |

Fonte: BARRERA (1993)

Para se obter a quantidade de biogás produzido por cada unidade ao dia, basta multiplicar o número da primeira coluna pelo da segunda (tabela 3.5).

**Tabela 2.5 – Quantidade de gás produzido numa unidade biodigestora**

| FONTE DE ESTERCO | DEJETO/DIA (kg) | PRODUÇÃO GÁS /kg | PROD/L/DIA    |
|------------------|-----------------|------------------|---------------|
| Bovino           | 10              | 36               | 360 l por dia |
| Suíno (50 kg)    | 2,25            | 78               | 180 l por dia |
| Galinha (2,5 kg) | 0,18            | 62 l             | 11,2 litros   |
| Humano           | 0,4             | 28 l             | 28 litros     |

Fonte: BARRERA (1993)

Além do biogás, o biodigestor tem a função de produzir, também, o biofertilizante, que pode ser utilizado na lavoura para nutrir o solo. A massa fermentada do biodigestor em forma líquida é muito rica em material orgânico na forma de húmus, cuja utilização facilita a oxigenação das raízes das plantas, porque deixa o solo mais poroso (Sganzerla, 1983).

### 3. Plano de desenvolvimento, com base nos produtos locais (uma experiência no Município de Cavalcante – Goiás)

A comunidade, organizada em sistema de cooperativa, pode elaborar um plano de desenvolvimento local, a partir dos produtos vegetais considerando que a área faz parte do cerrado, que tem diversidade muito grande de espécies frutíferas que podem agregar valores à economia da comunidade.

A professora Nell Ferreira Magalhães, por exemplo, com apoio da Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Cavalcante, Goiás (SECTURMA) e do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda (PRONAGER), promoveu curso de aproveitamento de produtos vegetais, dando ênfase aos frutos do cerrado: o buriti, com suas características ímpares, sendo que seu fruto pode ser utilizado para fabricação de sabonetes, doces e óleos; o pequi, para fabricação de conservas; o ananás e a jabuticaba para fabricação de geleias; a cana-de-açúcar, para fabricação de açúcar mascavo, utilizado em dietas, pé-de-moleque, que utilizaria também o amendoim; granola para melhorar a alimentação das crianças; o baru, para fabricação de paçoquinha, a mistura de farinha de jatobá, castanha de caju e baru, para fabricação do pão integral, outro ingrediente para melhorar as condições alimentares da própria comunidade. O leite, produto indispensável para a fabricação de queijo, manteiga, requeijão e complementos para outros alimentos. As flores do cerrado são outros produtos que poderiam gerar renda para a comunidade local. A flora da região é rica em espécies florísticas e pode alcançar o mercado nacional e até mesmo internacional.

Homens, mulheres e crianças podem representar elevado potencial humano, desde que se conscientizem de que a região onde vivem tem potencial natural e que pode gerar inúmeros benefícios. Segundo a professora, esses produtos poderiam agregar valores à economia local, principalmente com as possibilidades turísticas, atividade em grande expansão na economia nacional.

### **3.1 Ecoturismo**

O que é ecoturismo? Segundo Lindberg (1999), os fundamentos do ecoturismo têm como base a natureza e o turismo ao ar livre. Sua origem se deu quando os primeiros visitantes chegaram em massa, há mais de um século, aos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite, nos Estados Unidos da América, à procura de áreas afastadas dos grandes centros urbanos onde teriam estreita relação com a natureza.

Dentre as mais diversas conceituações de ecoturismo, apenas uma será apresentada como base para este trabalho, a do IBAMA (Apud: Pires, 1998). Para essa entidade:

...ecoturismo é um seguimento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultura, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Entretanto, a responsabilidade social pela manutenção de áreas naturais ainda está muito longe de ser alcançada, pois muitos visitantes não têm o devido cuidado com os bens da natureza. O ecoturismo praticado sem o devido planejamento das entidades ou empresas privadas que o promovem pode até contribuir para acelerar a degradação ambiental em áreas protegidas. O ecoturismo, sendo uma prática baseada nos recursos da natureza, apresenta algumas possibilidades e impactos que devem ser observados quando na elaboração de um projeto de implantação (Pires, 1998).

Como impactos positivos, destacam-se os seguintes:

- Geração de emprego, renda e estímulo ao desenvolvimento econômico em vários níveis (local, regional estadual, nacional e municipal).
- Estímulo à comercialização de produtos locais de qualidade.
- Fixação das populações locais graças à geração de emprego e renda.
- Possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infraestrutura (viária, sanitária, médica, de abastecimento e de comunicação).
- Ampliação dos investimentos voltados à proteção de áreas naturais e bens culturais.
- Sensibilização de turistas e populações locais para a proteção do ambiente, do patrimônio histórico e de valores culturais.
- Melhoria do nível sociocultural das populações locais.
- Intercâmbio de idéias, costumes e estilos de vida.

Como impactos negativos, destacam-se os seguintes:

- Aumento do custo de vida, supervalorização dos bens imobiliários e consequente perda da propriedade de terras, habitações e meios de produção por parte das populações locais.
- Substituição de ocupações tradicionais por subempregos.
- Esgotamento do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infraestrutura.
- Geração de fluxos migratórios para áreas de concentração turística.
- Adensamento urbanos não planejados e favelizados.
- Incremento do consumo de recursos naturais, podendo levar ao seu esgotamento.
- Aumento do consumo de combustíveis para os deslocamentos.
- Poluição do ar, visual e dos recursos hídricos.
- Aumento da produção de lixo e detritos nas localidades receptoras.
- Alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas.

- Estímulo ao consumo de suvenires produzidos a partir de elementos naturais raros.
- Perda de valores tradicionais em consequência da homogeneização das culturas.

Em Unidades de Conservação, alguns impactos positivos podem existir, sendo os principais:

- Sustentação econômica da UC.
- Integração da UC com as populações locais.
- Circulação de informações sobre o meio ambiente.
- Aumento da oferta de atividades de lazer e recreação.
- Ampliação da capacidade de fiscalização.
- Controle sobre grupos organizados.
- Divulgação da UC.

Como impactos negativos, a Unidade de Conservação pode ter os seguintes:

- Pisoteamento, compactação, erosão e abertura de atalhos em trilhas.
- Depredação da infraestrutura e de atrativos e elementos naturais.
- Estresse e desaparecimento da fauna em razão da presença humana (provocados por barulho, cheiro e cores estranhos ao ambiente).
- Aumento e/ou deposição inadequada do lixo.
- Necessidade de “sacrifício” de áreas para instalação de infraestrutura.
- Aumento do risco de incêndios.

Desenvolver o ecoturismo dentro de UC, a exemplo da APA, onde está inserido o Projeto de Assentamento Rural Rio Bonito, algumas questões devem ser colocadas visando reduzir os impactos decorrentes dessa nova atividade, que segundo afirma Ever (1982):

...o turismo e a infraestrutura a ele relacionada que, agora e para o futuro: opera dentro das capacidades naturais, para a regeneração e futura produtividade dos recursos; reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida dão à experiência turística; aceita que as pessoas devem ter participação igualitária nos benefícios econômicos do turismo; e é guiado pelas aspirações das pessoas e comunidades locais das áreas visitadas.

- Com isso, alguns princípios são apresentados por Ever (1982), dentre eles:
- 1) Uso sustentável dos recursos: “A conservação e os usos sustentáveis dos recursos naturais, sociais e culturais – são cruciais e viabilizam negócios a longo prazo”.
  - 2) Redução do consumo supérfluo e desperdício: “A redução do consumo supérfluo e do desperdício evita os custos, em longo prazo, da recuperação de danos ambientais e contribui para a qualidade do turismo”.
  - 3) Manutenção da diversidade natural e cultural: “Manter e promover a diversidade natural, social e cultural é essencial para um turismo sustentável e cria uma base estável para a indústria”.
  - 4) Integração do turismo no planejamento: “O desenvolvimento turístico que se integre numa estrutura de planejamento nacional e local e que estabeleça taxas para impactos ambientais, aumenta a viabilidade do turismo”.
  - 5) Apoio às economias locais: “O turismo que apóia um amplo espectro de atividades econômicas locais e que considera os custos e valores ambientais tanto protege tais economias quanto evita danos ambientais”.
  - 6) Envolvimento das comunidades locais: “O envolvimento total das comunidades locais no setor turístico não apenas as beneficia e ao ambiente em geral, mas também melhora a qualidade experiência turística”.
  - 7) Consulta ao público e a atores envolvidos: “O diálogo entre a indústria turística e as comunidades, organizações e instituições locais é essencial, uma vez que eles trabalharão juntos e deverão resolver potenciais conflitos de interesse”.
  - 8) Capacitação de mão-de-obra: ”O treinamento de pessoal que integre a ideia de sustentabilidade nas práticas turísticas, aliado ao recrutamento de pessoas do local em todos os níveis, melhora a qualidade do produto turístico”.
  - 9) Marketing turístico responsável: “O marketing que provê os turistas de informações completas e responsáveis aumenta a satisfação do cliente”.
  - 10) Desenvolvimento de pesquisas: “As pesquisas e monitoramento realizados pela indústria, usando banco de dados e análises confiáveis, são essenciais para ajudar a resolver problemas e trazer benefícios para os destinos, a indústria e os consumidores”.

Alguns tipos de turismo poderiam ser explorados nos Assentamentos Rurais, dentro de faixas etárias preestabelecidas e levando-se em consideração o poder aquisitivo de cada uma (Trigo, 1997):

- 1) Explorador: individualista, aventureiro, não requer facilidades especiais. Pode pagar por alguns serviços, mas prefere não gastar. Inclui caminhantes, escaladores e observadores de aves. Idade 25-45 anos.
- 2) Mochileiro: faz viagens longas, com orçamento limitado. Utiliza transporte coletivo local, acomodações baratas etc., privilegia a experiência da viagem antes que a cultura local, embora aprecie o exotismo. Aprecia caminhadas e a paisagem, embora normalmente não visite áreas mais remotas devido ao custo das viagens. Necessita de serviços de baixo custo. Idade: 18-25 anos.
- 3) Turistas especialistas: dedica-se a *hobbies* particulares, pouco aventureiro, dispõe-se a pagar por serviços e auxílio logístico. Pode ter pouco interesse pela cultura. Exige facilidades especiais e serviços, por exemplo, barcos, guias, etc. Aceita desconfortos e longas viagens, se necessários para atingir seus objetivos. Pode ter participação ativa, por exemplo, em projetos de recuperação ambiental. Inclui pesquisadores; prefere grupos pequenos. Idade: 20-70 anos.
- 4) Turistas de interesse genérico: em geral, prefere a segurança dos grupos ou programas personalizados. Tem bom nível de renda, interessa-se por cultura e pela vida silvestre, desde que não seja necessário muito esforço para apreciá-la. Muitos são ativos e parecem atividades de “aventura sem risco”, como caminhadas. Não se sujeita a viajar longas distâncias sem que haja grandes atrativos. Requer muitas facilidades, embora possa aceitar condições rústicas por curtos períodos. Idade: 35-65 anos.
- 5) Turista de massa: prefere viajar em grandes grupos; pode ter bom nível de renda; interessa-se superficialmente por alguns aspectos da cultura local; aprecia paisagens naturais e vida silvestre se o acesso for fácil; requer muitas facilidades e viaja apenas em condições muito confortáveis. Inclui passageiros de cruzeiros. Idade: 40-90.

O governo federal criou o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, que visa conscientizar os municípios sobre o aproveitamento dos potenciais turísticos locais. Esses potenciais poderão produzir benefícios sociais, econômicos, históricos-culturais e ambientais, cujos objetivos desse programa são:

- 1) Conscientização da sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural.

- 2) Dotar os municípios brasileiros com potencial turístico, de condições técnicas e organizações para promover o desenvolvimento da atividade turística.
- 3) Descentralizar as ações de planejamento turístico, de forma a capacitá-los a elaborarem seus próprios planos de desenvolvimento.

Têm como ações estratégicas:

- 1) Promover o fortalecimento das relações entre, órgãos públicos, federais, estaduais e municipais envolvidos.
- 2) Acelerar a expansão e melhoria da infraestrutura básica, buscando parcerias para investimentos na região.
- 3) Incentivar o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais a fim de promover a capacitação e a geração de eventos para os municípios no sentido de minimizar o efeito da sazonalidade.
- 4) Contribuir para formação e capacitação dos profissionais que prestam serviços para o turismo, visando qualidade e produtividade.
- 5) Incentivar as atividades de Conselho Municipal de Turismo para viabilização de novos projetos.
- 6) Difundir os modelos de Conselhos, Fundos e outros investimentos de municipalização.
- 7) Formação do comitê Executivo Estadual no PNMT, formado pelos mesmos parceiros do Comitê Executivo Estadual do PNMT, formado pelos mesmos parceiros do Comitê Executivo Nacional.
- 8) Formação de Assessorias Técnicas nos Conselhos Municipais de Turismo.
- 9) Formação de Assessorias Técnicas nos Fundos Municipais.
- 10) Orientação na criação de mecanismos de incentivos à atividades turísticas (ex: preservação do patrimônio histórico x redução do IPTU ou ITR).
- 11) Orientação na elaboração do Plano Diretor de acordo com a Lei Orgânica do município que deverá conter entre outros o Plano de Desenvolvimento do Turismo e sua implantação e o Plano de Zoneamento.
- 12) Conscientização e sensibilização para a formação e capacitação profissional por meio de Cursos de acordo com as demandas municipais.
- 13) Formação de Assessorias Técnicas para a geração e capacitação de eventos.
- 14) Criação de oportunidades de negócios com atividades específicas, tais como Turismo Ecológico, Turismo Cultural e Histórico, Turismo de eventos etc.

Procurando inserir os pequenos proprietários rurais no processo de desenvolvimento turístico, em 1999 o Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) mobilizaram representantes de vários segmentos diretamente envolvidos com agricultura, turismo e artesanato e promoveram debates sobre as questões relacionadas ao setor. Nestes debates, alguns pontos, considerados restritivos à consolidação do desenvolvimento local sustentável, puderam ser identificados, dentre eles os seguintes (EMBRATUR, 1999):

- 1) Atividades do segmento não regulamentadas:
  - a) Ausência de política pública para o “turismo rural”.
  - b) Falta de interação das diferentes legislações vigentes.
  - c) Inadequação das normatizações ambientais / culturais.
  - d) Políticas educacionais inadequadas.
  - e) Ausência de critérios e normas que definam o segmento.
- 2) Informação/comunicação deficiente:
  - a) Inexistência de conceituação de turismo rural.
  - b) Redes de informações inexistentes.
  - c) Pesquisas insuficientes.
  - d) Falta de uniformização da linguagem em turismo rural.
  - e) Não há um mapeamento do que se faz, quem faz.
- 3) Pouca articulação institucional:
  - a) Papéis institucionais indefinidos.
  - b) Falta de tradição de trabalho em parceria intra e inter-institucional.
  - c) Desconfiança mútua entre setor público e privado.
  - d) Desarticulação entre instituições públicas e iniciativas privadas.
  - e) Inexistência de uma estrutura gerencial de fomento à atividade.
- 4) Incentivos ao turismo rural insuficientes;
  - a) Difícil acesso ao crédito.
  - b) Juros altos.
  - c) Recursos para financiamento de infraestrutura para turismo rural inadequada para a atividade.
- 5) Pessoal pouco capacitado:
  - a) Capacitação dissociada e descontínua.
  - b) Pesquisas insuficientes e pouco divulgadas.
  - c) Ausência de diretriz nacional/ área capacitação.
  - d) Pouco comprometimento empresarial.
  - e) Baixa escolaridade dos prestadores de serviços.

- f) Pouco conhecimento gerencial.
  - g) Técnicos atuantes no meio rural não estão preparados e/ou motivados.
- 6) Comunidades locais pouco envolvidas:
- a) A comunidade não vê o turismo rural como negócio.
  - b) Desconhecimento do turismo rural e sua abrangência (visão sistêmica).
  - c) Pouco conhecimento técnico e geral.
  - d) Pouca motivação para ações comunitárias.
  - e) Modelos individualistas.
  - f) Modelo cooperativista inadequado ou inexistente.
  - g) Desarticulação entre os segmentos produtivos locais.
  - h) Carência de planos de desenvolvimento municipais.
  - i) Segmento de turismo rural não contemplado no plano.
  - j) Descontinuidade das políticas públicas.
  - k) Não participação dos atores da área rural nas decisões.
- 7) Infraestrutura precária:
- a) Infraestrutura da propriedade/empresa rural;
  - b) Acessos existentes adequados à produção rural e não ao turismo.
  - c) Edificações rurais inadequadas à atividade turística.
  - d) Informalidade por parte do “empresário” rural nas questões de segurança, higiene, conforto e privacidade.
- 8) Política pública de melhoria da infraestrutura básica pouco representativa:
- a) Eletrificação insuficiente.
  - b) Sinalização existente adequada aos produtores rurais e não aos turistas.
  - c) Segurança precária.
  - d) Descomprometimento das autoridades com programas de saneamento ambiental rural.
  - e) Dificuldades na oferta de serviços de saúde e segurança.
  - f) Atendimento médico precário.
- 9) Promoção e comercialização ineficiente:
- a) Desconhecimento da capacidade real do produto.
  - b) Expectativas dos clientes pouco consideradas.
  - c) Custo elevado.
  - d) Dificuldade do produtor em entender o sistema comercial do turismo rural.

- e) Baixa qualidade dos produtos ofertados.
- f) Inexistência de distribuidor (agência) especializado no segmento “turismo rural”.
- g) Demanda pouco conhecida.
- h) Desinteresse das agências e operadores na venda do produto.
- i) Desconhecimento dos instrumentos de marketing.

Algumas prefeituras vêm implementando apoio às atividades turísticas, a exemplo da Prefeitura Municipal de Cavalcante, Goiás, por meio da Lei nº 020/2001, de 14 de agosto de 2001, criou o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do turismo no município, custeando e executando a política municipal de turismo. Este Fundo é gerido por um regulamento próprio e pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, com base na Lei 019/2001, de 18 de junho de 2001.

Os recursos para implementação das atividades turísticas constam de:

- 1) Recursos orçamentários ou especiais a ele designados.
- 2) Doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.
- 3) A participação na venda de material audiovisual e publicações de propagandas turísticas do Município.
- 4) Recursos provenientes de convênios que sejam celebrados.
- 5) Contribuições de qualquer natureza, sejam públicas ou privadas.
- 6) Os rendimentos provenientes da aplicação financeira de recursos disponíveis.
- 7) Taxas de turismo que porventura forem criadas.
- 8) Outras rendas eventuais.

Dessa forma, implantar o ecoturismo e turismo de aventura nos Assentamentos Rurais pode vir a ser a grande saída para resolver o problema das famílias que não têm recursos para desenvolverem uma agricultura competitiva.

### **Considerações finais**

O modelo produtor-exportador, conhecido como “*sesmarias*”, implantado no início da colonização, foi e permanece forte na história da agricultura brasileira. As políticas agrícolas nacionais criadas sempre foram mais para atender a grandes empresas agropecuárias nacionais e internacionais do que para gerar benefícios

para a classe trabalhadora rural, que vive à margem do processo de desenvolvimento social e econômico, criando verdadeiros bolsões de miséria nas áreas rurais e expulsando verdadeiro exército de miseráveis para os grandes centros regionais e até mesmo para as principais capitais do País.

Para levar o desenvolvimento sócio-econômico às pequenas propriedades rurais brasileiras, enquadrando-se nesse contexto os assentamentos de reforma agrária, é necessário que o governo invista em políticas de ocupação de terras com a implantação do mínimo de infraestrutura para dar sustentação a esses projetos, principalmente energia renovável, porque muitas áreas consideradas isoladas do imenso território ainda vão permanecer por muito tempo sem usufruir desse bem, que é um dos requisitos para alcançar o desenvolvimento. Associado à energia renovável, serve apenas como ferramenta para contribuir para o desenvolvimento sustentável local, as práticas turísticas poderiam dar sustentação sócioeconômica e ambiental.

Para que o desenvolvimento do ecoturismo possa trazer benefícios para as comunidades rurais, necessário se faz que os poderes públicos locais comecem a tomar certas providências, como por exemplo: iniciar um processo educativo com ajuda de ONGs e de órgãos ambientais federais e estaduais, para que a degradação seja estancada; iniciar programas de fomento aos investimentos privados em hotelaria e hospedagem, bem como na regularização de RPPNs; execução de um diagnóstico energético do potencial hídrico local; questionar junto às autoridades competentes, para que se regularize a posse das terras pelos assentados; uma vez isso atendido, ajudar na elaboração de um plano diretor que inclua a concentração da produção animal em cooperativas para a utilização dos dejetos na produção de biogás que forneceria energia para a iluminação de criadores de frangos, iluminação geral e cocção de alimentos; desenvolver um projeto de secadores solares de frutas, plantas medicinais, para agregar valores à produção agrícola local; uma vez finalizado o levantamento do potencial hídrico propor a criação de uma cooperativa de produção de eletricidade municipal.

Tais são algumas características que podem dinamizar e oxigenar o processo produtivo dos pequenos agricultores, que se sentem ameaçados social e economicamente, são órfãos em todos os aspectos.

## Referências

- ACECE. *O sítio do patrimônio natural da desumanidade*. Texto publicado por José Luiz de Lima Ramalho, presidente da Associação de Condutores em Ecoturismo de Cavalcante e Entorno. Cavalcante – GO, 2002.
- AGENDA 21. Texto disponível em: <http://www.mma.gov.br/> (15/03/2001).

- ALBUQUERQUE, C. A.; CARVALHO; M.O.M. ENNES, S.A.W. *Metodologia para seleção de sistemas de energização rural*. Brasília: CNPq, 1982.
- ANEEL. *Legislação básica do setor elétrico brasileiro*/Agência Nacional de Energia Elétrica. Brasília, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Reestruturação do setor elétrico brasileiro*. Texto disponível em: <http://www.aneel.gov.br> (17/05/2001).
- AONDEVAMOS. Texto disponível em: <http://www.aondevamos.eng.br/> (31/08/2002).
- BEN. Ministério de Minas e Energia. *Balço energético nacional*. Ano Base 1998. Brasília, 1999.
- BERTALANFFY, L. V. *Teoria geral dos sistemas*. Trad. Francisco M. Guimarães. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BEZERRA, Arnaldo M. *Energia solar – aquecedores de água*. Curitiba: Litel – Livraria Itaipu Editora Ltda, 1982.
- BURSZTYN, M. (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- CALATRAVA, J. *Actividad agraria y sustentabilidad en el desarrollo rural. O papel de la investigación-extensión com enfoque sistémico*. Apud: RAMOS LEAL, E. y CRUZ VIALLÓN, J. (eds.). *Hacia un nuevo sistema rural*. Madrid : MAPA, 1995.
- CARVALHO, J.; GOLDEMBERG, J. *Economia e política da energia*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980.
- CAVALCANTI, C. (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 2.ed. Recife, PE :Cortez, 1998.
- CELG. Escritório da Companhia Energética de Goiás em Cavalcante, 2001.
- CEPEL. Fontes Alternativas. Texto disponível em: <http://www.cepel.br/~per/fontes.htm> (0206/2002).
- CNDRS – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Texto disponível em: <http://www.cndrs.gov.br.htm> (10/02/02).
- CNUMAD. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Brasília, 1991.
- CONSTANZA, R. *Ecological economics : the science and management of sustainability*. New York : Columbia University Press, 1991.
- CPFL. Pequenas Centrais Hidrelétricas, 1982.
- DOMINGUEZ, G. D., SIMÓN F. X. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. *Revista agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto alegre, v. 2, abr./jun. 2001.

- EMATER. Projetos de energia renovável. Texto disponível em: [http://www.agridata.mg.gov.br/programas\\_estaduais/fontes\\_renovais\\_de\\_energia.htm](http://www.agridata.mg.gov.br/programas_estaduais/fontes_renovais_de_energia.htm) (20/05/01).
- EMBRATER. *Manual de biodigestor*; modelo chinês. 2. ed. Brasília, 1981.
- EMBRATUR. *Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília, 1999.
- ENERGIA NA AGRICULTURA. *Uso racional de energia*. Texto disponível em: <http://www.agridata.mg.gov.br/> (24/05/2002).
- EVER, Shirley (ed). *Beyond the Gree Horizon: a discussion paper on priciples for sustainable tourism*. Washington: WWF, 1982.
- FAORO, A. G. *Reforma agrária: terra prometida, favela rural ou 'Kolkjozes'?* Mistério que a TFP desvenda. São Paulo: Vera Cruz, 1987.
- FRAIDENRAICH, N; Lyra, F. *Energia solar: fundamentos e tecnologia de conversão heliotermoelétrica e fotovoltaica*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.
- FUNATURA. Projeto PNUD-BRAS/00/G 35. *Estabelecimento de reservas particulares do patrimônio no cerrado brasileiro*. Brasília: Funatura, 2001.
- GOLDEMBERG, José. *Energia, meio ambiente & desenvolvimento*. São Paulo: Edusp, 1998.
- GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Revista agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar, 2001.
- INCR. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da Reforma Agrária*. Brasília, 2001.
- LEI MUNICIPAL nº 024/2001, de 14 de agosto de 2001. Dispõe sobre a Política Municipal do Meio Ambiente de Cavalcante, estabelece o Código Municipal de Preservação e Conservação do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dispõe sobre o FUMMA – Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- LINDBERG Kreg & Hawkins, Donald (orgs). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- MAZOYER; ROUDART. Apud: NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura familiar como vetor estratégico do desenvolvimento rural. Diretrizes de política para o desenvolvimento rural* – Texto disponível em: <http://www.nead.gov.br/estudos/diretrizes1.htm> (15/02/02).

- MELGAREJO, L. Desenvolvimento, reforma agrária e os assentamentos. Espaço para contribuição de todos. *Revista agroecológica e desenvolvimento rural*. Porto Alegre, v.2, nº 4, out/dez, 2002.
- NEAD. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Diretrizes de política para o desenvolvimento rural – Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura familiar como vetor estratégico do desenvolvimento rural*. Texto disponível em: <http://www.nead.gov.br/estudos/diretrizes1.htm> (15/02/01).
- NEAD. *Novas tendências do ambiente mundial sobre projetos de agricultura sustentável e valorização do mundo rural*. Texto disponível em: <http://www.nead.gov.br/estudos/diretrizes1.htm> (20/04/02).
- PIRES, Bely C.C. Gestão em agências de ecoturismo e sua inserção no contexto da sustentabilidade. São Paulo. Dissertação de Mestrado – FEA, Universidade de São Paulo, 1998.
- PINHEIRO, Sérgio L. G. *O enfoque sistêmico e o desenvolvimento rural sustentável: Uma oportunidade de mudança de abordagem hard-systems para experiências com soft-systems*. Texto disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n2/08-artigo2.htm> (19/07/2002).
- PALZ, W. *Energia solar e fontes alternativas*. São Paulo: Hemus Livraria Editora Ltda., 1981.
- PLANO DE AÇÃO. *Brasil: Plano de ação. Desenvolvimento de mercados sustentáveis de serviços de energia renovável para comunidades isoladas, preparado pelo programa de mercados sustentáveis para energia sustentável*. Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Ministério de Minas e Energia. Brasília, jul, 1998.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAVALCANTE. Texto descritivo da Região de Cavalcante. Prefeitura Municipal de Cavalcante, 2002.
- PRODEEM. Programa de Desenvolvimento energético de Estados e Municípios. Texto disponível em: [http://www.mct.gov.br/\(02/022002\)](http://www.mct.gov.br/(02/022002)).
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento – crescimento sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Estratégias de transição para o século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SANTOS, A. H. M.; COSTA, J.M.M. *Pequenas centrais hidrelétricas: sua capacitação na produção de alimentos e seu componente ecológico. Seminário internacional sobre energia, alimentos e ecossistemas*. Brasília, 1984.

- SCARLATO, F.C.; Pontin, JOEL, A. *Energia para o século XXI*. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- SEIXAS, J. *Algumas sugestões para o aproveitamento de energia renovável na propriedade agrícola*. Brasília: EMBRAPA-CPAC, 1982.
- SGANZERLA, E. *Biodigestor: uma solução*. Porto Alegre: Agropecuária, 1983.
- SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BIOGÁS. Anais do I Simpósio Brasileiro de Biogás. Brasília, EMBRATER, 1982.
- TRIGO, Luiz G. G. O turismo no espaço globalizado. In: RODRIGUES, Adyr B. (org). *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- UICN – PNUE – WWF. *Sauver la planète – stratégie pour l’avenir de la vie*. Gland Suisse, 1991.
- VILELA, S. L. O. *Agricultura familiar e produção agrícola na contemporaneidade*. Texto disponível em: <http://www.GIPagriculturaFamiliarproduçãoAgricola.htm> (20/01/2002).

### **Resumo**

O artigo tem como objetivo apresentar alguns modelos de desenvolvimento sustentável aplicáveis em pequenas propriedades rurais em benefício de atividades como turismo ecológico e de aventura e o uso de energias alternativas, atuando assim como elementos motivadores para a permanência do pequeno proprietário no campo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Agroenergia; Energia Renovável

### **Abstract**

The article aims at introducing some models of sustainable development particularly suitable for small rural properties and focused on activities like ecological and adventure tourism and the use of alternative forms of energy, thus acting as powerful motivators for small land owners to remain in their properties.

Key words: Sustainable development; Agroenergy; Renewable energy

### **Resumen**

El artículo tiene por objetivo presentar algunos modelos de desarrollo sustentable aplicables en pequeñas propiedades rurales en beneficio de actividades como el

turismo ecológico y de aventura y el uso de formas alternativas de energía, actuando como motivaciones para la permanencia del pequeño propietario en el campo.

Palabras clave: Desarrollo sustentable; Agroenergía; Energías renovables



**\*POZO, José del.** *História da América Latina e do Caribe: dos processos de Independência aos dias atuais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Em nosso país, poucas vezes nos deparamos em livrarias com obras mais específicas sobre a América Latina e Caribe, escritas por autores que não sejam vinculados a centros europeus ou norte-americanos. Situação que espelha uma visão que separa tradicionalmente os destinos do Brasil e do restante dos países da região. Na contramão dessa tendência, a editora Vozes publicou, em 2009, “História da América Latina e do Caribe: dos processos de Independência aos dias atuais”, a qual analisaremos após breve apresentação de seu autor.

José del Pozo Artigas é chileno, formado em História e Geografia pelo Instituto Pedagógico, da Universidade de Santiago. Doutorou-se em História pela Université de Montreal, onde vive desde 1974, para onde partiu após o Golpe de Estado de Pinochet, em seu país. Autor de seis livros e diversos artigos em revistas do Canadá, França, Holanda, Inglaterra, Itália e Chile.

A obra procura explicar o desenvolvimento dos países da região, a partir de diversos aspectos: economia, demografia, sociedade, classes sociais, participação da mulher, religião, vida cotidiana, direitos humanos, cultura e política – da qual “surge com maior clareza a questão da democracia, eixo central do livro” (p.12). Esse último, em especial, traça o desenho, dá forma à montagem do intrincado mosaico latino-americano e caribenho, com seus assimétricos e irregulares pedaços, ao longo de mais duzentos anos, fins do século XVIII, período que antecede às independências, até por volta de 2008.

No primeiro capítulo, “O processo de independência, 1791-1824”, destaca a forma quase simultânea de parcelas das elites regionais ibero-americanas passarem a defender uma separação com suas metrópoles. Estas, estremecidas pela titânica disputa entre a França de Napoleão Bonaparte e uma Inglaterra ciosa em preservar seus interesses na Europa e nas áreas coloniais de Portugal e Espanha na América. A formação das Juntas em várias cidades fiéis, inicialmente a Fernando VII em áreas colônias espanholas e a vinda da família real portuguesa para o Brasil, proporcionaram maior autonomia, principalmente de comércio, às elites locais.

A tentativa posterior das metrópoles, de retomar seus privilégios absolutistas desencadeou a luta pela emancipação política em várias partes do mundo colonial ibérico, embora o Brasil e América Central sejam casos particulares. Assim, em sua maior parte, as Independências se deram a partir dos interesses das minorias brancas, salvo os casos do Haiti, as rebeliões no México e de Artigas, na Banda Oriental (atual Uruguai). Disso resultou a exclusão de significativas parcelas da população, negros escravos, mestiços, indígenas, da participação política e de melhoria de suas condições de vida, reforçando e perpetuando problemas herdados da colonização.

Já no segundo, “A época oligárquica, 1825-1889”, trata de período marcado pela tentativa de consolidar os novos Estados, marcados em muitos casos por guerras civis e por conflitos étnicos e culturais que dificultaram a formação de identidades nacionais e a estabilidade política. A diminuição da influência da Igreja Católica e reorganização da economia para atender as demandas externas, as intervenções externas, guerras entre os países da região são fatores importantes a definir, ao final do século XIX, as fronteiras desses países e os limitados avanços sociais nos mesmos.

Pozo, no terceiro capítulo, “Os limitados avanços na abertura do sistema oligárquico durante a fase do auge da exportação, de 1890 a 1929”, acentua que o domínio oligárquico na maioria dos países, não raras vezes, pela instalação de ditaduras militares e com o aval do crescente interesse dos Estados Unidos deu o rumo da orientação política desses países. Uma vez que na economia reforçou a opção agro-exportadora com a intensificação da entrada de capital estrangeiro. Apesar de experiências antioligárquicas, em países como México, do crescimento das classes médias, da classe operária e da maciça imigração os problemas sociais continuaram sem solução.

No quarto capítulo, “Populistas, militares e oligarcas – a busca de uma via latino-americana de desenvolvimento numa era influenciada pelas crises mundiais, de 1930 a 1959”, para o autor, nesse período a sociedade latino-americana ficou mais complexa, com ampliação da urbanização e de serviços como a educação. Em termos econômicos, a Crise de 1929 obrigou vários países a incentivar a industrialização nacional para suprir a queda das exportações e importações, o que provocou o crescimento da inflação. A mobilização das classes mais baixas e médias fez-se sentir com a expansão do fenômeno populista e sua chegada ao poder no México, Brasil e Argentina e em outros, ensejou forte reação oligárquica e intervenções militares. Ao final da Segunda Guerra Mundial e no início da Guerra Fria aumentaram as pressões norte-americanas sobre os governos da região. Tudo isso resultou

na interrupção da democratização sob o impacto da recém vitoriosa revolução em Cuba, em 1959.

O quinto capítulo, “A grande polarização, 1960 a 1989”, ressalta o acirramento ideológico entre Estados Unidos e União Soviética; a agitação política sacode a América Latina, com a instauração de regimes militares, iniciados no Brasil, e a supressão dos direitos civis e políticos em quase todo o subcontinente. Destacam-se na década de 1960 a descolonização e o surgimento de novas nações no Caribe, como Dominica, Guadalupe e Martinica. A crise da dívida externa que explode nos anos 80 agrava a situação social e política, ao mesmo tempo em que enfraquece os governos militares dando margem ao tímido recomeço do processo de democratização e luta pelos direitos humanos.

Ao final, no sexto capítulo, “O triunfo do neoliberalismo? 1990 aos nossos dias”, o autor aponta para uma situação de maior estabilidade política, busca por maior autonomia e diversificação econômica da América Latina. Além da formação de mercados regionais e a recusa à proposta dos Estados Unidos sobre a ALCA. A sedimentação de regimes democráticos, na maioria dos países, ocorreu sem conseguir soluções para alguns problemas crônicos como a corrupção e demandas sociais como a dos indígenas. O que leva o autor a considerar que novas tensões, frutos de antigos conflitos, ainda perduraram sem respostas nos trêmulos horizontes de *Nostra America*.

Em seu percurso, Pozo aponta os altos e baixos dos avanços institucionais e da democracia. Busca explicá-los a partir da análise das particularidades sociais e culturais latino-americanas, fruto de um processo colonizador em que se alinharam intensa exploração econômica, segregação e preconceito étnico, apropriação da terra por minorias que resultaram na “criação de uma sociedade na qual a distância entre elites e as massas é enorme” (p.11).

Deixa transparecer ao concluir o texto certo pessimismo, em função das inúmeras limitações da democracia no espaço da América Latina e Caribe, que com raras exceções não conseguiram eliminar problemas como distribuição de renda, falta de infraestrutura, emprego, educação, além da integração das demandas de indígenas, mulheres, afro-americanos e pobres em geral às benesses da participação política e da cidadania.

A obra também apresenta pequenos anacronismos ao sintetizar tão formidável conjunto de aspectos históricos de tantos países da América Latina e Caribe, mas nada que comprometa a qualidade e seriedade da mesma. Por exemplo, a respeito da Guerra do Paraguai (1864-1870), escreve: “Este conflito desenrolou-se entre 1865 e 1870 e foi ocasionado por um erro de cálculo da política do

Paraguai, que atacou o vizinho Uruguai para prevenir uma possível invasão brasileira” (p. 54).

A consulta a qualquer obra atualizada sobre o assunto, algumas constam nas referências bibliográficas indicadas no próprio livro, mostra que o “erro” paraguaio foi declarar guerra ao Brasil, em função da intervenção do Império no Uruguai e contar com uma possível ajuda dos uruguaios, do partido *Blanco*, sob a liderança de Aguirre, que tinha um acordo de ajuda mútua com Solano Lopez, em caso de intervenção estrangeira. Fato que ensejou ao governante paraguaio por em prática um ambicioso plano de expansão territorial que lhe daria uma saída para o mar, livre das taxas que tinha de pagar ao escoar seus produtos pelo Rio da Prata. Mas, ao contrário, tal plano uniu Brasil, Argentina e o Uruguai em uma guerra que resultou na derrota e ruína do Paraguai, com um alto custo em mortes e em perdas territoriais ao país guarani.

No capítulo 3, no item 2.e, “O mundo indígena e camponês” (p. 130), ao tratar da rebelião indígena encabeçada por Pablo Zárate, *El Willka*, em 1898, durante a Guerra Federal, na Bolívia, aparecem erros de datação, a primeira no texto data a revolta em 1988, quando ocorreu em 1898. Também na nota de rodapé n.º 7, mais dois erros: no ano da morte de Zárate, em 1905, e não 1901 e na da proclamação da “República Indígena”, em 1899, e não em 1879. O que aponta mais para desatenção na revisão do texto do que propriamente para erro do autor.

O livro tem entre seus méritos o de ser admirável esforço de síntese que abrange, além das áreas tradicionais da América Latina (México, América Central e do Sul), os territórios caribenhos de língua inglesa, francesa e holandesa, quase sempre esquecidos em obras sobre a região. Com pertinência analisa e integra ao processo histórico latino-americano realidades tão dispares quanto México, Haiti, Paraguai, Cuba e Ilhas Virgens. Outro ponto a ressaltar sobre a obra é que ela inclui o Brasil na em sua análise, fato pouco visto em obras de História sobre o tema, mormente as escritas em nosso país.

Escrito em linguagem direta, fluente e instigante, em que pese à tradução segura de Ricardo Rosenbusch, é um livro destinado a especialistas e a leigos que queiram entender mais sobre a realidade densa e complexa da América Latina e Caribe, ou seja, sobre a nossa própria realidade.

## **Normas para os colaboradores**

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento

 *gráfica e editora*  
***inconfidência***

**fores: (61) 3552.4024 3552.2510 fax: (61) 3386.2350**  
**brasilá distrito federal**

Site: [www.graficainconfidencia.com.br](http://www.graficainconfidencia.com.br)  
E-mail: [graficainconfidencia@zaz.com.br](mailto:graficainconfidencia@zaz.com.br)